



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
NOSSOS NEGÓCIOS	7
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	28
MERCADO DE CAPITAIS.....	31
INVESTIMENTOS	33
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES	36
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	41
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS	58
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO	62
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	65
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	67
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	68
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	69
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	70
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	72
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73
1. CONTEXTO OPERACIONAL	73
2. BASE DE PREPARAÇÃO	76
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	80
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	81
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	86
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	89
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	90
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	90
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	93
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	95
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS	99
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	100
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	100
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	101
15. ATIVOS DE CONTRATO	107
16. INVESTIMENTOS	112
17. IMOBILIZADO	130
18. INTANGÍVEIS	133
19. ARRENDAMENTOS	138
20. FORNECEDORES	141
21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	142
22. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	144
23. ENCARGOS REGULATÓRIOS	149
24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	149
25. PROVISÕES.....	157
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	166
27. RECEITAS	174
28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	180
29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	182
30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	183
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	186
32. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	201
33. SEGUROS.....	203
34. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	204
35. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	204
36. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	204
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	208
PARECER DO CONSELHO FISCAL	215
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES	216

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	217
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	218
ORÇAMENTO DE CAPITAL	221

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia” ou “Cemig”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Também são apresentadas as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos avanços importantes em 2022, um ano que ficará lembrado pelo êxito na implementação da nossa estratégia.

Quando da revisão do planejamento estratégico da Cemig, deixamos bastante transparentes os nossos principais objetivos, que são de “focar e vencer”, priorizando os investimentos em Minas Gerais e buscar de forma contínua avanços na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Começando pelos resultados financeiros, encerramos 2022 com um expressivo lucro líquido de R\$4,1 bilhões e um Lajida de R\$6,9 bilhões, mesmo com a provisão, em 2022, dos créditos tributários do Pasep/Cofins sobre o ICMS, com impacto líquido no resultado próximo a R\$1,3 bilhão. Ou seja, mesmo com essa provisão relevante, esses resultados demonstram a resiliência de nossas operações e a capacidade da Cemig de gerar caixa e resultados em seus negócios.

No que se refere a nossa gestão da dívida, divulgamos a nossa ação estratégica de redução em etapas da nossa exposição cambial, considerando os bonds que emitimos no mercado internacional em 2017/2018. Já havíamos recomprado US\$500 milhões dos bonds em 2021 e recomparamos mais US\$244 milhões em 2022, reduzindo a nossa exposição cambial para US\$756 milhões, ou seja, próximo à metade do valor original, com reflexos positivos em nosso perfil de endividamento e na percepção de risco do mercado e agências de rating em relação à Companhia.

Destaca-se ainda nossa baixa alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida/Lajida ajustado, de 0,96 vez ao final do ano, o que permite à Companhia viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e manter a sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas nos negócios de distribuição e transmissão, também apresentando Lajida nesses negócios superiores às referências regulatórias. Em 2023, continuaremos a investir em novas medidas de eficiência operacional, destacando-se aquelas de redução das obrigações pós-emprego, que têm impactos relevantes em nossos resultados e posição financeira.

Merecem destaque os resultados obtidos em nosso negócio de comercialização de energia. Somos a maior comercializadora de energia do Brasil no atendimento a clientes finais, com um histórico de resultados significativos, refletindo a nossa adequada análise dos cenários e gestão do nosso portfólio de contratos de energia. Em 2022, geramos R\$964 milhões de Lajida na atividade de comercialização, um resultado para ser comemorado, destaque no ambiente de comercialização de energia do País.

Nossas ações tiveram, em 2022, uma valorização muito superior ao índice Ibovespa e à média do setor elétrico, representando o reconhecimento e confiança dos acionistas na Companhia. Adicionalmente, refletindo no retorno do investimento dos investidores, realizamos a distribuição de dividendos superior a R\$2 bilhões, também entre as melhores do setor elétrico.

No que se refere ao atendimento aos nossos clientes, parte importante da nossa visão estratégica, continuamos a apresentar resultados consistentes, com indicadores de qualidade melhores que aqueles utilizados como referência na regulação. Exemplificando, o DEC (índice que mede a duração das interrupções de energia) registrado foi de 9,48 horas, na comparação ao limite regulatório de 9,98 horas e o FEC (índice que mede a frequência de interrupções) foi de 4,58 interrupções na comparação ao limite regulatório de 6,43.

Temos a ambição de transformar o relacionamento com os mais de 9 milhões de clientes da Cemig, melhorando de forma significativa a percepção do cliente em relação aos nossos serviços prestados. Como exemplo, através do nosso projeto Cliente+, procuramos prover uma operação *omnichannel*, de convergência dos canais de atendimento existentes (Telefônico, Presencial e Digital), proporcionando um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes, com maior rapidez e eficiência.

Dentro da nossa estratégia de investir em Minas Gerais, investimos R\$3,1 bilhões em nosso negócio de distribuição, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Companhia na concessão de Distribuição, o que representa mais oferta de energia, que impulsiona o crescimento do estado de Minas Gerais e um atendimento de mais qualidade aos nossos clientes. Ainda deve ser considerado que esses investimentos farão parte da Base de Remuneração Regulatória a ser homologada pela Aneel na revisão tarifária prevista para o próximo ano.

Em nosso negócio de transmissão, fomos vencedores da disputa pelo lote 1 (localizado em Minas Gerais e Espírito Santo) do leilão promovido pela Aneel em dezembro de 2022, com uma receita anual de R\$17 milhões. Esse resultado é emblemático, pois representa o retorno com protagonismo da Companhia aos leilões de transmissão, dentro da nossa estratégia de investir em nossos negócios principais, dentro de Minas Gerais, com o controle dos ativos.

No que se refere ao nosso negócio de geração de energia, iniciaremos em 2023 o processo de renovação das concessões de geração de energia das usinas de Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação), Nova Ponte e Sá Carvalho, que representam aproximadamente metade do nosso parque gerador, além da continuidade dos investimentos em fontes renováveis, com maior protagonismo da nossa subsidiária de geração distribuída, a Cemig SIM.

Desinvestir em ativos não estratégicos ou onde não temos o controle das operações, faz parte da nossa estratégia. Também nessa dimensão, tivemos resultados muito significativos em 2022; alienamos nossa participação em Renova, Axxiom e Ativas. Em março de 2023, concluímos a alienação da totalidade da nossa participação societária na usina de Santo Antônio. Todos esses desinvestimentos permitem à Administração focar nos seus negócios principais, que agregam valor aos seus acionistas. A expectativa é que em 2023 consigamos evoluir na alienação de nossas participações minoritárias ou de controle compartilhado.

Consideramos que o nosso capital humano tem papel fundamental dentro da execução de nossa estratégia. Nesse contexto, o resultado da pesquisa de clima que realizamos em 2022, onde tivemos um aumento expressivo de 11 pontos em relação à pesquisa anterior, atingindo 75% de favorabilidade, nos traz muita satisfação, pois mostra o crescente engajamento e comprometimento dos colaboradores com o sucesso e futuro da Companhia.

A sustentabilidade de nossas operações está em nosso DNA. Somos uma empresa com 100% de sua geração de energia de fontes renováveis, sendo a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 23 anos. No início de 2023, recebemos mais um reconhecimento que ratifica essa condição da Cemig de empresa sustentável; somos a companhia brasileira com melhor classificação no Carbon Clean200™, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa, sendo que obtivemos a honrosa 37ª posição na classificação geral.

Concluindo, podemos reafirmar que obtivemos êxito na implementação de nossa estratégia, investimos fortemente em Minas Gerais, desinvestimos em ativos não estratégicos, continuamos em nossa jornada de melhoria do atendimento aos nossos clientes, alcançamos resultados financeiros sólidos, com disciplina na gestão de custos, e reduzimos nossa exposição cambial. Tudo isso com maior engajamento dos nossos colaboradores e práticas corporativas sustentáveis.

Esses resultados nos trazem mais otimismo e entusiasmo para continuarmos na execução da nossa estratégia, em nosso objetivo de focar para vencer e busca contínua de tornar a Cemig mais eficiente, lucrativa e admirada pelos seus clientes, pronta para enfrentar os próximos desafios.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig no setor elétrico brasileiro.

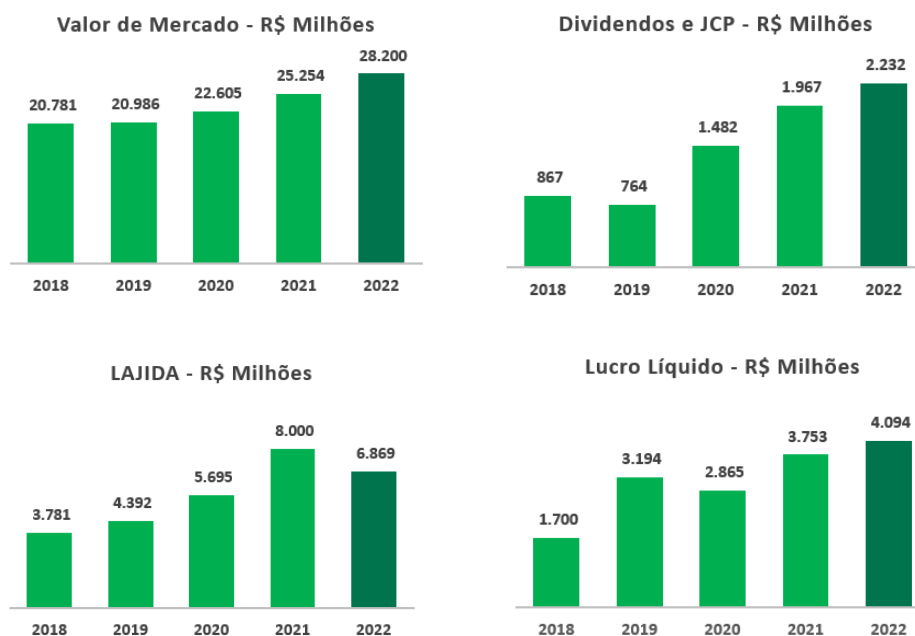
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Cemig é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado, no final de 2022, era de aproximadamente R\$28 bilhões. Pelo 23º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2022/2023 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

A Cemig atua nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, soluções energéticas e distribuição de gás natural. O grupo é constituído pela holding Cemig, pelas subsidiárias integrais Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), incluindo suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, Cemig Distribuição S.A. (Cemig D) e pela Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim), totalizando 102 Sociedades, 9 Consórcios e 2 FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), com ativos e negócios em vários estados do Brasil.

A Cemig supervisiona a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas por meio de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios.

Principais indicadores:



Outros indicadores:

Descrição	2018	2019	2020	2021	2022
GWh faturados	43.563	42.214	39.402	43.263	44.895
Receita (R\$ Milhões)	22.266	25.487	25.228	33.646	34.463
Lucro por ação – PN (R\$)	1,17	2,10	1,69	2,22	1,87
Quantidade de consumidores faturados (em milhares)	8.409	8.514	8.697	8.885	9.037
Quantidade de empregados	6.083	5.596	5.254	5.025	4.969

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

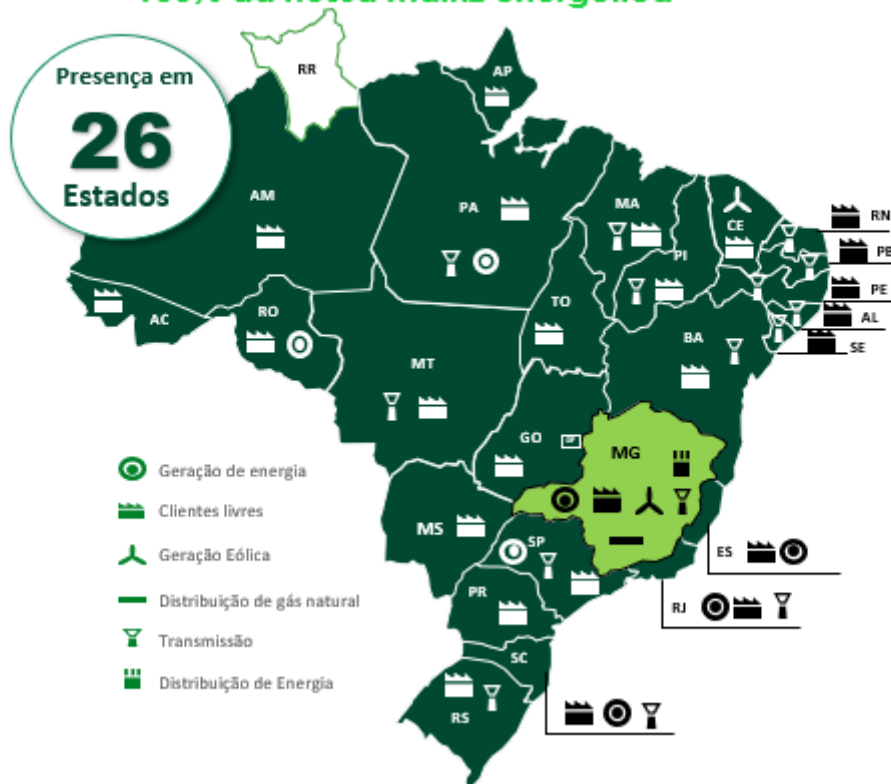
A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

Área de atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na região sudeste.

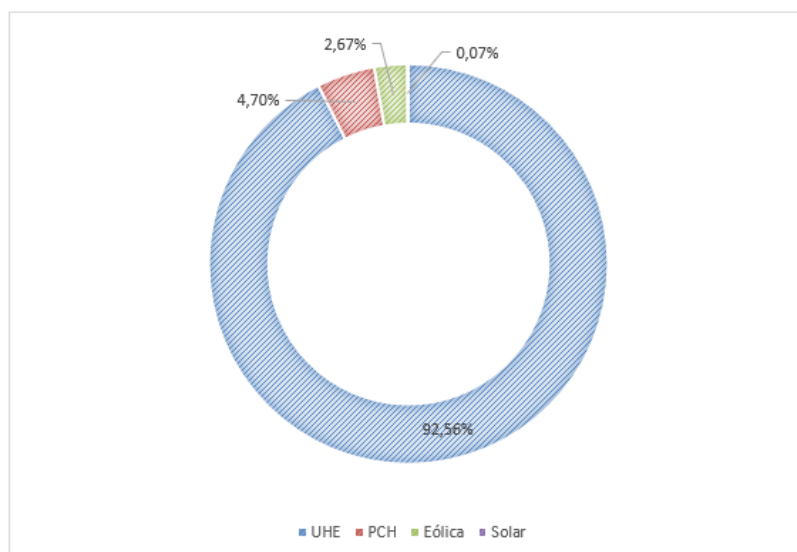
Fontes Renováveis 100% da nossa matriz energética



NOSSOS NEGÓCIOS

Geração

A matriz elétrica do parque gerador da Cemig é composta totalmente por fontes renováveis de empreendimentos de fonte hidráulica, eólica e solar.



Considerando suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a Cemig possuía em operação, em 31 de dezembro de 2022, 69 usinas (60 hidrelétricas, 7 eólicas e 2 solares fotovoltaicas) com capacidade instalada de 5.519,6 MW (informações não auditadas pelos auditores independentes), conforme abaixo:

Central Geradora	Capacidade instalada (MW)*
Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação)	1.192
Nova Ponte	510
Irapé	399
Três Marias	396
Salto Grande	102
Queimado	86,6
Rosal	55
Sá Carvalho	78
Itutinga	52
Camargos	46
Santo Antônio	268,7
Belo Monte	1.313
Aimorés	148,5
Amador Aguiar I	94,3
Amador Aguiar II	82,6
Funil	81
Igarapava	49,7
Eólicas	147,3
Baguari	47,6
Outras	370,3
	5.519,6

*A capacidade instalada está apresentada em sua cota de participação da Cemig no empreendimento.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidrelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel nº 2.919/2021 e pela Resolução Homologatória nº 2.932/2021. As usinas do lote D tiveram, em regra, prazos de extensão iguais ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos.

Essa repactuação foi um importante avanço para o setor elétrico, reduzindo os níveis de judicialização, e para a Cemig, com a extensão do prazo de suas concessões de geração de energia elétrica, entre elas as usinas de Nova Ponte e Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação), que tinham o vencimento original das concessões previsto para 2025 e agora passou para 2027. Mais informações sobre o novo prazo de vencimento das concessões de geração estão na nota explicativa nº 18.

Transmissão

A Companhia opera e mantém 40 subestações e 5.017 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, possui ativos, os quais opera e mantém, em outras 10 subestações de outros agentes de transmissão.

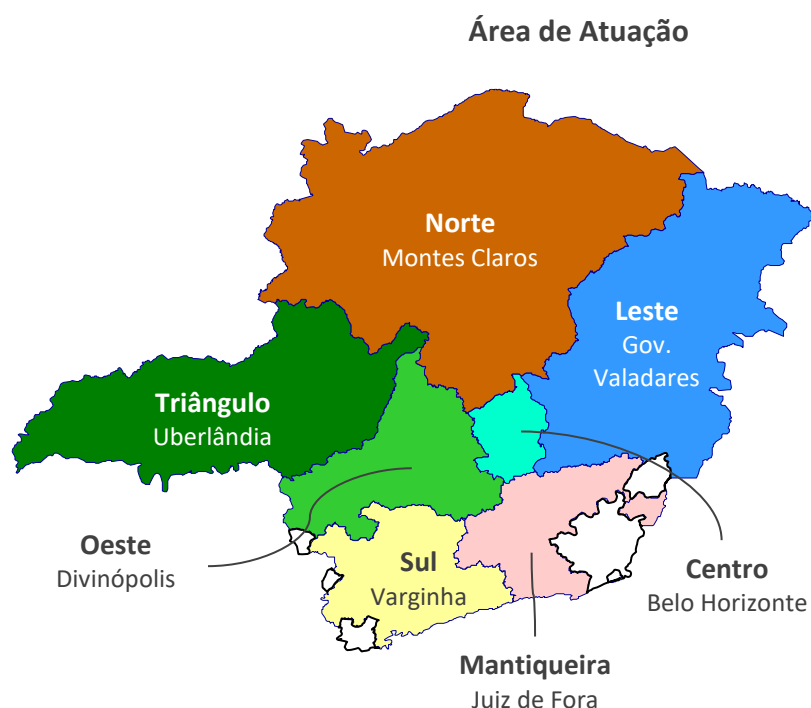
Em 2022, a Cemig teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 11 empresas, em 17 subestações e 439 km de linhas de transmissão.

Distribuição de energia elétrica

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico no país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

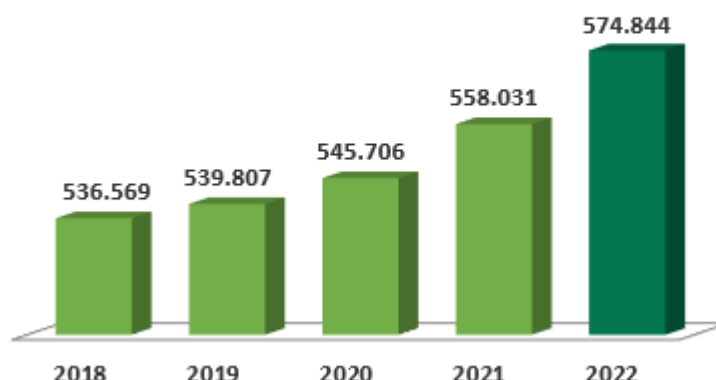
Sua área de concessão abrange 567.478 km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, com 574.844 km de redes de distribuição, sendo 124.946 km em área urbana, 431.413 km de redes rurais e 18.485 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 8.885 mil clientes em 2022.

A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.187 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 16% do total de consumidores da classe residencial.



No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas e Redes de Distribuição (Km)



Comercialização de energia elétrica

As empresas comercializadoras do grupo Cemig são as líderes no atendimento ao mercado livre no País. Expandimos nossa área de atuação para outros estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente possuímos clientes em 25 Estados.

A Cemig, líder de vendas a clientes finais no mercado livre com 15,03% de participação, ultrapassou recentemente o volume de 1.200MW médios de energia vendida no mercado incentivado, o que representa quase 16% desse segmento, conforme dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Trata-se de uma marca inédita para o mercado e, especialmente, para a Companhia, que vem incrementando suas vendas para esse segmento de forma contínua desde 2010.

Comercialização e distribuição de gás

A Cemig também atua no segmento de comercialização e distribuição de gás natural por meio da sua controlada Gasmig, que é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em todo o Estado de Minas Gerais. No ano de 2022, a Gasmig comercializou o total de 1.105.465 mil m³ de gás, sendo 79% para o segmento industrial, 3% para a geração térmica e os demais 18% divididos entre segmento automotivo, residencial e outros.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(Valores expressos em milhões de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Desempenho Consolidado

Lucro líquido do exercício

A Cemig apresentou um lucro líquido de R\$4.094 milhões em 2022 em comparação a um lucro líquido de R\$3.753 milhões em 2021, representando um aumento de 9,09%.

As principais variações em receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas de forma segregada por segmento na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

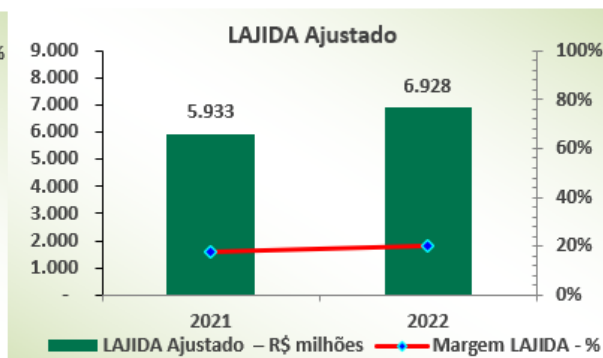
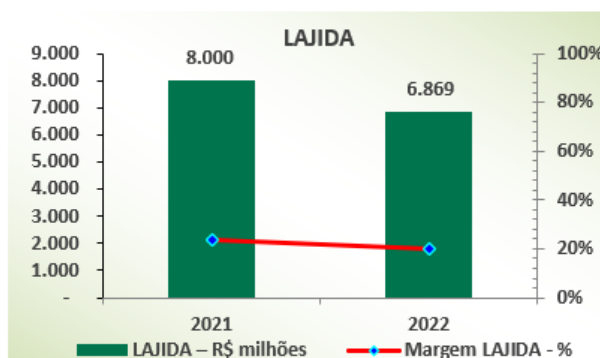
O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 16,77% em 2022, em comparação a 2021, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 17,63% em 2021 para 20,10% em 2022.

Lajida 2022 - R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Holding / Participações	Total
Resultado do período	888	350	684	443	1.729	4.094
Despesa de imposto de renda e contribuição social	307	174	314	(67)	(702)	26
Resultado financeiro	150	96	(34)	1.115	240	1.567
Depreciação e amortização	328	-	-	738	116	1.182
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	1.673	620	964	2.229	1.383	6.869
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(2)	(2)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	-	-	-	-	(105)	(105)
Devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	-	830	-	830
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	(29)	(27)	(5)	(42)	(33)	(136)
Provisões tributárias - Indenização do anuênio	14	13	2	98	9	136
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	(35)	(35)
Baixa de ativo financeiro	172	-	-	-	-	172
TARD relativo à infraestrutura	-	-	-	(145)	-	(145)
Reversão de provisão para perdas (reversão) (nota 16)	-	-	-	-	(162)	(162)
Mudança de estimativa de perdas esperadas (nota 8)	-	-	-	(131)	-	(131)
Ganho no MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes, líquido de tributos	-	-	-	(204)	-	(204)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	7	7
Resultado da combinação de negócios (nota 16)	-	-	-	-	(5)	(5)
Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar (nota 16)	-	-	-	-	(161)	(161)
Lajida ajustado (2)	1.830	606	961	2.635	896	6.928

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Lajida 2021 - R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Holding / Participações	Total
Resultado do período	1.395	421	433	1.701	(197)	3.753
Despesa de imposto de renda e contribuição social	409	78	224	655	(421)	945
Resultado financeiro	758	395	(15)	8	1.107	2.253
Depreciação e amortização	255	3	1	683	107	1.049
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.817	897	643	3.047	596	8.000
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(2)	(2)
Resultado da RTP, líquido	-	(215)	-	-	-	(215)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	-	-	-	-	(109)	(109)
Reversão de provisões tributárias	-	-	-	(89)	-	(89)
Repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20	(1.032)	-	-	-	-	(1.032)
Repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, investidas (4)	-	-	-	-	(308)	(308)
Antecipação pela prestação de serviço, líquido (3)	-	-	(148)	-	-	(148)
Ajuste líquido referente à desvalorização em investimentos	-	-	-	-	204	204
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	51	51
Resultado da combinação de negócios (nota 16)	-	-	-	-	(4)	(4)
Baixa do saldo da obrigação pós-emprego do seguro de vida	(38)	(36)	(7)	(309)	(25)	(415)
Lajida ajustado (2)	1.747	646	488	2.649	403	5.933

- Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.
- O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de Pis/Pasep e Cofins.
- As controladas em conjunto NESA e Aliança Energia e a coligada Madeira reconheceram, em 30 de setembro de 2021, os montantes de R\$30 milhões, R\$149 milhões e R\$129 milhões, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.



Receita operacional

A composição da receita é conforme segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Fornecimento bruto de energia elétrica	30.158.388	29.619.254
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	3.684.574	3.448.318
CVA e outros componentes financeiros	(1.146.560)	2.146.043
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	2.360.056	1.316.995
Receita de transmissão		
Receita de operação e manutenção	413.044	354.910
Receita de construção de transmissão	407.193	251.973
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	575.449	660.457
Receita de indenização da geração	47.028	-
Receita de construção de distribuição	3.245.688	1.852.263
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	39.369	53.751
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	466.857	523.105
Liquidação na CCEE	182.893	1.156.503
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	453.131	452.896
Fornecimento de gás	4.529.123	3.470.406
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(94.035)	(70.948)
Receita por antecipação de prestação de serviço	-	153.970
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores	(829.783)	-
Outras receitas operacionais	2.657.114	1.935.273
Tributos e encargos incidentes sobre a receita	(12.686.721)	(13.679.051)
Receita operacional líquida	34.462.808	33.646.118

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$30.158 milhões em 2022, em comparação a R\$29.619 milhões no exercício de 2021, representando um aumento de 1,82%.

	2022			2021			Variação %	
	MWh (2) (3)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2) (3)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	11.216.803	10.133	903,38	11.185.772	11.123	994,39	0,28	(8,90)
Industrial	18.203.746	5.991	329,11	16.360.861	5.275	322,42	11,26	13,57
Comércio, serviços e outros	8.956.518	6.155	687,21	8.334.095	5.520	662,34	7,47	11,50
Rural	3.092.932	2.050	662,80	3.975.398	2.566	645,47	(22,20)	(20,11)
Poder público	855.672	660	771,32	729.312	583	799,38	17,33	13,21
Iluminação pública	1.138.039	535	470,11	1.225.733	718	585,77	(7,15)	(25,49)
Serviço público	1.400.256	841	600,60	1.418.306	879	619,75	(1,27)	(4,32)
Subtotal	44.863.966	26.365	0,59	43.229.477	26.664	0,62	3,78	(1,12)
Consumo Próprio	30.942	-	-	33.074	-	-	(6,45)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(189)	-	-	(14)	-	-	1.250,00
	44.894.908	26.176	587,67	43.262.551	26.650	616,80	3,77	(1,78)
Suprimento a outras concessionárias (2)	16.776.567	3.894	232,11	12.952.726	3.024	233,46	29,52	28,77
Suprimento não faturado líquido	-	88	-	-	(55)	-	-	(260,00)
Total	61.671.475	30.158	490,89	56.215.277	29.619	528,42	9,71	1,82

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Os principais impactos na receita em 2022 decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 22,20% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe rural devido, principalmente, à redução de 31,3% no número de consumidores dessa classe, os quais migraram para outras classes como consequência do atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu recadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- redução de 11,26% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais, devido à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre, somada à retração do setor industrial no estado de Minas Gerais em relação ao exercício anterior;
- redução de 7,15% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de iluminação pública devido, principalmente, à substituição de lâmpadas comuns para lâmpadas de LED, ocorrida em algumas prefeituras;
- aumento de 17,33% na quantidade de energia faturada para a classe de poder público, devido ao retorno de atividades pós pandemia e à reclassificação de unidades consumidoras das classes Rural e Serviço Público para a classe do Poder Público, em atendimento à REN Aneel nº 901/2020;
- aumento de 7,47% na quantidade de energia faturada para a classe de comércio e serviços, em função do aumento no número de consumidores nesta classe, devido, principalmente, à migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural, em atendimento à REN Aneel nº 901/2020.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no segundo semestre de 2022 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18%, e a não incidência desse tributo sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Receita de uso da rede – Consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2022, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.685 milhões, comparada a R\$3.448 milhões em 2021, representando um aumento de 6,87%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,82% na tarifa média sobre os clientes livres no exercício de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, parcialmente compensado pela redução na alíquota de ICMS, conforme já comentado anteriormente.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 1,99% na energia transportada no exercício de 2022, em comparação ao exercício anterior.

	MWh (1)		
	2022	2021	Var %
Industrial	20.666.410	20.446.578	1,08
Comercial	1.760.697	1.535.217	14,69
Rural	40.142	44.161	(9,10)
Serviço Público	13.130	3.650	259,73
Poder Público	2.662	-	-
Concessionárias	300.924	310.178	(2,98)
Total de energia transportada	22.783.965	22.339.784	1,99

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Cemig D reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Cemig D nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

Em 2022, foi reconhecida uma despesa no montante de R\$1.146 milhões, em comparação à receita no montante de R\$2.146 milhões reconhecidos em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com compra de energia elétrica para revenda, em função do cenário hidrológico mais favorável em 2022, destacando-se a redução dos custos de energia adquirida em leilões, devido à redução nos despachos térmicos, além da diminuição dos custos com Encargos de Serviços do Sistema por efeito da redução dos despachos térmicos fora da ordem de mérito. Também contribuiu para a constituição de CVA a devolver aos consumidores os pagamentos da liquidação da energia na CCEE em valores inferiores aos que foram pagos em 2021, devido, sobretudo, à redução do PLD em 2022, que se manteve no mínimo durante quase todo o ano.

Ver mais informações na nota explicativa nº 14.4 destas demonstrações financeiras.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou uma receita de realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$2.360 milhões em 2022 comparada a R\$1.317 milhões no exercício anterior. Essa recomposição da receita decorre da tarifa da Cemig D, vigente no período de junho de 2022 a maio de 2023, estar com o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 21.

Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- a receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$413 milhões em 2022, em comparação a R\$355 milhões em 2021, um aumento de 16,34%, associado,

principalmente ao reajuste anual da RAP das transmissoras (contratos 006/1997 e 79/2000), bem como entrada de novas obras;

- as receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$407 milhões em 2022, comparados a R\$252 milhões em 2021, um aumento de 61,60%, em razão, basicamente, da maior realização nos projetos de investimento em transmissão no período; e,
- redução de 12,87% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$575 milhões e R\$660 milhões em 2022 e 2021, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 5,78% no exercício de 2022 comparada a 10,06% no exercício de 2021, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.

Receita de construção de distribuição

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$3.246 milhões em 2022, comparados a R\$1.852 milhões em 2021, demonstrando um aumento de 75,27%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Cemig D em relação ao exercício anterior, destacando-se o aumento na realização de atendimento ao mercado, principalmente devido ao aumento de solicitações para ligações de clientes, execução do projeto de Infraestrutura Avançada de Medição, com a instalação de 230 mil medidores inteligentes, além da expansão do sistema de alta tensão, com a energização de 45 subestações novas e ampliadas, e construção de 896 Km de linhas de distribuição.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Cemig D, no exercício, em ativos da concessão.

Fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$4.529 milhões em 2022 comparada a R\$3.470 milhões em 2021, demonstrando um aumento de 30,52%. Esta variação decorre, basicamente, do reajuste pelo IGP-M na margem do gás natural em 16% até maio de 2022, onde foram definidas as novas margens da Gasmig, que são superiores às de 2021.

Receita de transações com energia na CCEE

A receita de transações com energia na CCEE foi de R\$183 milhões em 2022 em comparação a R\$1.157 milhões em 2021, representando uma redução de 84,19%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução de 78,9% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$58,99/MWh no exercício de 2022 comparado a R\$279,61/MWh no exercício de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$12.687 milhões em 2022 comparados a R\$13.679 milhões em 2021, representando uma redução de 7,25%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo e não incidência desse tributo sobre os serviços de distribuição e os encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, conforme já mencionado.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$26.139 milhões em 2022, comparados a R\$26.201 milhões em 2021.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 28 destas demonstrações financeiras.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$14.614 milhões em 2022, comparado a R\$16.101 milhões em 2021, representando uma redução de 9,24%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 46,58% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.334 milhões em 2022, comparado a R\$6.242 milhões em 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos por disponibilidade das usinas térmicas e da redução na aquisição de energia via Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD;
- aumento no custo com compra de energia no ambiente livre, sendo R\$6.003 milhões em 2022, comparado a R\$4.976 milhões em 2021. O crescimento deve-se, principalmente, ao aumento do montante de energia comprado entre os anos de 2021 e 2022, que possibilitaram a realização de contratos de venda de energia;
- redução de 56,74% no custo com energia de curto prazo, sendo de R\$530 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$1.224 milhões no exercício de 2021, justificada, principalmente, pela variação do PLD, que teve seu valor médio de R\$58,99 em 2022, comparado ao valor médio de R\$279,61 no exercício anterior;
- redução de 15,51% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$1.644 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$1.946 milhões no exercício de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$28,07/KW para US\$24,73KW, definida por resolução;
- aumento de 55,91% no custo com geração distribuída, sendo de R\$1.977 milhões em 2022 comparado a R\$1.268 milhões em 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (191.153 em dezembro de 2022, comparada a 115.868 em dezembro de 2021) e do aumento na quantidade de energia injetada (3.041 GWh no exercício de 2022, comparado a 1.920 GWh no exercício de 2021);

- aumento de 11,14% no custo com contratos por cotas de garantia física, sendo de R\$925 milhões em 2022 comparado a R\$832 milhões em 2021. Esse aumento decorre do reajuste anual das RAG's das usinas de Cotas, definido por resolução, sempre em julho;
- aumento de 46,04% no custo com cotas das usinas de Angra I e II, sendo de R\$357 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$245 milhões no exercício de 2021. Essa variação decorre do reajuste financeiro anual, definido por resolução, em que o valor mensal passou de R\$20,3 milhões em 2021 para R\$29,7 milhões em 2022;
- aumento de 17,98% no custo com contratos bilaterais, sendo de R\$493 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$418 milhões no exercício de 2021. Esse aumento decorre, principalmente, do reajuste anual dos contratos bilaterais do ACR.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 28a destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$2.925 milhões em 2022, comparados a R\$3.663 milhões em 2021, representando uma redução de 20,15%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela redução de 56,65% nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho de usinas fora da ordem de mérito, parcialmente compensada pelo aumento de 39,47% nos custos com Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) em relação ao exercício anterior, devido a créditos que a Cemig D possuía em 2021 que acabaram por reduzir seus custos.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14b destas demonstrações financeiras.

Gás comprado para revenda

A Companhia registrou, em 2022, uma despesa com gás comprado para revenda no montante de R\$2.735 milhões comparado a R\$2.011 milhões, representando um aumento de 36,00%. Esta variação decorre, basicamente, do reajuste dos custos praticados devido à variação contratual dos preços do gás natural.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.352 milhões em 2022 comparada a R\$1.240 milhões em 2021, representando um aumento de 8,99%. A variação decorre, principalmente, do reajuste salarial de 11,08% a partir de novembro de 2021, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2020, também em função de Acordo Coletivo.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$83 milhões no exercício de 2022, comparada a R\$134 milhões no exercício anterior, representando uma redução de 38,06%. Esta variação decorre, basicamente, da alteração nos critérios para cálculo da participação, conforme disposto nos acordos coletivos relativos ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da Cemig de 2022 e 2021.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2022 foi uma despesa no montante de R\$626 milhões, em comparação a uma despesa no montante de R\$15 milhões em 2021. Essa variação decorre, principalmente, das alterações realizadas em 2021, pela Companhia, no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia cessou o pagamento desse benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado. Mais detalhes na nota explicativa nº 24.

Serviço de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.706 milhões em 2022, comparada a R\$1.450 milhões em 2021, representando um aumento de 17,66%. As principais variações que explicam esse aumento são:

- aumento de 21,36% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$589 milhões em 2022, comparado a R\$485 milhões em 2021;
- aumento de 56,49% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$146 milhões em 2022, comparado a R\$93 milhões em 2021.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$455 milhões em 2022 comparadas a R\$375 milhões em 2021, representando um aumento de 21,63%. As principais variações que explicam esse aumento são:

- variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$182 milhões no exercício de 2022, em comparação a R\$2 milhões no exercício de 2021. Esta variação decorre, principalmente, do provisionamento das

contribuições previdenciárias da ação de Indenização do Anuênio, bem como da atualização financeira das ações relacionadas às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), as quais são corrigidas pela taxa Selic (mais detalhes na nota explicativa nº 25);

- aumento nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$98 milhões no exercício de 2022, em comparação a R\$35 milhões no exercício de 2021. Esse aumento decorre, principalmente, do julgamento do tema que trata da prevalência do negociado sobre o legislado, movimentando diversos processos das mais variadas fases e matérias, levando a um aumento das adições.

Perdas de créditos esperadas (PCE)

Redução de 24,31% na perda esperada de créditos, que representou uma constituição de R\$109 milhões em 2022 em comparação a R\$144 milhões em 2021, em função da menor inadimplência observada nos últimos 12 meses e, adicionalmente, da revisão das regras de mensuração das perdas, buscando uma maior aderência ao comportamento da inadimplência da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$843 milhões em 2022 em comparação a R\$182 milhões em 2021.

O resultado de 2022 está associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- reconhecimento de recebível no montante de R\$161 milhões, em 2022, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016; e
- reversão da provisão referente às obrigações contratuais da Cemig GT assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionistas no montante de R\$162 milhões. Referida provisão foi constituída em 2021, afetando negativamente o resultado com equivalência patrimonial daquele período.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 16.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.567 milhões em 2022 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$2.253 milhões em 2021. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação negativa do dólar em relação ao Real em 2022, de 6,5%, em comparação à variação positiva de 7,39% em 2021, gerando o registro de receitas no montante de R\$338 milhões e despesas de R\$353 milhões nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente;

- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos *Eurobonds* apresentou variação negativa em 2022, no montante de R\$438 milhões, em comparação ao reconhecimento de perdas no montante de R\$538 milhões em 2021. A variação é decorrente, principalmente, do aumento na curva de juros em relação à expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real;
- reconhecimento do ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$47 milhões em 2022 (R\$491 milhões em 2021) como resultado das recompras parciais dos *Eurobonds – Tender Offer*. Mais detalhes sobre essas operações na nota nº 22; e,
- aumento de 189,06% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$185 milhões em 2022, comparada a R\$64 milhões em 2021. Essa variação decorre, basicamente, do aumento da taxa Selic, indexador do saldo, quando comparada ao exercício anterior.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no exercício de 2022, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$26 milhões em relação ao lucro de R\$4.121 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 0,64% de alíquota efetiva. No exercício de 2021, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$945 milhões em relação ao lucro de R\$4.698 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 20,12% de alíquota efetiva.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10d.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$1.440.661 milhões em comparação ao saldo de R\$825.208 milhões em 31 de dezembro de 2021, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2022 e 2021 totalizou R\$6.613 milhões e R\$3.683 milhões, respectivamente. Essa variação decorre, principalmente, do maior dispêndio de recursos, em 2021, com compra de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão em relação aos valores que haviam sido incluídos no reajuste tarifário.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2022 totalizou R\$3.206 milhões, comparado a um caixa líquido gerado em 2021 de R\$1.371 milhões. Esse resultado decorre, principalmente, do aumento dos investimentos realizados nos ativos de infraestrutura de distribuição de energia elétrica e gás, sendo R\$3.112 milhões em 2022 (R\$1.798 milhões em 2021).

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2022 totalizou R\$2.792 milhões, em comparação a um caixa líquido consumido de R\$5.910 milhões em 2021. Apesar do aumento dos juros sobre capital próprio e dividendos pagos, houve redução nos pagamentos de empréstimos e debêntures, assim como novas captações de recursos durante 2022.

Desempenho por segmentos

Desempenho do segmento de Distribuição

A Cemig D apresentou, no exercício de 2022, lucro de R\$443 milhões em comparação a R\$1.701 milhões no exercício de 2021. As principais variações na comparação dos resultados de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Receita operacional líquida

No exercício de 2022, a receita operacional líquida foi de R\$20.919 milhões em comparação a R\$21.713 milhões no exercício de 2021, representando uma redução de 3,66%, devido principalmente a:

- receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$20.209 milhões em 2022, em comparação a R\$21.713 milhões no exercício de 2021, representando uma redução de 6,93%. Os principais impactos na receita são decorrentes da redução de 2,45% no volume de energia vendida em 2022 na comparação com 2021, e, adicionalmente, a redução na alíquota de ICMS no segundo semestre de 2022, com redução na tarifa de energia. Destaca-se que essa redução do ICMS não tem impacto no resultado da Companhia, pois a redução no faturamento bruto teve como contrapartida uma redução nos pagamentos de ICMS;
- receita de uso da rede – consumidores livres referente à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a

energia distribuída. Em 2022, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.715 milhões, comparada a R\$3.473 milhões em 2021, representando um aumento de 6,97%;

- CVA e outros componentes financeiros, sendo que em 2022, foi reconhecida uma despesa no montante de R\$1.146 milhões, em comparação à receita no montante de R\$2.146 milhões reconhecidos em 2021; e,
- os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.442 milhões em 2022 comparados a R\$10.992 milhões em 2021, representando uma redução de 14,09%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução significativa do ICMS constante nas tarifas de energia elétrica no segundo semestre de 2022 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18% e a não incidência desse tributo sobre os encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Custos com energia elétrica

No exercício de 2022, o custo com energia elétrica foi de R\$11.938 milhões em comparação a R\$14.853 milhões no exercício de 2021, representando uma redução de 19,63%, devido principalmente a:

- redução de 19,88% do custo com energia elétrica comprada para revenda, sendo R\$9.171 milhões em 2022, comparado a R\$11.447 milhões em 2021; e,
- redução de 18,75% dos encargos de uso do sistema elétrico, sendo R\$2.767 milhões em 2022, comparados a R\$3.406 milhões em 2021.

Custos de operação

Os custos de operação foram de R\$7.488 milhões em 2022, comparados a R\$5.129 milhões em 2021, representando um aumento de 45,99%, devido principalmente a:

- os custos de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$3.193 milhões em 2022, comparados a R\$1.802 milhões em 2021, demonstrando um aumento de 77,19%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Cemig D em relação ao exercício anterior;
- as provisões operacionais foram de R\$399 milhões em 2022 comparadas a R\$198 milhões em 2021, representando um aumento de 101,22%. As principais variações que explicam essa redução são: (i) variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$140 milhões no exercício de 2022, em comparação a uma reversão líquida de R\$18 milhões no exercício de 2021; e (ii) aumento nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$68 milhões no exercício de 2022, em comparação a R\$1 milhão no exercício de 2021.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig D.

Desempenho do segmento de Transmissão

O segmento de transmissão apresentou, em 2022, um lucro líquido de R\$354 milhões, em comparação ao lucro líquido R\$421 milhões no exercício anterior, representando uma redução de 15,91%. Em 2021, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos em função da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida no montante de R\$215 milhões.

Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- a receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$413 milhões em 2022, em comparação a R\$355 milhões em 2021, um aumento de 16,34%, associado, principalmente ao reajuste anual da RAP das transmissoras (contratos 006/1997 e 79/2000), bem como entrada de novas obras;
- as receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$407 milhões em 2022, comparados a R\$252 milhões em 2021, um aumento de 61,60%, em razão, basicamente, da maior realização nos projetos de investimento em transmissão no período; e,
- redução de 12,87% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$575 milhões e R\$660 milhões em 2022 e 2021, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 5,78% no exercício de 2022 comparada a 10,06% no exercício de 2021, base para a remuneração do contrato.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$291 milhões em 2022, em comparação a R\$183 milhões em 2021, um aumento de 58,55%, em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que objetiva a intensificação dos investimentos em reforços e melhorias para a renovação da base ativos, condicionados aos prazos, custos e retorno esperado. A execução da carteira de investimentos em 2022 cumpriu o planejamento das energizações e receitas projetadas. As receitas serão reconhecidas e formalizadas no processo de revisão tarifária previsto para 2023.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Geração

O segmento de geração apresentou, em 2022, um lucro líquido de R\$892 milhões, em comparação ao lucro líquido R\$1.394 milhões no exercício anterior, representando uma redução de 36%. As principais variações na comparação dos resultados de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

- redução de 86,08% no montante de custos com energia elétrica comprada para revenda, que foi de R\$81 milhões em 2022, em comparação a R\$580 milhões no exercício de 2021. Essa variação está associada principalmente, a melhoria observada no GSF que apresentou valor médio de 0,86 em 2022, em comparação a 0,77 em 2021. Além disso, redução de 78,9% no preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$58,99/MWh no exercício de 2022 comparado a R\$279,61/MWh no exercício de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica;
- o resultado de 2021 foi impactado pelo reconhecimento dos efeitos positivos da repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, no montante de R\$1.032 milhões (mais detalhes na nota explicativa nº 18).

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Comercialização

O segmento de comercialização apresentou, em 2022, um lucro líquido de R\$675 milhões, em comparação ao lucro líquido R\$433 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 55,89%, decorrente, principalmente, das variações descritas a seguir:

Receita de transações com energia na CCEE

A receita líquida do segmento de comercialização foi de R\$7.918 milhões em 2022, comparado a R\$6.430 milhões em 2021, tendo um aumento de 23,14%. Essa variação decorre, principalmente, do maior volume de energia vendida, da redução da diferença de preços entre submercados e da exposição na CCEE contra maior volume de compra de energia para recomposição do lastro de energia incentivada.

Custo com energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$6.880 milhões em 2022, comparado a R\$5.735 milhões em 2021, representando um aumento de 19,97%. Essa variação decorre, principalmente, da continuidade na transferência dos contratos de comercialização de energia da controlada Cemig GT para a Cemig.

Perdas de créditos esperadas (PCE)

Redução de 96,07% na perda de créditos esperada, que representou uma constituição de R\$0,5 milhão em 2022 em comparação à constituição de R\$13 milhões em 2021, em função, principalmente, da baixa inadimplência observada nos últimos 12 meses.

Desempenho do segmento de Participações e Holding

O resultado das coligadas e controladas em conjunto e da Holding é avaliado como um único segmento em linha com as estratégias de negócio da Companhia. O segmento de participações e holding apresentou, em 2022, um lucro líquido de R\$1.730 milhões, em

comparação ao prejuízo de R\$196 milhões no exercício anterior. As variações nos resultados das investidas que justificam os melhores resultados obtidos em 2022 estão apresentadas com mais detalhes na nota explicativa nº 16.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A Companhia apresentou relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2022, fruto de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (OPEX) enquadradas nos limites regulatórios no negócio de Distribuição. Nos demais negócios, destaque para aumento no volume de energia vendida pela Cemig GT e pela Cemig Holding, excluindo CCEE, alienação e redução de participações em ativos não estratégicos, que resultaram em maior foco em sua estratégia de crescimento do *core business*. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente a alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e continuidade do seu programa de investimentos.

Em junho de 2022, a Cemig D concluiu a liquidação da sua 8ª Emissão de Debêntures Simples, da espécie quirografária com garantia fidejussória e com um volume de R\$1 bilhão em 2 séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 500 milhões com incidência de juros remuneratórios de CDI + 1,35% a.a., *bullet*, com prazo de 5 anos. A 2ª série, também no valor de R\$ 500 milhões, tem incidência de juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 6,11% a.a., com prazo de 7 anos e amortizações no 6º e 7º ano.

Em dezembro de 2022, a Cemig GT concluiu a liquidação da sua 9ª Emissão de Debêntures Simples, da espécie quirografária com garantia fidejussória e com um volume de R\$1 bilhão em 2 séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 700 milhões com incidência de juros remuneratórios de CDI + 1,33% a.a., amortizações nos 36º, 48º e 60º meses e prazo total de 5 anos. A 2ª Série, caracterizada como “Debêntures Verdes”, foi emitida no valor de R\$ 300 milhões com incidência de juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 7,62% aa, *bullet*, com prazo de 7 anos.

Em paralelo, a Cemig GT realizou mais uma recompra antecipada parcial de sua dívida denominada em dólares, *Eurobonds*, cujo vencimento original é dezembro de 2024, com o objetivo de reduzir a concentração de sua dívida. Como resultado da *Tender Offer*, foram recomprados US\$244 milhões de principal. Para mais informações, ver nota explicativa nº 22.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor’s e Fitch Ratings mantiveram os *ratings* da Companhia, da Cemig GT e da Cemig D, além da melhora do *rating* promovido pela agência Moody’s que o elevou, em escala global, de “Ba3” para “Ba2”, igualando-o ao *rating* soberano do Brasil e de AA-.br para AA.br em nível nacional, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do Lajida, combinado com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

A tabela a seguir apresenta a posição de *ratings* da Companhia nas três principais agências:

Agências de classificação de risco

FitchRatings AA+(bra) Cemig H, Cemig GT and Cemig D Escala Nacional
 BB Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Global

Grau de Investimento											Grau Especulativo									
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB-	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D	

Upgrade em 27/10/2021

STANDARD & POOR'S brAA+ Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Nacional
 BB- Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Global

Grau de Investimento											Grau Especulativo										
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB-	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

Upgrade em 28/01/2021

MOODY'S AA.br Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Nacional
 Ba2 Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Global

	Grau de Investimento										Grau Especulativo										
Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
Nacional	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C

Upgrade Nacional em 13/04/2022
 Upgrade Global em 18/05/2022

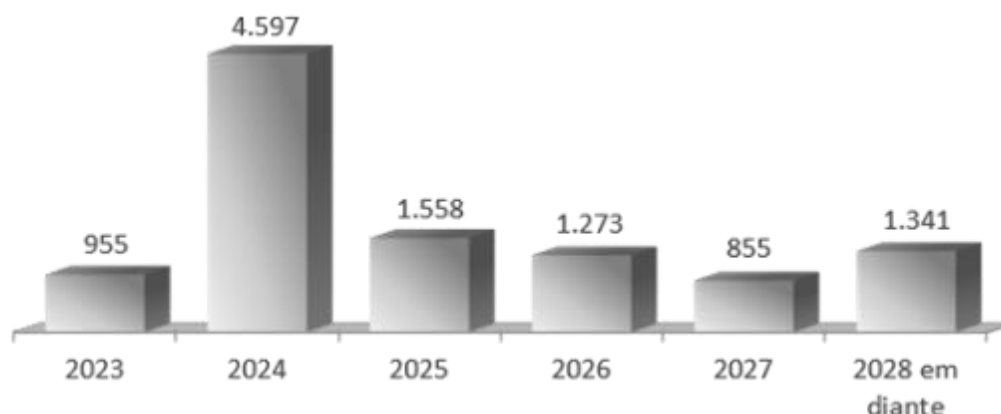
Classificação: Uso Interno

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

Tanto os *eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que são atendidos pela Companhia.

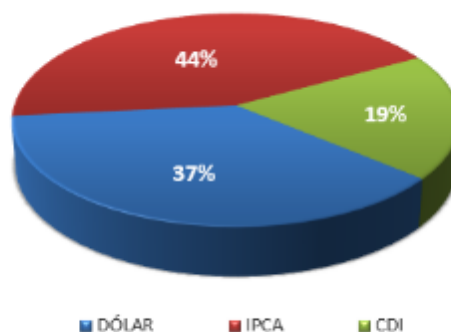
O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$10.579 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,2 anos.

Cronograma de amortizações da dívida
 Posicionamento em dezembro de 2022 (R\$ milhões)



Os indexadores da dívida da Companhia estão apresentados no gráfico abaixo:

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2022



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um *hedge* natural, dado que a receita da atividade de distribuição e grande parte dos contratos de comercialização também são corrigidos por esse índice. Com relação aos *Eurobonds*, emitidos em dólares, há uma estrutura de *hedge* que faz com que a exposição final seja atrelada ao CDI. O custo real da dívida da Companhia é de 8,96% a.a. a preços constantes e de 15,27% a.a. em custo nominal.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2023, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2022, no montante de R\$4.092 milhões, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$127 milhões, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$835 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$205 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R\$2.232 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2023 e a segunda até 30 de dezembro de 2023, conforme segue:
 - R\$1.983 milhões declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2022;
 - R\$249 milhões declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$1.756 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2023, conforme orçamento de capital;

- R\$26 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$835 milhões, considerando a reversão da reserva constituída em 2021 e a nova constituição de reserva em 2022 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2023, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

Após 5 anos com um cenário hidrológico dentre os piores da história, a ENA (Energia Natural Afluente) média de 2022 ficou em 98% da média histórica, uma rápida recuperação frente ao pior valor histórico verificado em 2021 (71% da MLT – Média de Longo Termo). Com a melhora da hidrologia e as medidas para preservação do armazenamento o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) juntamente com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), coordenaram o desligamento das térmicas despachadas por fora da ordem de mérito ainda no período úmido (até abril). Ao final desse período o armazenamento do SIN chegou a 75% do nível máximo, cerca de 33% acima do valor observado no mesmo período de 2021. No segundo semestre de 2022 a hidrologia permaneceu com valores elevados, o que levou o sistema a fechar o ano com um armazenamento de 58%, em comparação a 38% em 2021.

Com uma boa hidrologia, armazenamento elevado e uma grande sobreoferta estrutural o PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste/Centro-Oeste em 2022 foi de R\$58,99/MWh, comparado a R\$279,61/MWh em 2021, representando uma redução de 78,9%. O PLD permaneceu no seu valor piso (R\$55,70/MWh) em 7 meses do ano, sendo que o maior valor foi verificado no mês de agosto, R\$76,90/MWh, devido a uma previsão pessimista de ENA, que não se realizou. A melhora hidrológica de 2022 levou o GSF (*Generation Scaling Factor*) a apresentar um valor médio maior quando comparado a 2021, sendo 0,86 em 2022 em comparação a 0,77 em 2021.

Distribuição de energia elétrica

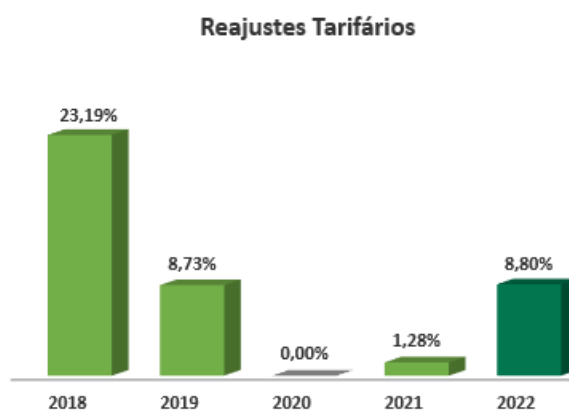
Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 24 de maio de 2022, na 18ª Reunião Pública Ordinária da Aneel, a Diretoria Colegiada da Agência decidiu postergar a vigência das tarifas da Cemig D.

Em 21 de junho de 2022, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 22 de junho de 2022 a 27 de maio de 2023, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 8,80%. Para os consumidores residenciais (B1) o impacto médio foi de 5,22%, bem abaixo do reajuste médio das tarifas residenciais no Brasil, que foi 10,61%. O período em que as tarifas ficaram sem a vigência do novo reajuste, de 28 de maio a 21 de junho de 2022, teve o seu efeito financeiro calculado para compensação posterior à Cemig D.

Na composição do reajuste homologado, a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, representou 3,89%, e a variação dos custos não controláveis, já considerada a devolução parcial dos créditos de Pasep/Cofins, contribuíram com os demais 4,91%.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 23,1% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 76,9% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e impostos.

Transmissão de energia elétrica

A receita dos ativos de transmissão da Companhia é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas (“RAPs”) para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando há Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. Este último componente da receita, por sua vez, consiste em um componente financeiro referente a ajustes na RAP de ciclos

anteriores. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período.

O resultado do Reajuste Anual da RAP do ciclo 2022-2023, ocorrido em 1º de julho de 2022, foi de 21% composto pelo efeito do reperfilamento do Componente Financeiro da RAP do Custo Anual dos Ativos da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente), da aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e reconhecimento dos novos reforços.

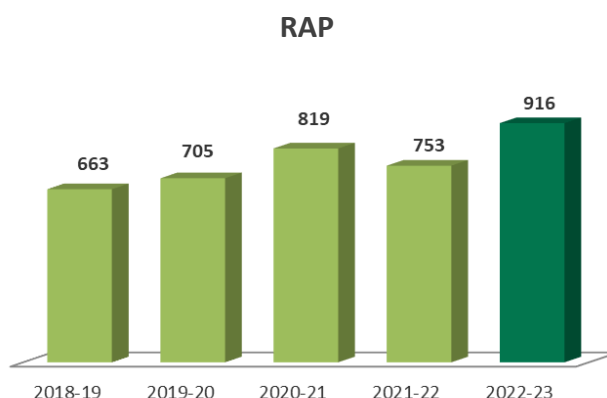
A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) e da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais – Centroeste (contrato 004/2005) foram reajustadas em 10,7% no ciclo 2022-2023 frente ao ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período.

RAP homologada

A Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo de 2022-2023 com vigência a partir de 1º de julho de 2022, representando um reajuste de 19,96%. O acréscimo está relacionado, principalmente, a: (i) reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes da RBSE, tendo sido 64% superior em comparação ao ciclo de 2021-2022, (ii) variações nos índices de reajuste no período (11,7% para o IPCA e 10,7% para o IGPM) e (iii) a entrada de novas obras.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2021-2022 R\$ milhões	RAP ciclo 2022-2023 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	682,8	825,6	21,0%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	40,7	45,0	10,7%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	28,5	31,5	10,7%
Contrato de Concessão – 006/11	IPCA	7,9	8,9	11,7%
		759,9	911,0	19,9%

No total, a receita das transmissoras para o ciclo 2022-23 considerando o contrato da Cemig GT, Itajubá e Centroeste ficou em R\$916 milhões, representando um reposicionamento de 21,65% em comparação ao ciclo anterior.

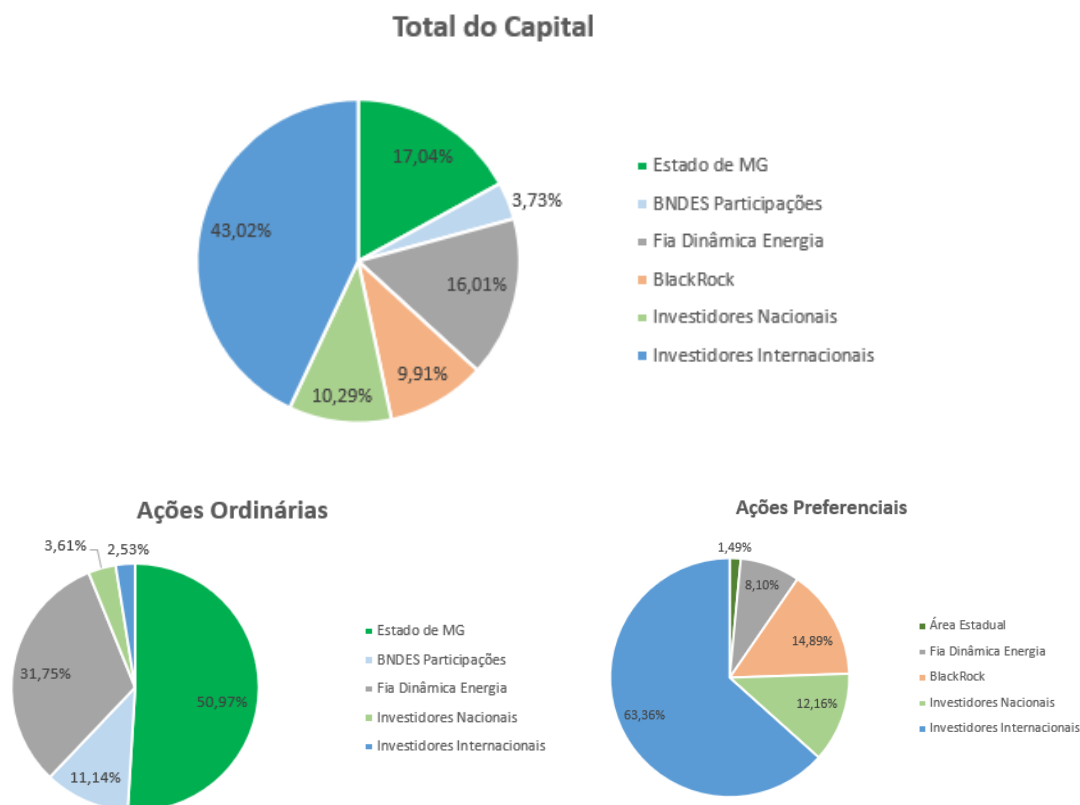


MERCADO DE CAPITAIS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível

1 de Governança Corporativa da B3. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição acionária



Cotações das ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2021 e 2022, das ações em São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2021	Fechamento 2022
Cemig PN	CMIG4	R\$	8,92	11,14
Cemig ON	CMIG3	R\$	13,06	16,15
ADR PN	CIG	US\$	1,63	2,03
ADR ON	CIG.C	US\$	2,64	3,12
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	2,06	1,81

Fonte - Econômica – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

Em 2022, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$30,24 bilhões, com uma média diária de R\$120,66 milhões. Esse volume negociado faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da B3, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

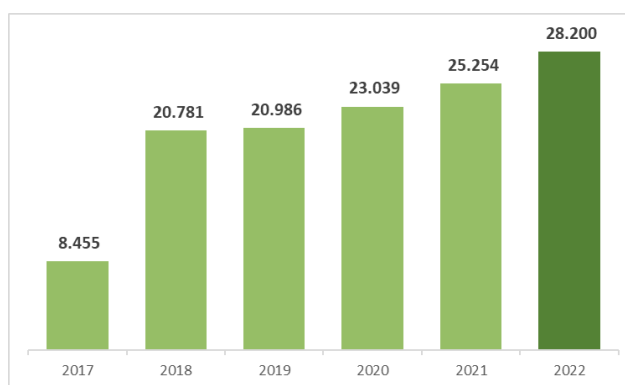
O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2022 foi de US\$14,99 milhões e movimentou US\$3,79 bilhões, o que consolida a posição da Cemig como opção global de investimento. Entre os ADRs do setor elétrico

brasileiro negociados na NYSE, a Cemig apresentou um dos maiores volumes negociado em 2022.

Em termos de desempenho, as ações da Companhia estiveram entre aquelas que apresentaram as melhores rentabilidades do setor elétrico na B3, sendo a terceira Companhia mais negociada. Ambas as ações da Cemig negociadas na B3 tiveram desempenho superior àquele verificado pelo índice do setor elétrico IEE e ao principal indicador da B3, o Ibovespa.

2022/2021	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	IEE	DJIA
	24,94%	23,61%	25,03%	18,25%	4,69%	3,11%	(8,78%)

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano, com um crescimento em relação ao ano anterior de 11,67%.



INVESTIMENTOS

Investimentos em geração de energia elétrica e geração distribuída

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança Geração”). A Aliança Geração possui um projeto de investimento em curso, conforme abaixo:

- Parque Eólico Acauã (“Acauã”): composto de 3 parques, a saber: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o segundo semestre de 2023. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

Em dezembro de 2022, entrou em operação comercial a Central Eólica Gravier S.A. (“Gravier”) localizada no município de Icapuí, no estado do Ceará. O empreendimento teve início da implantação em janeiro de 2021 e conta com 17 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 71,4 MW e a produção estimada de 28 MW médios.

Os investimentos têm como fonte de recursos o próprio caixa da Aliança Geração, bem como financiamento por meio de emissão de debêntures e/ou outros instrumentos financeiros.

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

Em 23 de agosto de 2022, a Companhia celebrou contratos de fornecimento na modalidade Full EPC (Engineering, Procurement and Construction) para implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante, com Capex estimado na ordem de R\$824 milhões, sendo R\$447 milhões para UFV Boa Esperança e R\$377 milhões para UFV Jusante.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, Minas Gerais. A UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 87 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais. O cronograma dos projetos prevê a energização das usinas até setembro de 2023.

A implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

Projeto Poço Fundo

Em setembro de 2022, entraram em operação as novas unidades geradoras da Pequena Central Hidrelétrica de Poço Fundo, localizada no Sul de Minas Gerais. A ampliação desta PCH faz parte do programa de investimentos e marca a retomada da Cemig na construção de novas usinas. A capacidade de geração do novo empreendimento é de 30MW, ante os 9.16MW da antiga usina. Com investimento de aproximadamente R\$150 milhões, a usina conta com novos equipamentos, mais modernos e eficientes, que permitirão a operação remota da usina pelo Centro de Operação do Sistema (COS) da Companhia.

O empreendimento entrou em operação com três meses de antecedência em relação ao prazo estabelecido para o início do suprimento da energia comercializada pela Companhia no Leilão Aneel 03/2019, decorrente da ampliação da usina.

Cemig Sim

Empresa do Grupo Cemig com foco em inovação e soluções em energia, investiu, em 2022, aproximadamente R\$82 milhões em usinas de geração de energia solar fotovoltaica.

A empresa atingiu a marca de 5.600 unidades consumidoras de energia solar por assinatura em 2022. A empresa está buscando expandir sua capacidade instalada ao Planejamento Estratégico da Cemig, prospectando o desenvolvimento de novos projetos e planeja investir, no período entre 2023 e 2025, o equivalente a R\$1,2 bilhão no segmento de Geração Distribuída.

Investimentos em transmissão

Cemig GT

A Cemig GT sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

O lote arrematado tem sinergias importantes, aproveita a estrutura de operação e manutenção existente na Cemig GT, além de previsões de otimizações de CAPEX e antecipação de entrega do empreendimento, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto. O resultado no certame consolida o posicionamento estratégico da Cemig GT como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do país, em linha com os objetivos de crescimento sustentável e geração de valor, seguindo o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade, respeitando o meio ambiente.

Taesa

A Taesa sagrou-se vencedora nas disputas pelos lotes 3 e 5 referentes ao mesmo leilão de transmissão. O valor da RAP vencedora foi de R\$91,4 milhões para o Lote 3 e R\$152,2 milhões para o Lote 5.

O resultado no certame é decorrente da execução do planejamento estratégico da Taesa, da sua missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável.

Investimentos em distribuição

Os investimentos em distribuição, no ano de 2022, foram de aproximadamente R\$3.056 milhões, representando um aumento de mais de 70% em relação aos investimentos de 2021 (R\$1.740 milhões).

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de 2021 a 2025, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

Gás natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial,

residencial, comercial e termelétrico, fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV). A Cemig detém 99,57% do capital da Gasmig.

Em 2022, a Gasmig aplicou valores da ordem de R\$ 55,5 milhões (R\$ 56,6 milhões em 2021), principalmente, na expansão de suas Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais, sendo que a sua base de clientes aumentou em 16%, passando de 71.236 em 2021, para 82.582 unidades consumidoras em 2022.

A empresa está focando seus investimentos na expansão da rede de distribuição de gás alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig e planeja investir, no período entre 2023 e 2025, o equivalente a R\$ 1,3 bilhão.

RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

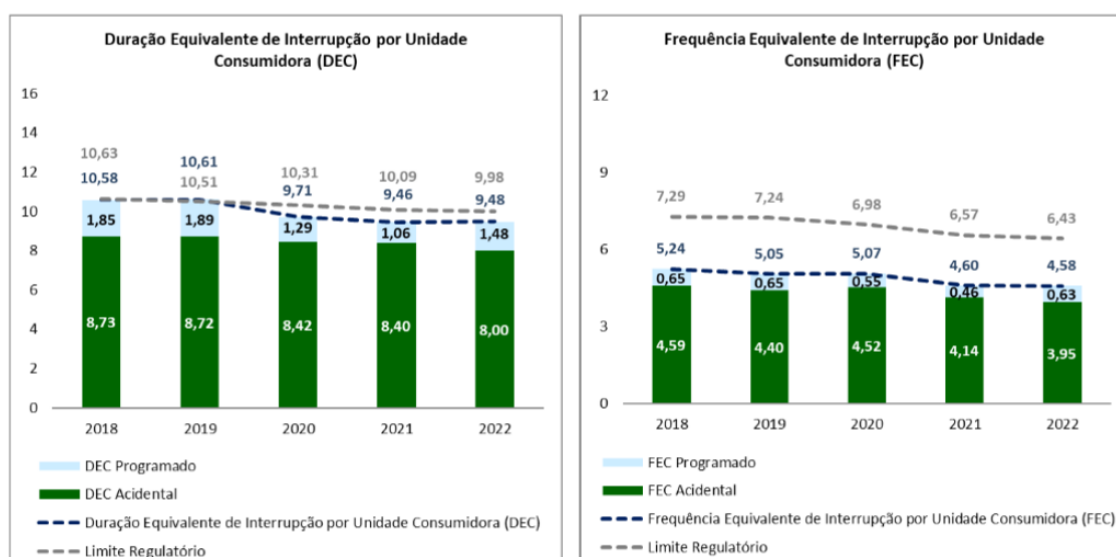
Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), obteve em 2022 o resultado de 9,48 horas frente ao limite regulatório de 9,98 horas. Ressalta-se que o desempenho no DEC Acidental, em 2022, foi o melhor dos últimos anos, com um valor de 8,00 horas, apresentando redução significativa em relação a 2021.

O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) demonstra relevante redução ao longo dos anos, sendo que, em 2022, o valor apurado foi de 4,58 interrupções frente ao limite regulatório de 6,43 interrupções.

Esses resultados reforçam o compromisso com a melhoria contínua no atendimento aos clientes por meio do aumento de investimentos e eficácia na aplicação dos recursos.

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos.



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

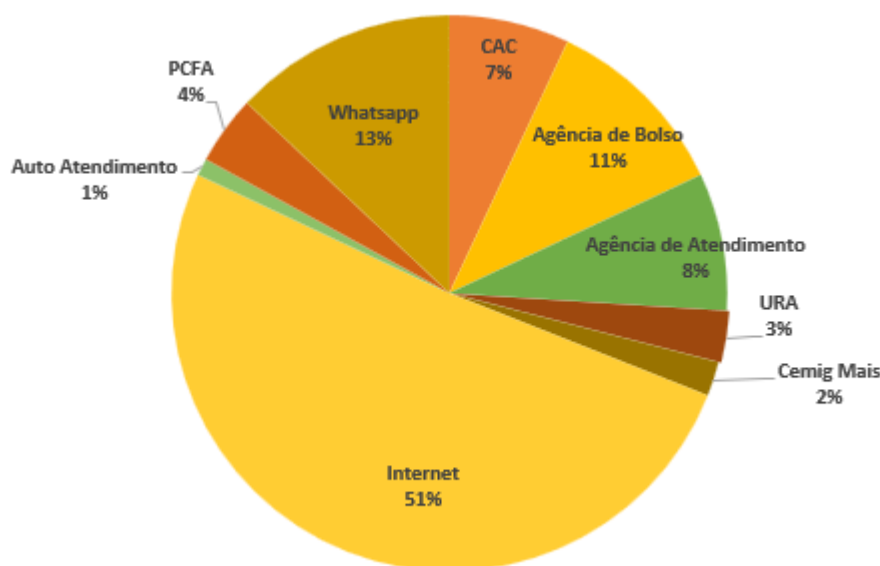
A Cemig D possui área de concessão no Estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste Estado. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 139 agências e 638 postos de atendimento. Em 2022, em função da continuidade da pandemia da Covid-19, a empresa seguiu com os protocolos de segurança sanitária para a segurança de seus consumidores e colaboradores.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat. O número de contatos registrados em 2022 foi de 7,4 milhões.

Além do seu site, com mais de 53 milhões de protocolos em 2022, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Telegram, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 13 milhões de protocolos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 11 milhões de protocolos em 2022. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco pontos externos, foram realizados aproximadamente 1 milhão de protocolos. No total, a Companhia teve cerca de 122,3 milhões de atendimentos, em 2022, por meio dos seus diversos canais.

Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais em 2022:



Satisfação do consumidor

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP – Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado no final do mês de agosto de 2022, no qual a Companhia atingiu 67,7% de índice de satisfação. Essa pontuação foi maior que o resultado geral da Abradee que ficou em 67%, fato esse que indica que, apesar dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes, são necessárias ações de melhoria contínua.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, com reflexo nos indicadores de satisfação, a Companhia implantou pesquisas mensais do NPS - *Net Promoter Score, Global e Transacional*, para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente nas reclamações dos nossos clientes.

A pesquisa IASC 2022 foi realizada no período de 5 de julho a 5 de outubro de 2022 com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão.

O resultado da pesquisa será conhecido somente em abril de 2023.

Transformação do atendimento

A Cemig possui uma parceria estratégica para transformar o relacionamento com os mais de 9 milhões clientes no Estado de Minas Gerais.

O projeto Cliente+ tem como principal objetivo prover uma operação *omnichannel*, ou seja, convergência dos canais de atendimento existentes (Telefônico, Presencial e Digital), que proporciona um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes.

Para que a operação alcance a efetividade desejada, foi criada uma estrutura de gestão denominada Torre de Controle, que por meio do desenvolvimento de uma arquitetura de dados e inteligência analítica transcritas em dashboards realiza o suporte e monitoramento em tempo integral da operação. De forma ágil e direcionada é capaz de tratar inconsistências, redefinir processos e aplicar melhorias na operação.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1 milhão de clientes em 2022, o que representa um aumento de 38,48% em relação ao ano de 2021 (725 mil clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2022 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

Gestão da adimplência e arrecadação

O ambiente doméstico relativo ao inadimplimento da população para contas básicas mostrou-se desafiador em 2022, sendo o setor de *utilities* um dos grandes afetados.

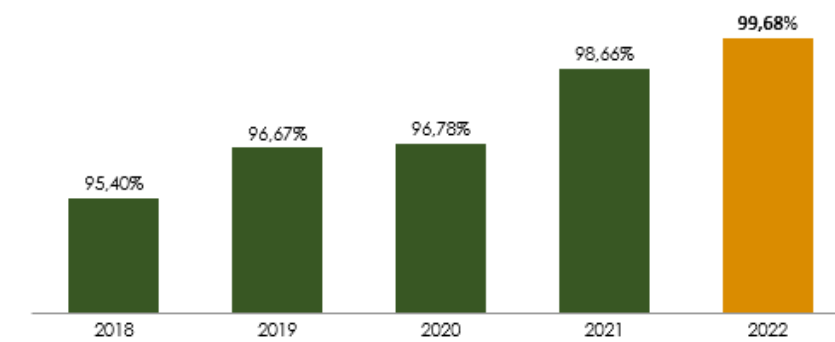
Entretanto, os resultados obtidos pelo segmento de distribuição foram positivos, decorrente de uma série de iniciativas adotadas pela Companhia, conforme abaixo:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 20% de ações comparado a 2021. Ocorreram mais de 35 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 2 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leituristas em conjunto com as faturas do mês correntes, 5,7 milhões de negativações, 1,9 milhões de suspensões de fornecimento e 272 mil protestos de títulos junto a cartórios;
- Forte atuação da cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo mais difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 1 ano ou provenientes de faturamento de consumo irregular;
- Implementação de um núcleo específico de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;
- Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. No primeiro semestre de 2022, a Cemig D realizou a campanha promocional “Conta com PIX”, o que alavancou a participação de pagamentos nessa modalidade para 12% das faturas mensais arrecadadas;
- Disponibilização da opção de pagamento por meio de cartão de crédito por meio dos canais digitais e diretamente com as equipes de serviço de campo;
- Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, e Procon’s;
- Desoneração de impostos, através da redução do ICMS sobre a energia faturada nos últimos trimestres do ano, a não incidência de custos extras de bandeiras tarifárias e os efeitos das políticas de transferência de renda no segundo semestre do ano;
- Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.

Índice de Arrecadação - ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, superou resultados históricos, encerrando o ciclo de 2022 em 99,68%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

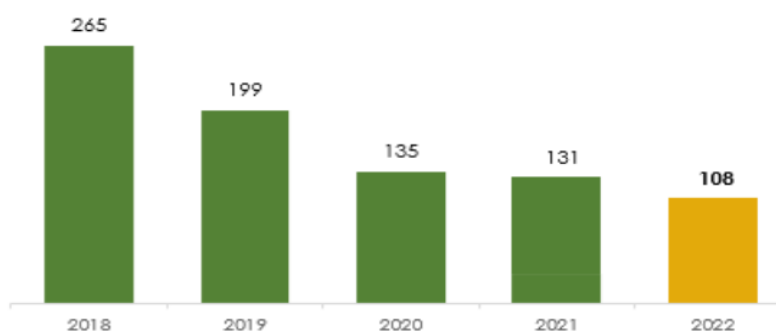
Histórico Índice de Arrecadação



PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2022 foi de R\$108 milhões, a comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos ajustes em 2021 e 2022 nos critérios para classificação de créditos que entraram em “*default*” para melhor refletir a experiência de perda de crédito da Companhia impactada pela implementação nos últimos anos por diversas iniciativas de cobrança (efeito total de R\$138,8 milhões).

PECLD Anual – valores em R\$ milhões



Gestão de perdas

O índice de perdas totais da distribuição – IPTD em 2022 foi de 11,11% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 0,12% em relação ao resultado de 2021, que foi 11,23%. O IPTD de 2022 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 2,34% de perdas não técnicas. Esse resultado está dentro da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D para o ano de 2022, que foi de 11,22%. Destaca-se que, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação do plano de recuperação de energia em 2022.

Dentre as principais ações do plano de recuperação de energia de 2022, destacam-se: (i) realização de 401 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da Cemig D; (ii) substituição de 612 mil medidores obsoletos; (iii) retirada de 4,3 mil ligações clandestinas; (iv) instalação de 237 mil medidores inteligentes, e (v) intensificação das cobranças de consumo irregular (faturados 295 GWh).

Importante destacar que a Companhia, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 63% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2023, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda (Programa Energia Legal).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda.. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo:

Serviços	2022	2021
Auditoria de Demonstrações Financeiras e obrigações acessórias	4.864	9.616

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 18 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho da Cemig em 2022, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2022, a Cemig totalizou pouco mais de R\$36 milhões de recursos aplicados em meio ambiente, englobando o gerenciamento de resíduos, projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, e cumprimento de obrigações e melhorias ambientais. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Grupo de Acompanhamento do Plano de Adequação Ambiental.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso, sendo a gestão e a conservação da água assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

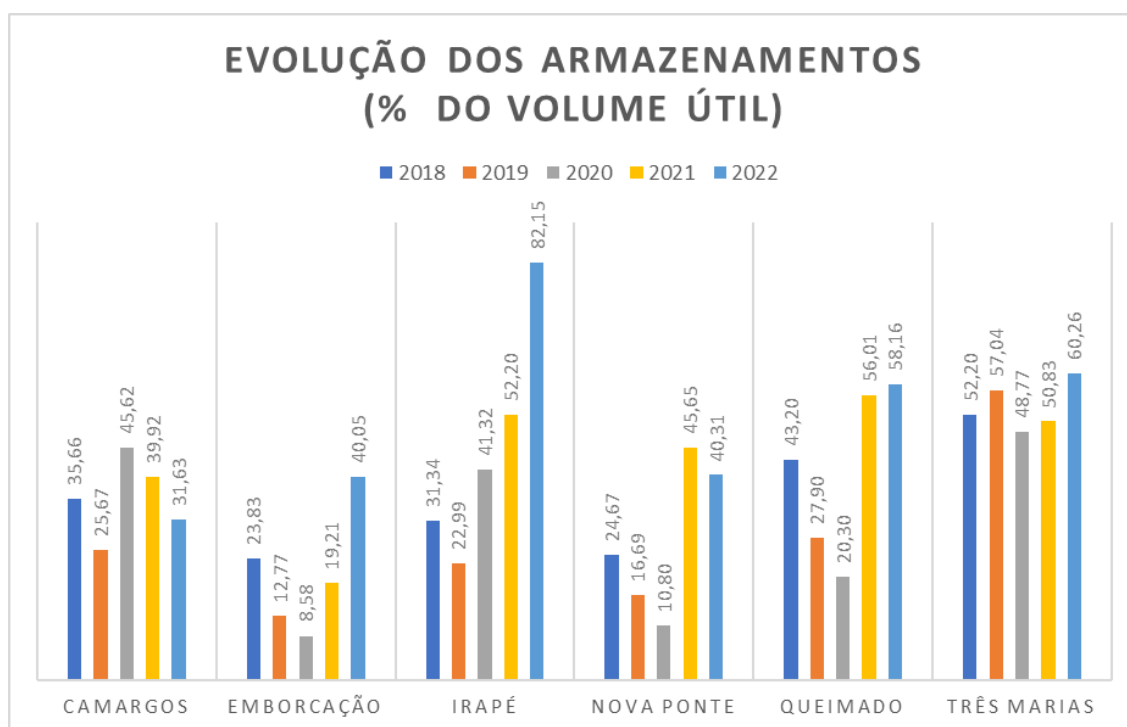
Desde 2016, a Cemig possui uma [Política de Recursos Hídricos](#), cujos princípios buscam a adoção de práticas racionais e sustentáveis do uso dos recursos hídricos, com a conservação de água e preservação de mananciais e relacionamento próximo junto às partes interessadas.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida no período chuvoso 2021/2022), o

monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu [website](#) dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Androide.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2022, comparado com a mesma época de anos anteriores.



Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig GT e D no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Suprimentos de Material e Serviço fica responsável pela destinação final do resíduo.

No exercício de 2022, foram encaminhadas para destinação final 44,98 mil toneladas de resíduos industriais: 99,84% desses resíduos foram alienados ou reciclados e 0,16% foram coprocessados, enviados para tratamento ou dispostos em aterro industrial. Com a alienação de sucata, e óleo usado, a Companhia obteve uma receita bruta de R\$59.785 mil.

A reforma de transformadores também contribui para a redução na geração de sucatas, retornando os equipamentos ao sistema elétrico da Companhia. Adicionalmente, foram reformados um total de 779 transformadores, gerando uma economia de aproximadamente R\$1.799 mil.

No ano de 2022, 1.000 toneladas de óleo foram regenerados, reutilizados, descontaminados e rerrefinados. Desse número, 404 toneladas (459 mil litros) de óleo mineral isolante foram regeneradas e reutilizadas pela Companhia. Além disso, foram alienadas cerca de 595 toneladas de óleo isolante (677 mil litros), para serem reutilizados com outras utilidades, como por exemplo, com a função de óleo lubrificante.

Essas atividades de economia circular, como a de reforma de transformadores, e a regeneração de óleo (reaproveitamento de materiais no sistema elétrico) é de grande valor para a causa ambiental, pois com isso é reduzido o volume de resíduos e sucatas geradas pela empresa.

Em 2022, foram enviadas para recuperação energética cerca de 234 toneladas de resíduos de aparas de madeira. Esse resíduo é utilizado em alto fornos para a geração de calor em processos industriais. Também em 2022, foram destinadas 10.065 unidades de lâmpadas para descontaminação e reciclagem.

Um ponto de importante destaque, é que em 2022 a Cemig implementou um novo operador logístico, para executar a logística reversa da empresa. Com isso, foi possível otimizar e melhorar os controles internos de materiais inservíveis da companhia. O projeto da nova operação logística foi iniciado com o propósito de modernizar os processos e torná-los mais eficientes. Desde então, a operação logística de entrega de novos materiais e de retorno de materiais inservíveis da companhia tem oferecido aos colaboradores e clientes mais agilidade, eficiência e tecnologia.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, de forma a garantir que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Programas para a ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade. Em 2022 o Programa completou 15 anos de existência.

Desde sua criação, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes: apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2022, foram executados 7 projetos de pesquisa com uso de recursos próprios e de P&D, sendo publicados 63 trabalhos (duas teses, quatro dissertações, quatro monografias, 41 resumos científicos, 11 artigos científicos e um minicurso) relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 158 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2022.

Dentro dessa estratégia de divulgação de resultados, uma importante ação do Peixe Vivo foi a realização de um minicurso dentro do XXIV Encontro Brasileiro de Ictiologia, com o título

“Operação e manutenção de usinas hidrelétricas: impactos sobre a ictiofauna e medidas de mitigação”. O objetivo do minicurso foi repassar para diferentes atores as práticas realizadas pela Cemig na temática de prevenção de morte de peixes durante a operação de usinas hidrelétricas.

Para o desenvolvimento de ações relacionadas à ictiofauna e projetos de pesquisa vinculados ao Programa Peixe Vivo, foram gastos em 2022, o total de R\$7 milhões.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

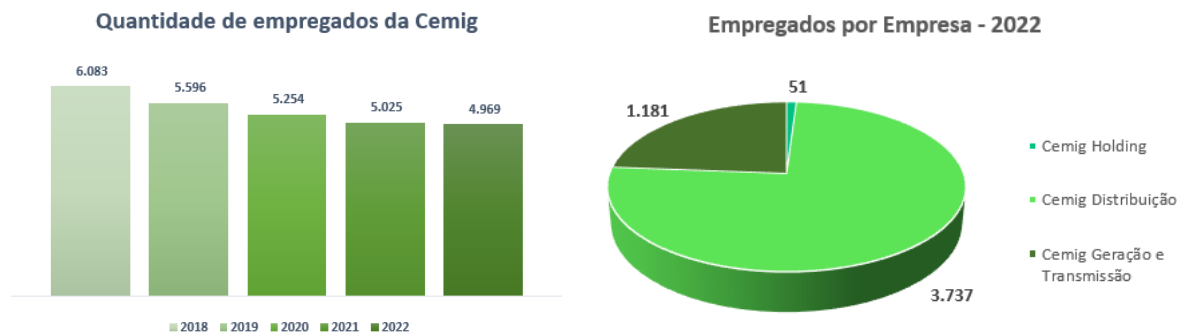
Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de colaboradores nos últimos anos, passando de 6.083 em 2018 para 4.969 colaboradores em 2022, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Em 2022, a Cemig realizou 378 admissões no total. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas.

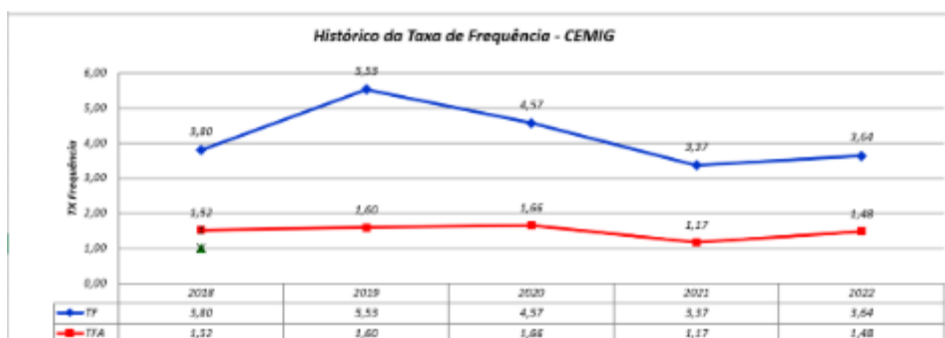
Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, higiene e segurança do trabalho

Durante todo o ano de 2022 continuaram a ser adotados pela nossa força de trabalho os protocolos de saúde, baseados nos acompanhamentos da evolução da Covid-19 em todo o país.

O desafio de atuação permanente da área de saúde no monitoramento contínuo dos trabalhadores e a utilização do aplicativo, através do qual as informações são prestadas pelos mesmos, contribuíram de forma positiva para resguardar a saúde dos trabalhadores e seus familiares, além de minimizar a transmissibilidade da doença no ambiente interno da Companhia.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA), apresentamos os dados de 2022 bem como os dados dos últimos 5 anos.



Comparando com o ano de 2021, tivemos um aumento nas taxas de acidentes, quebrando uma série que vinha decrescendo desde 2019. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a retomar a tendência de redução do TFA e TF nos próximos

anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Clima e cultura organizacional

No mês de outubro de 2022, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima, com o objetivo de conhecer os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento, de forma a trazer objetividade a temas que possam vir a interferir no clima organizacional. A pesquisa contou com a participação de 59% do quadro de empregados próprios e atingiu o percentual de 75% de favorabilidade. Este resultado registra um salto de 11% nos índices de satisfação dos empregados no comparativo com a pesquisa realizada em 2021.

A Cemig tem atuado fortemente para promover uma nova cultura que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, por meio do programa “Novas Energias” que se iniciou em 2020. A partir deste diagnóstico, foram desenhados pacotes com práticas que visam desenvolver uma série de processos relacionados à gestão de pessoas, com o objetivo de alavancar os resultados alinhados ao fortalecimento da cultura desejada.

As principais práticas abordadas nestes pacotes foram a criação de modelos estruturados para: governança interna por meio de ligas estratégicas, trilhas de carreiras, recrutamento e seleção (interno e externo), integração, programa de reconhecimento, comunicação interna, gestão de performance, trilha de carreira, desenvolvimento de futuros líderes e processo de sucessão. Além disso, foram realizados módulos teóricos de desenvolvimento da liderança, com o objetivo de manter os gestores alinhados ao que é esperado em relação às práticas desenvolvidas pelo time do Projeto Novas Energias.

Alguns projetos de destaque no ano de 2022 são:

Programa AI6% - o programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2022 do AI6% envolveu a participação de 1.391 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$ 1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 145 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

O valor investido pela Companhia e suas coligadas foi de aproximadamente R\$1,5 milhão. No total, foram destinados R\$2,5 milhões para entidades distribuídas em 77 municípios da área de influência da Companhia.

Programa de Voluntariado Empresarial - O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

Grandes transformações sociais podem ser promovidas a partir do trabalho voluntário. Oferecer ajuda sem receber nenhuma contrapartida financeira para isto, muda a forma de

olhar para o mundo, serve de exemplo para as novas gerações e traz benefícios como aumento da empatia, desenvolvimento pessoal e reforço dos laços com os que estão à sua volta.

O Programa Você - Voluntariado Cemig, engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nos quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino, e (iii) ações propostas por empregados na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Foi um ano atípico, de mudanças no Voluntariado, de retorno ao trabalho presencial e de algumas restrições devido ao período eleitoral, mas ainda assim foram realizadas ações com impactos positivos na sociedade, como exemplo as ações assistencialistas, realizadas conforme a necessidade do momento.

Campanha SOS Chuvas - Foram mais de 600 cidades sob alerta e milhares de pessoas prejudicadas pelos estragos que as fortes chuvas causaram no estado de Minas Gerais. Para contribuir com as ações assistencialistas, a Cemig disponibilizou pontos de coleta nas agências, em 17 municípios mineiros, para arrecadações de água mineral, itens de higiene pessoal, alimentos não perecíveis, materiais de limpeza, roupas de cama e banho, que contribuíram com as pessoas que sofreram com as enchentes do início do ano.

Dia V – Dia do Voluntariado - O evento aconteceu em Santa Luzia, na Escola Estadual Tancredo Neves, e atendeu os moradores do entorno e da ocupação Vitória, comunidade da região do Isidoro. Foram 685 beneficiados, 94 voluntários e 34 parcerias. A ação propiciou aos moradores uma série de benefícios gratuitos como atendimento médico (médico da família, nutricionista, psicólogos, aferição de pressão e glicose) orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de beleza (tranças, corte de cabelo, sobrancelha, maquiagem e esmaltação), atendimento jurídico (vara de família), orientação e construção de currículos, orientação financeira, orientação para segurança da população com a rede elétrica, apresentação artística, telescópio solar, além do circuito de brincadeiras para as crianças recheado de pipoca e algodão doce.

Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

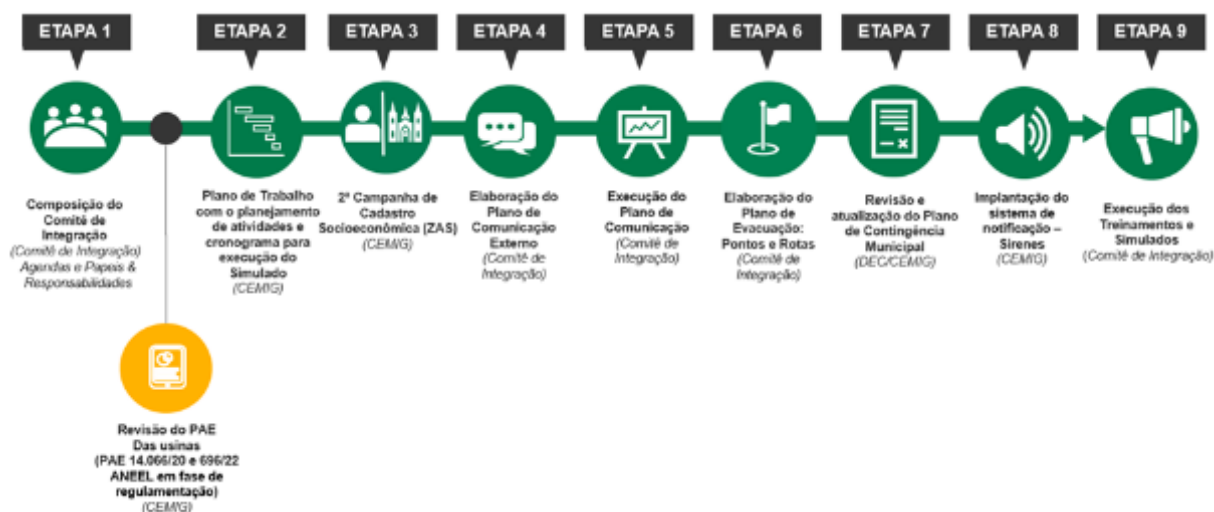
A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, com foco também nos riscos de inundação causados por cheias ordinárias. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados, com a realização de reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

A Companhia criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Ainda no ano de 2022, após 2 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHEs Queimado, Nova Ponte, Theodomiro Carneiro Santiago, anteriormente denominada Emborcação, e Irapé). Estes eventos contaram com a participação dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a

emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a empresa com maior investimento em cultura em Minas Gerais, com investimentos em 2022 de R\$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Saúde

No ano de 2022, a Cemig investiu R\$18,5 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 166 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes. Além disso, esses projetos reforçam a imagem da empresa como comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. Nos últimos 4 anos, a Cemig destinou mais de 17 milhões de reais para projetos esportivos, impactando positivamente a vida de mais de 10 mil crianças e adolescentes, em 35 municípios de todas as regiões de Minas Gerais. Deste montante, 30% foram originários da lei estadual do esporte e 70% da lei federal.

Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte. Desde 2019, a Companhia tem investido no projeto "Jogue como uma garota", que tem o objetivo de promover o esporte para meninas em situação de vulnerabilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte.

Com mais de R\$1,5 milhão investidos, o projeto tem conseguido trazer inúmeros benefícios para as comunidades carentes da região. Além de proporcionar a prática esportiva, a iniciativa

tem contribuído para a formação de líderes, a valorização da diversidade e a promoção da igualdade de gênero.

Além disso, nos últimos 4 anos, quase 12% dos recursos destinados ao esporte foram direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado.

Um exemplo desses investimentos é o projeto "Natação paralímpica", que tem trazido reconhecimento importante para Minas. Por meio da formação de atletas e do apoio aos treinamentos, muitos desses jovens obtiveram sucesso nas Paraolimpíadas de Tóquio, evento no qual conquistaram medalhas e trouxeram orgulho para o povo mineiro. A empresa continua comprometida em fazer a diferença na vida das pessoas e em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e conseqüente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2022 foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado, em agosto de 2021, o Desafio Cemig da Inovação, com vigência de 18 meses, válido até abril de 2023.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Podem enviar proposições pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar a população sobre o correto uso da energia elétrica.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém muitos projetos em execução, chegando a 39 iniciativas em execução no final do ano de 2022. Compõem este portfólio projetos advindos das chamadas públicas realizadas anualmente pelo programa e projetos construídos diretamente pela Cemig.

Em 2022, o programa investiu aproximadamente R\$100 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização mais R\$50 milhões em novo processo de Chamadas Públicas a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos a serem financiados ao longo de 2023 e 2024.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público.

Programa de pesquisa & desenvolvimento

Em 2022, a Cemig Distribuição investiu R\$12,2 milhões em 37 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de redes sinérgicas para aplicações em redes de distribuição de energia;

- Desenvolvimento de metodologia para avaliação de árvores urbanas quanto ao risco de queda utilizando Radar de Penetração no Solo (GPR);
- COD do Futuro - Plataforma hyper-vision de consciência situacional espaço-tempo integrada, baseada em inteligência artificial para operação da distribuição.

Já a Cemig Geração e Transmissão executou 30 projetos de P&D, resultando em um investimento de R\$11,27 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Adequação do sistema de realidade virtual da Cemig para a integração com recursos de inspeção por imagens em tempo real e treinamento conjunto das equipes de campo e do COS;
- Dispositivo Individual para Notificação (DIN) em caso de emergência com barragens;
- Ferramenta para definição de preços futuros na composição ótima de portfólio de compra e venda de energia;
- Processos Ecológicos: Desenvolvimento de novas ecotecnologias de diagnóstico e processos ambientais (Projeto PROECOS).

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig sempre procura a melhor condução de seus processos visando a melhoria contínua da sua gestão e o alcance dos objetivos estratégicos, com consequente satisfação dos seus clientes.

Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança.

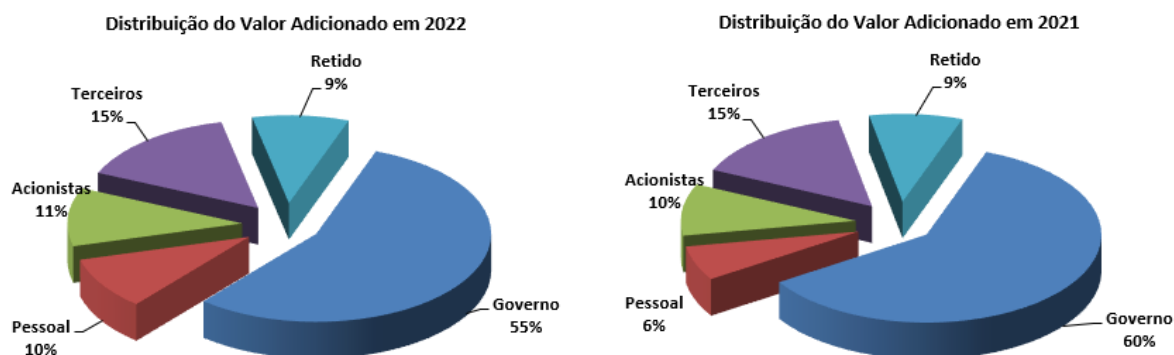
Atualmente, há três escopos certificados na empresa: Núcleo Cemig Geração e Transmissão, Núcleo Cemig Distribuição e a Ouvidoria. Importante salientar que os processos de gestão e suporte fazem parte do escopo desses negócios.

No ano de 2022, o núcleo Cemig Geração e Transmissão passou pela 2ª auditoria de manutenção, o núcleo Cemig Distribuição passou por uma auditoria de recertificação e o núcleo Ouvidoria passou pela 2ª auditoria de manutenção. Os ciclos de certificações são sempre no período de três anos. (Recertificação, 1ª de manutenção e 2ª de manutenção).

Para todos os núcleos foram recomendadas as manutenções dos certificados, o que confirma o comprometimento de todos os envolvidos em atender aos requisitos das normas ISO e como é sabido tais normas possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$20.796 milhões de valor adicionado em 2022, em comparação a R\$20.667 milhões em 2021.



Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são designados pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-Presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Para sustentar um modelo de governança corporativa bem estruturado, a Cemig segue as boas práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fomentando uma relação de confiança e integridade com suas partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, a bolsa de valores de São Paulo.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2022, reuniu-se 27 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conselho Fiscal

Reuniões

No exercício de 2022, foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2022, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de *Compliance*, vigente para o ciclo 2022/2023.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflito de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos, Participações e Financeiro.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de

Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e monitoramento de tratamento, identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seletivo grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

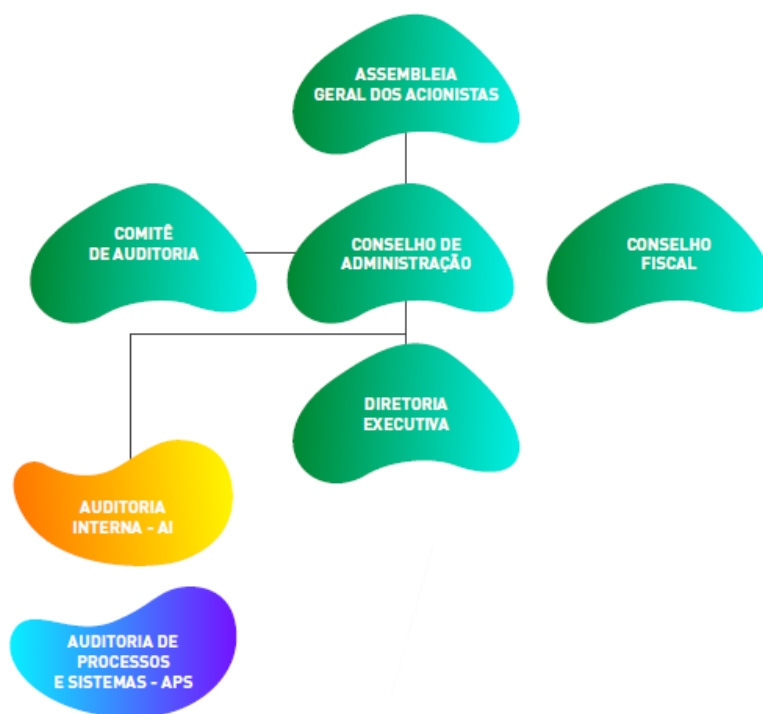
Política de *Compliance* e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de *Compliance* composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, empregados ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CEMIG



RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2022, vários segmentos da Companhia reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade



Pelo 23º ano consecutivo, a Cemig foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), para o período 2022/2023. O índice funciona como o indicador global de performance financeira e atesta o objetivo da Cemig de prospectar e implantar novos negócios e aprimorar suas práticas de sustentabilidade empresarial. A nova composição do DJSI World reúne 330 empresas, selecionadas a partir de um conjunto de 3.519 empresas.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 – ISE



A Cemig garantiu a manutenção da integração na nova composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pelo 18º ano consecutivo, graças às práticas sustentáveis fortalecidas pela empresa. O ISE é composto por ações de empresas brasileiras e baseia-se em governança corporativa, eficiência econômica, cuidados em relação ao meio ambiente e responsabilidade social.

A Cemig obteve pontuação máxima em requisitos como política de gestão de riscos sociais e ambientais na cadeia de suprimentos, gestão ética, sustentabilidade do modelo de negócio, proteção de dados de colaboradores e gestão de riscos sistêmicos.

A integração no ISE demonstra o compromisso contínuo da Companhia em adotar as melhores práticas de ESG, seguindo padrões ambientais, sociais e de governança, fatores determinantes para o crescimento sustentável, com o objetivo de criar valor para seus acionistas, empregados, fornecedores e para a sociedade.

ISS – ESG Corporate Rating



A Cemig está classificada como "Prime" - categoria atribuída a empresas que possuem alta performance em ESG - desde o ano de 2016, pela Institutional Shareholder Services Inc. (ISS), fornecedora global de soluções de governança corporativa, investimento responsável, inteligência de mercado e conteúdo editorial para investidores institucionais e corporações em todo o mundo.

Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2022



A Cemig foi listada na categoria bronze do Sustainability Yearbook 2022, uma das publicações mundialmente respeitadas em sustentabilidade corporativa. O reconhecimento insere a Companhia na lista das empresas mais sustentáveis do mundo.

A seleção de 2022 avaliou mais de 7.500 empresas participantes, distribuídas em 61 setores. As pontuações obtidas na avaliação conduzida pela S&P Global também constituem fator chave para a seleção do DJSI.

Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2023



A Companhia também foi listada na categoria bronze do Sustainability Yearbook 2023. Dentre o setor elétrico, apenas 3 empresas brasileiras figuram na lista, sendo a Cemig a primeira do ranking.

Esse reconhecimento é reflexo do empenho da Companhia na adoção de medidas com foco na melhoria do nosso desempenho econômico, ambiental, social e de governança.

Índice Carbon Clean200™



A Cemig recebeu mais um importante reconhecimento: foi a companhia brasileira com melhor classificação no Carbon Clean200™, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa.

Esta edição inclui as duas centenas de empresas de capital aberto que obtiveram as receitas mais sustentáveis do planeta e passaram por criteriosas avaliações sociais e ambientais para participarem do ranking.

Trinta e cinco países estão representados no Clean200 de 2023. A Cemig ficou em 37ª na classificação geral, mas foi a primeira classificada entre as empresas brasileiras.



XIII Prêmio Hugo Werneck de Meio Ambiente & Sustentabilidade

A Cemig SIM venceu o importante prêmio ambiental “XIII Prêmio Hugo Weneck de Meio Ambiente & Sustentabilidade” com o Cemig SIM REC – certificado de energia 100% limpa e renovável – na categoria “Melhor exemplo de energia solar”, reforçando seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

Prêmio Ser Humano MG 2022



A Cemig foi uma das empresas vencedoras do Prêmio Ser Humano MG 2022, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - Seccional Minas Gerais (ABRH/MG). A empresa foi destaque em duas categorias da iniciativa: ESG e Comunicação Interna.

O prêmio tem o objetivo de oportunizar a troca de conhecimento e de experiências sobre as boas práticas que empresas e organizações desenvolvem, além de permitir a avaliação do cenário da área de Gestão de Pessoas.

Prêmio Aberje



O Prêmio Aberje, o mais importante concurso de comunicação empresarial do Brasil, premiou a Cemig na categoria Eventos - Regional Minas Gerais e Centro-Oeste. Em 2021, a Cemig planejou e executou o maior plano de ações para o seu tradicional evento de Natal. Durante todo o mês de dezembro, dezenas de atrações divertiram e encantaram os mineiros. Foram realizados três grandes eventos paralelos: Cidade do Natal (Palácio das Mangabeiras), Natal Iluminado (Tiradentes) e Luzes da Liberdade (Praça da Liberdade).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de cálculo	2022			2021		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			34.462.808			33.646.118
Resultado Operacional (RO)			5.687.177			6.951.171
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.351.999			1.240.468
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	88.835	6,57	0,26	81.442	6,57	0,24
Encargos sociais compulsórios	282.637	20,91	0,82	270.982	21,85	0,81
Previdência privada	81.220	6,01	0,24	79.165	6,38	0,24
Saúde	65.458	4,84	0,19	58.689	4,73	0,17
Segurança e medicina no trabalho	21.299	1,58	0,06	22.063	1,78	0,07
Educação	712	0,05	-	835	0,07	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	33.052	2,44	0,10	16.687	1,35	0,05
Creches ou auxílio-creche	2.342	0,17	0,01	1.904	0,15	0,01
Participação nos lucros ou resultados	79.634	5,89	0,23	134.267	10,82	0,40
Outros	12.960	0,96	0,04	19.331	1,56	0,06
Total - Indicadores sociais internos	668.149	49,42	1,95	685.365	55,26	2,05
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	9.929	0,17	0,03	1.792	0,03	0,01
Cultura	69.839	1,23	0,20	12.827	0,18	0,04
Esporte	4.886	0,09	0,01	3.381	0,05	0,01
Outros - Doações/Subvenções/FIA/Al6%	96.407	1,70	0,28	44.442	0,64	0,13
Total das contribuições para a sociedade	181.061	3,19	0,52	62.442	0,90	0,19
Tributos (excluídos encargos sociais)	10.505.547	184,72	30,48	12.298.720	176,93	36,55
Total - Indicadores sociais externos	10.686.608	187,91	31,00	12.361.162	177,83	36,74
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da Companhia	32.344	0,57	0,09	28.256	0,41	0,08
Total dos investimentos em meio ambiente	32.344	0,57	0,09	28.256	0,41	0,08
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do corpo funcional	2022			2021		
Nº de empregados (as) ao final do exercício			4.969			5.025
Nº de admissões durante o exercício			378			235
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			33			48
Nº de estagiários (as) contratados (as)			99			-
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			1.338			1.309
- 2º Grau			3.582			3.658
- 1º Grau			49			58
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.232			2.434
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			724			694
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			14,06			13,16
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			281			277
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			1,04			1,58
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			160			170

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Companhia		26,77		
Número total de acidentes de trabalho, considerando empregados próprios		17		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	<input type="checkbox"/> não apoia	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia: 295.016	no Procon: 4.372	na Justiça: 18.365	
7) Outras Informações		2022		
Investimentos em questões ambientais	R\$39 milhões			
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 181 estações de coleta			
Resíduos e materiais inservíveis	45 mil toneladas			
Óleo mineral regenerado pela Companhia	404 toneladas			
Receita com as vendas dos resíduos	R\$60 milhões			

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Marney Tadeu Antunes	Diretoria Cemig Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Diretoria Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Henrique Motta Pinto	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
João José Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcato (majoritário)	Luís Cardoso Barreto (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Ciro Mota (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira (Cemig)	Alexandre Ribeiro de Almeida

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.440.661	825.208	190.483	26.692
Títulos e valores mobiliários	7	1.744.546	1.724.088	100.292	431.222
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	8	4.769.431	4.429.883	305.464	157.368
Ativo financeiro da concessão	14	1.055.378	1.504.666	-	-
Ativos de contrato	15	728.404	599.692	-	-
Tributos compensáveis	9	1.916.701	1.968.979	1.087	1.088
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	775.492	698.914	-	-
Dividendos a receber	30	145.908	335.189	1.975.639	1.820.578
Contribuição de iluminação pública		207.280	233.309	-	-
Reembolso subsídios tarifários	13	96.947	291.896	-	-
Outros ativos		584.455	337.326	27.342	9.547
TOTAL DO CIRCULANTE		13.465.203	12.949.150	2.600.307	2.446.495
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	133.631	353.730	376	88.383
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	8	43.449	51.540	-	-
Tributos compensáveis	9	1.357.846	1.997.285	523.371	502.452
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	172.718	315.405	95.750	245.850
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10c	3.119.522	2.464.734	995.149	802.270
Dividendos a receber	30	-	-	679.794	-
Depósitos vinculados a litígios	12	1.206.595	1.155.169	310.325	307.651
Instrumentos financeiros derivativos	31a	702.734	1.219.176	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	11	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativo financeiro da concessão	14	4.937.187	4.969.400	-	-
Ativos de contrato	15	5.976.420	5.780.316	-	-
Investimentos	16	5.105.724	5.105.926	19.637.444	18.183.135
Imobilizado	17	2.409.351	2.419.269	1.240	1.411
Intangível	18	14.621.853	12.953.317	547	1.380
Direito de uso	19a	329.077	225.593	2.151	2.050
Outros ativos		76.161	72.432	78.718	25.011
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		40.205.634	39.096.658	22.338.231	20.172.959
TOTAL DO ATIVO		53.670.837	52.045.808	24.938.538	22.619.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	20	2.832.049	2.683.343	152.356	64.682
Encargos regulatórios	23	510.247	610.695	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		105.207	136.580	13.590	11.126
Impostos, taxas e contribuições	21	884.946	528.096	139.603	132.764
Imposto de renda e contribuição social	10b	239.674	190.002	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	26f	1.862.798	1.909.050	1.860.681	1.911.250
Empréstimos e debêntures	22	955.497	1.465.133	-	52.430
Salários e contribuições sociais		260.015	225.189	13.823	12.596
Contribuição de iluminação pública		312.475	357.105	-	-
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		455.273	236.000	-	-
Obrigações Pós-emprego	24	388.447	346.733	29.166	26.917
Passivo financeiro da concessão	14	-	51.359	-	-
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	21	1.154.798	704.025	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31b	90.526	6.130	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	31b	672.416	636.292	-	-
Passivo de arrendamento	19b	57.438	61.586	301	277
Outros passivos		423.372	540.275	22.332	8.288
TOTAL DO CIRCULANTE		11.205.178	10.687.593	2.231.852	2.220.330
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	23	65.360	204.623	4.624	4.624
Empréstimos e debêntures	22	9.624.001	9.898.830	-	-
Impostos, taxas e contribuições	21	370.168	341.689	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	932.235	962.255	-	-
Provisões	25	2.029.021	1.888.972	279.141	236.995
Obrigações Pós-emprego	24	5.303.538	5.857.941	641.375	697.149
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	21	1.808.074	2.318.910	-	-
Passivo de arrendamento	19b	297.195	182.437	2.125	1.975
Outros passivos		252.801	240.793	2.065	1.970
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.682.393	21.896.450	929.330	942.713
TOTAL DO PASSIVO		31.887.571	32.584.043	3.161.182	3.163.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	11.006.853	8.466.810	11.006.853	8.466.810
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		10.394.823	10.948.094	10.394.823	10.948.094
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.874.041)	(2.208.214)	(1.874.041)	(2.208.214)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		21.777.356	19.456.411	21.777.356	19.456.411
Participação de acionista não-controlador		5.910	5.354	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.783.266	19.461.765	21.777.356	19.456.411
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.670.837	52.045.808	24.938.538	22.619.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	27	34.462.808	33.646.118	2.118.932	472.434
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos com energia elétrica e gás	28a	(20.020.182)	(21.449.579)	(1.381.821)	(239.487)
Custos de construção de infraestrutura	28b	(3.536.442)	(2.035.648)	-	-
Custos de operação	28c	(4.095.391)	(3.438.643)	(7.939)	-
		(27.652.015)	(26.923.870)	(1.389.760)	(239.487)
LUCRO BRUTO		6.810.793	6.722.248	729.172	232.947
DESPESAS OPERACIONAIS	28c				
Perdas de créditos esperadas		(108.731)	(143.856)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(789.389)	(576.612)	(45.727)	(39.533)
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.124.891)	(592.005)	(215.527)	(73.113)
		(2.023.011)	(1.312.473)	(261.254)	(112.646)
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas		-	214.955	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido		-	1.031.809	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	32	51.512	108.550	44.868	108.550
Ganho por compra vantajosa	16	5.340	4.006	-	4.006
Resultado de equivalência patrimonial	16	842.543	182.076	3.318.015	3.412.862
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		5.687.177	6.951.171	3.830.801	3.645.719
Receitas financeiras	29	1.499.794	843.306	40.759	13.697
Despesas financeiras	29	(3.066.415)	(3.096.299)	(7.885)	(9.402)
		(1.566.621)	(2.252.993)	32.874	4.295
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		4.120.556	4.698.178	3.863.675	3.650.014
Imposto de renda e contribuição social	10d	(950.490)	(1.156.082)	-	(20.069)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	924.301	210.773	228.638	121.376
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.094.367	3.752.869	4.092.313	3.751.321
Total do lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		4.092.313	3.751.321	4.092.313	3.751.321
Participação de acionistas não controladores		2.054	1.548	-	-
		4.094.367	3.752.869	4.092.313	3.751.321
Lucro básico e diluído por ação preferencial	26	1,86	1,70		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	26	1,86	1,70		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.094.367	3.752.869	4.092.313	3.751.321
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	696.506	301.201	105.173	29.415
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (Nota 10 c)	(236.813)	(102.408)	(35.759)	(10.001)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	390.279	179.379
Outros resultados abrangentes	1.402	169	1.402	169
	461.095	198.962	461.095	198.962
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	4.555.462	3.951.831	4.553.408	3.950.283
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	4.553.408	3.950.283	4.553.408	3.950.283
Participação de acionista não-controlador	2.054	1.548	-	-
	4.555.462	3.951.831	4.553.408	3.950.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	10.948.094	(2.208.214)	-	19.456.411	5.354	19.461.765
Lucro líquido do período	-	-	-	-	4.092.313	4.092.313	2.054	4.094.367
Aumento de capital	2.540.043	-	(2.540.043)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	461.095	-	461.095	(1.498)	459.597
Realização do custo atribuído	-	-	-	(126.922)	126.922	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	-	-	26.193	-	(26.193)	-	-	-
Reserva legal (nota 26)	-	-	204.616	-	(204.616)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros (nota 26)	-	-	1.755.963	-	(1.755.963)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.232.463)	(2.232.463)	-	(2.232.463)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.006.853	2.249.721	10.394.823	(1.874.041)	-	21.777.356	5.910	21.783.266

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7.593.763	2.249.721	10.060.605	(2.431.423)	-	17.472.666	4.682	17.477.348
Aumento de capital	873.047	-	(873.047)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.751.321	3.751.321	1.548	3.752.869
Outros resultados abrangentes	-	-	-	198.962	-	198.962	-	198.962
Reclassificação de perdas atuariais (nota 26c)	-	-	-	39.267	(39.267)	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(15.020)	15.020	-	-	-
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	21.213	-	(21.213)	-	-	-
Reserva legal (nota 26)	-	-	186.505	-	(186.505)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros (nota 26)	-	-	1.552.818	-	(1.552.818)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.966.538)	(1.966.538)	-	(1.966.538)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(876)	(876)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	10.948.094	(2.208.214)	-	19.456.411	5.354	19.461.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		4.094.367	3.752.869	4.092.313	3.751.321
AJUSTES:					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10	(924.301)	(210.773)	(228.638)	(121.376)
Depreciação e amortização	28	1.182.084	1.049.108	1.115	1.730
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível		73.626	46.960	-	-
Ajuste de valor justo de ativo financeiro		171.770	-	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	18	-	(1.031.809)	-	-
Ajuste de ativos em curso		595	10.937	-	-
Resultado da combinação de negócios		(5.340)	(4.006)	-	(4.006)
Ágio na recompra de eurobonds		46.763	491.037	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		(842.543)	(182.076)	(3.318.015)	(3.412.862)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(1.245.142)	(1.305.900)	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP		-	(236.627)	-	-
Juros e variações monetárias	29	852.637	1.381.422	(31.326)	(11.180)
Variação cambial de empréstimos	29	(338.265)	353.321	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização		(2.360.056)	(1.316.995)	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	32	(51.512)	(108.550)	(44.868)	(108.550)
Amortização de custo de transação de empréstimos	22	7.422	20.456	-	55
Provisões operacionais e perdas estimadas		432.872	374.678	64.202	23.766
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	31	437.887	537.976	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	14	1.146.560	(2.146.043)	-	-
Obrigações pós-emprego	24	665.781	84.798	76.955	36.857
Outros		130.038	(24.051)	-	-
		3.475.243	1.536.732	611.738	155.755
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	8	(440.188)	(90.382)	(148.096)	(157.368)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	14	190.658	15.120	-	-
Tributos compensáveis	9	2.490.079	1.667.775	2	2.062
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	148.672	(554.685)	227.617	129.862
Depósitos vinculados a litígios	12	30.884	(70.354)	13.148	1.665
Dividendos recebidos		707.695	499.065	1.415.356	1.307.421
Ativos de contrato e financeiros da concessão	14	620.439	713.641	-	-
Outros		87.080	(267.030)	(71.510)	(911)
		3.835.319	1.913.150	1.436.517	1.282.731
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	20	148.706	324.857	87.674	62.637
Impostos, taxas e contribuições	21	408.073	5.008	(109.530)	(46.855)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	1.000.162	1.206.026	-	20.069
Salários e contribuições sociais		34.826	12.434	1.227	1.883
Encargos regulatórios	23	(239.711)	77.965	-	-
Obrigações pós-emprego	24	(481.964)	(421.970)	(25.307)	(22.156)
Outros		21.248	100.969	(3.011)	(7.628)
		891.340	1.305.289	(48.947)	7.950
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
		8.201.902	4.755.171	1.999.308	1.446.436
Juros sobre empréstimos e debêntures, pagos	22	(1.010.077)	(1.590.268)	(20.341)	-
Juros sobre arrendamentos pagos	19	(3.695)	(2.914)	(19)	(18)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(704.169)	(500.408)	(7.608)	(815)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	31	129.122	1.021.776	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.613.083	3.683.357	1.971.340	1.445.603
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários	7	199.641	2.047.952	418.937	(376.617)
Fundos vinculados		-	44.479	-	342
Em investimentos					
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(52.301)	(56.317)	(79.880)	(1.419.659)
Alienação de participação societária, líquido dos custos		51.512	1.366.592	57.581	1.366.592
Caixa oriundo de combinação de negócios		-	155	-	-
Em imobilizado	17	(173.410)	(182.518)	-	(566)
Em intangível	18	(119.115)	(50.849)	(30)	(30)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	15	(3.112.423)	(1.798.296)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.206.096)	1.371.198	396.608	(429.938)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos	22	1.981.390	13.406	-	-

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(2.093.907)	(1.416.333)	(2.166.635)	(1.411.356)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	22	(2.613.340)	(4.436.672)	(37.240)	-
Arrendamentos pagos	19	(65.677)	(70.145)	(282)	(264)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.791.534)	(5.909.744)	(2.204.157)	(1.411.620)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		615.453	(855.189)	163.791	(395.955)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	825.208	1.680.397	26.692	422.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	1.440.661	825.208	190.483	26.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	43.197.728	42.951.811	2.473.998	523.438
Receita de construção de distribuição	3.245.688	1.852.263	-	-
Receita de construção de transmissão	407.193	251.973	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato de transmissão	575.449	660.457	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-	236.627	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	466.857	523.105	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	39.369	53.751	-	-
Investimento em imobilizado (reversão)	74.411	83.541	-	-
Outras receitas	-	16.770	-	-
Perdas de créditos esperadas	(103.154)	(130.641)	211	-
	47.903.541	46.499.657	2.474.209	523.438
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(15.860.825)	(16.519.913)	(1.522.668)	(263.898)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(2.974.834)	(3.703.852)	-	-
Serviços de terceiros	(2.783.159)	(2.189.153)	(21.038)	(24.020)
Gás comprado para revenda	(3.473.628)	(2.554.083)	-	-
Materiais	(2.439.915)	(1.272.722)	(63)	(46)
Outros custos operacionais	(904.386)	(604.760)	(93.804)	79.393
	(28.436.747)	(26.844.483)	(1.637.573)	(208.571)
VALOR ADICIONADO BRUTO	19.466.794	19.655.174	836.636	314.867
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(1.182.084)	(1.049.108)	(1.115)	(1.730)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	18.284.710	18.606.066	835.521	313.137
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	842.543	182.076	3.318.015	3.412.862
Resultado da combinação de negócios	5.340	4.006	-	4.006
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	-	1.031.809	-	-
Receita de indenização da geração	47.028	-	-	-
Receitas financeiras	1.616.715	843.306	40.759	13.697
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	20.796.336	20.667.263	4.194.295	3.743.702
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	2.013.515	1.315.814	101.632	48.102
Remuneração direta	1.075.144	1.046.048	20.732	9.478
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	796.513	173.990	79.000	36.848
FGTS	64.014	60.538	1.900	1.776
Programa de desligamento voluntário programado	77.844	35.238	-	-
Impostos, taxas e contribuições	11.555.997	12.476.524	(7.575)	(65.191)
Federais	7.067.402	5.763.585	(147.472)	(72.189)
Estaduais	4.478.296	6.695.175	139.634	3.856
Municipais	10.299	17.764	263	3.142
Remuneração de capitais de terceiros	3.132.457	3.122.056	7.925	9.470
Juros	3.107.541	3.109.268	7.885	9.402
Aluguéis	24.916	12.788	40	68
Remuneração de capitais próprios	4.094.367	3.752.869	4.092.313	3.751.321
Juros sobre capital próprio	1.983.650	955.282	1.983.650	955.282
Dividendos	248.813	1.011.256	248.813	1.011.256
Lucros retidos	1.859.850	1.784.783	1.859.850	1.784.783
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	2.054	1.548	-	-
	20.796.336	20.667.263	4.194.295	3.743.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (“NYSE”) e Madri (“LATIBEX”).

A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e de gás.

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS:		
Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”)	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 68 usinas (60 usinas hidrelétricas, 1 solar e 7 eólicas) e em 73 linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.517 MW (*).
Cemig Baguari	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Cemig Ger. Três Marias S.A. (2)	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW (*) de potência instalada e 239 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Ger. Salto Grande S.A. (2)	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW (*) de potência instalada e 75 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Ger. Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW (*) de potência instalada e 28 MW (*) médios de garantia física.

Investimentos	Classificação	Descrição
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW (*) de potência instalada e 21 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW (*) de potência instalada e 27,42 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW (*) de potência instalada e 18,64 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW (*) de potência instalada e 11,21 MW (*) médios de garantia física.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da PCH Pai Joaquim.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Poço Fundo, localizada no município de Poço Fundo, no Estado de Minas Gerais.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui concessão para a exploração de distribuição de energia elétrica por meio de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Controlada	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais.
Cemig Sim	Controlada	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste")	Controlada	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("SLTE")	Controlada	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais.

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíniaópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi") ("antiga LightGer") (1)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	Controlada em conjunto	Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, nos municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE")	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompéu, Estado de Minas Gerais.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Baguari I (subsidiária integral da Neoenergia) - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro de 2017. Com esses ativos, a controlada em conjunto possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW (*). Desse total, 1.158 MW (*) por meio de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW (*) médios, 99 MW (*) por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46MQ médios; e 180 MW (*) em implantação por meio da expansão do Completo Eólico de Santo Inácio com mais um parque e três parques no Rio Grande do Norte. A Vale e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em todas as regiões do País, de forma direta e por meio de participação em investidas.
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. Apolo I Empreendimentos e Energia S.A. G2 Campo Lindo I Energia S.A. G2 Campo Lindo II Energia S.A. G2 Olaria I Energia S.A. UFV Fazenda Prudente SPE LTDA	Controladas em conjunto	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de Geração Distribuída, totalizando uma potência instalada de 72,57MWp (*).

Investimentos	Classificação	Descrição
---------------	---------------	-----------

COLIGADAS:

Madeira Energia S.A. (“Madeira”)	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio da seguinte sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
----------------------------------	----------	---

FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	Fundo administrado pelo Banco Modal S.A. (“Administrador”), foi constituído sob a forma de condomínio fechado. O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão de companhias, abertas ou fechadas, e/ou outros ativos. O Fundo detinha 83% do Capital Social da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), cujo objetivo social é a participação no capital social da Madeira Energia S.A. (“MESA”).
--	----------	---

- (1) Em 23 de junho de 2022, a Light S/A concluiu a alienação de suas participações societárias em Guanhães Energia e Paracambi (antiga Lightger) para a Brasal Energia S.A.. A operação consistiu na venda para a Brasal Energia S.A. da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Paracambi (antiga Lightger) e da Guanhães Energia. Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para “Paracambi Energética S.A.”.
- (2) Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Adesão à Conta de Escassez Hídrica

De acordo com o Decreto nº 10.939/2022, que fixou os valores dos recursos da Conta de Escassez Hídrica referentes aos montantes solicitados pelas concessionárias por meio do Termo de Aceitação da ReN nº 1.008/2022, a Companhia solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse, referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo, bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando R\$190.658, recebidos em 09 de maio de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está

apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de março de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 31 e 32, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação

patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas de créditos esperadas;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 14 – Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 15 – Ativos de contrato;
- Nota 16 – Investimentos;
- Nota 17 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 18 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 19 – Arrendamentos;
- Nota 21 – Valores a restituir a consumidores;
- Nota 24 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 25 – Provisões;
- Nota 27 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 31 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo;
- Nota 32 – Mensuração a valor justo de ativos classificados como mantidos para venda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2024
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
IAS 01/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements (Realização de julgamentos de materialidade)	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros, CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49/IAS 26 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1)/IAS 34 – Demonstração Intermediárias, CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1)/IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7 Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados (DRE)

Em 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Tais reclassificações não afetam margens e indicadores, representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais reclassificações foram consideradas imateriais pela Companhia.

2.8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de

maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Companhia, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	2022 e 2021	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Consolidação	99,57
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. ("Cemig Sim")	Consolidação	100,00
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Consolidação	100,00

a) Controladas, controladas em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a direção de suas atividades pertinentes, além de direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Companhia avalia se exerce ou não controle sobre a investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

As informações financeiras de controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Consórcio

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “operações em conjunto”, de acordo com os requerimentos do CPC 19/IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas hidrelétricas			
Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação) (1) (2) (7) (11)	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1) (2) (7)	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1) (7) (10)	Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”)	01/2004	08/2026
Rosal (1) (7)	Rosal Energia S.A. (“Rosal”)	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (6)			05/2027
Salto Voltão (1) (6)	Horizontes Energia S.A. (“Horizontes Energia”)	Resolução 331/2002	06/2033
Salto Paraopeba (1) (8)			10/2030
Salto do Passo Velho (1) (6)			03/2031
Pai Joaquim (1) (7)	Cemig PCH S.A. (“Cemig PCH”)	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1) (7)	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1) (7)	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (1) (7)	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (1) (7) (9)	Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Cemig Geração Poço Fundo”)	01/2021	05/2052
São Bernardo (1) (7)	Cemig GT	02/2013	06/2027
Três Marias (3) (7)	Cemig Geração Três Marias S.A. (“Cemig Geração Três Marias”)	08/2016	01/2053
Salto Grande (3) (7)	Cemig Geração Salto Grande S.A. (“Cemig Geração Salto Grande”)	09/2016	01/2053
Itutinga (3) (7)	Cemig Geração Itutinga S.A. (“Cemig Geração Itutinga”)	10/2016	01/2053
Camargos (3) (7)	Cemig Geração Camargos S.A. (“Cemig Geração Camargos”)	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (3) (7)			04/2047
Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3) (7)	Cemig Geração Sul S.A. (“Cemig Geração Sul”)	12/2016 e 13/2016	01/2053
Dona Rita (3) (7)			07/2050
Ervália e Neblina (3) (7)			04/2047
Peti (3) (7)	Cemig Geração Leste S.A. (“Cemig Geração Leste”)	14/2016 e 15/2016	01/2053
Sinceridade (3) (7)			03/2047
Tronqueiras (3) (7)			12/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3) (7)	Cemig Geração Oeste S.A. (“Cemig Geração Oeste”)	16/2016	01/2053
Usinas eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”)	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”)	Resolução 660/2001	01/2031

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Centroeste”)	004/2005	03/2035
Subestação Sete Lagoas 4 (5)	Sete Lagoas	006/2011	06/2041
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização dessas usinas, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).
- Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas para constar a nova data de vigência da outorga.
- Usina elegível à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) e que, por possuir outorga por meio de resolução autorizativa, aguarda a reformulação desse ato para constar a nova data.
- Em 29 de setembro de 2022 e em 1º de outubro de 2022, a Aneel autorizou o início da operação comercial das Unidades Geradoras “UG-01” e “UG-02”, respectivamente, sendo ambas da PCH Poço Fundo. A entrada em operação comercial das UG’s ocorreu com uma antecedência de cerca de 3 meses em relação ao prazo de suprimento estabelecido no Leilão A-4 realizado pela Aneel em junho de 2018, quando foi comercializada a energia incremental decorrente da ampliação da PCH Poço Fundo (9,16 MW para 30,00 MW e da garantia física de 5,79 MW médios para 16,59 MW médios).
- Em fevereiro de 2023, a Cemig GT, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho. A Cemig GT reitera que, essa manifestação de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação do Contrato de Concessão nº 01/2004, por até 30 (trinta) anos, a critério do poder concedente, após a requerida realização do processo de transferência de controle acionário, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.
- Em 17 de março de 2023, foi publicado Despacho Aneel nº 738 registrando a alteração da denominação da UHE Emborcação para UHE Theodomiro Carneiro Santiago.
- Em 17 de março de 2023, foi publicado o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48,2 milhões, com previsão de realização do leilão em 10 de agosto de 2023. Mais detalhes na nota explicativa nº 36.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia e suas controladas estão autorizadas a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais

Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração, conforme RN nº 467/2011 da Aneel.

As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2022	Valor presente em 2022	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé (1) (3)	49.380	21.615	03/2006 a 09/2037	IGPM
Queimado (Consórcio) (2) (3)	11.093	5.662	01/2004 a 06/2034	IGPM

- (1) Em outubro de 2022, por meio do 4º aditivo ao Contrato de Concessão nº 014/2000, houve a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Irapé, nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255 de 5 de julho de 2022 e da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021;
- (2) Em outubro de 2022, por meio do 3º aditivo Contrato de Concessão nº 006/1997, houve a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Queimado, nos termos da Resolução Autorizativa nº 11.998 de 7 de julho de 2022 e da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021;
- (3) No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao poder concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2022, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2022	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	3.216	3.339	3.146
Queimado (Consórcio)	82,50	915	965	909

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Concessões de distribuição de energia elétrica

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Cemig D são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Cemig D, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- o reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DEC e FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0; e,
- {Dívida líquida⁴ / [LAJIDA³ (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da Selic) (até o término de 2028).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da Selic;

3. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Concessões para distribuição de gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à

prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Gasmig.

Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas que deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 19 de setembro de 2019, a Companhia celebrou, com o Estado de Minas Gerais, na qualidade de Poder Concedente, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, que assegura à Gasmig a manutenção da extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053.

Conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado

Em 28 de abril de 2022, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – SEDE MG (“SEDE”), órgão estadual responsável pela regulação e homologação das tarifas do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado, publicou a conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado, com os seguintes efeitos, aprovados por meio da Resolução SEDE nº 21: custo de capital de 8,71% a.a.; custos operacionais dentro da cobertura regulatória, e a nova estrutura tarifária para os fornecimentos realizados pela Gasmig. Considerando os efeitos mencionados, o índice de reposicionamento tarifário ordinário médio foi uma redução de 10,05% sobre as margens vigentes desde fevereiro de 2022.

Tendo em vista que os efeitos são retroativos a fevereiro de 2022, as diferenças das margens aprovadas em relação às margens vigentes serão captadas pela conta compensatória entre 1º de fevereiro de 2022 e a homologação do reajuste.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. A Companhia também atua no mercado de gás por meio de sua controlada Gasmig e em outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

As informações por segmentos são elaboradas considerando 5 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração:** compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas.
- **Transmissão:** compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.

- **Comercialização:** compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. No terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a Controladora, mantendo a estratégia corporativa da Companhia, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.
- **Distribuição:** se refere à prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, que compreende a operação e manutenção da infraestrutura e serviços correlatos.
- **Participações:** compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados das controladas Gasmig e Cemig Sim, por terem a sua gestão vinculada à Diretoria de Participações (Diretoria CemigPar) e à diretoria da própria Cemig Sim.

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações inter segmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	Total	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	2.660.859	1.194.826	7.918.378	20.918.717	3.696.637	36.389.417	(1.423.190)	(503.419)	34.462.808
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(330.551)	(310)	(6.879.603)	(11.938.473)	(2.735.989)	(21.884.926)	1.423.190	441.554	(20.020.182)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(161.715)	(134.511)	(11.564)	(913.105)	(131.104)	(1.351.999)	-	-	(1.351.999)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(14.628)	(10.838)	(5.692)	(39.834)	(12.051)	(83.043)	-	-	(83.043)
Obrigações pós-emprego	(65.965)	(41.786)	(9.575)	(420.896)	(87.806)	(626.028)	-	-	(626.028)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(394.769)	(95.766)	(13.688)	(1.785.163)	(192.000)	(2.481.386)	-	61.865	(2.419.521)
Depreciação e amortização	(328.372)	240	(13)	(738.025)	(115.914)	(1.182.084)	-	-	(1.182.084)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(18.353)	(3.012)	(34.122)	(397.972)	(2.268)	(455.727)	-	-	(455.727)
Custos de construção da infraestrutura	-	(290.754)	-	(3.193.092)	(52.596)	(3.536.442)	-	-	(3.536.442)
Total do custo de operação	(983.802)	(576.427)	(74.654)	(7.488.087)	(593.739)	(9.716.709)	-	61.865	(9.654.844)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.314.353)	(576.737)	(6.954.257)	(19.426.560)	(3.329.728)	(31.601.635)	1.423.190	503.419	(29.675.026)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.250)	2.629	15	-	842.149	842.543	-	-	842.543
Ganho na alienação de participação societária	-	-	-	-	51.512	51.512	-	-	51.512
Resultado da combinação de negócios	-	-	-	-	5.340	5.340	-	-	5.340
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.344.256	620.718	964.136	1.492.157	1.265.910	5.687.177	-	-	5.687.177
Resultado financeiro	(149.581)	(96.427)	33.562	(1.115.245)	(238.930)	(1.566.621)	-	-	(1.566.621)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.194.675	524.291	997.698	376.912	1.026.980	4.120.556	-	-	4.120.556
Imposto de renda e contribuição social	(306.705)	(174.015)	(313.752)	66.564	701.719	(26.189)	-	-	(26.189)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	887.970	350.276	683.946	443.476	1.728.699	4.094.367	-	-	4.094.367
Participação dos acionistas controladores	887.970	350.276	683.946	443.476	1.726.645	4.092.313	-	-	4.092.313
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.054	2.054	-	-	2.054

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.

- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.
- (4) O segmento de participações inclui perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$7.412 no investimento detido pela Companhia na controlada em conjunto Itaocara. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.
- (5) O segmento de participações inclui reversão da provisão no montante de R\$161.648 referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionais. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	2.921.309	1.093.704	6.429.728	22.344.681	2.858.118	35.647.540	(1.575.031)	(426.391)	33.646.118
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E ENCARGOS DE USO DA REDE	(794.537)	(252)	(5.734.940)	(14.852.696)	(2.011.340)	(23.393.765)	1.575.031	369.155	(21.449.579)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(148.820)	(114.696)	(20.778)	(846.747)	(109.427)	(1.240.468)	-	-	(1.240.468)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(14.406)	(14.023)	(2.558)	(93.948)	(9.332)	(134.267)	-	-	(134.267)
Obrigações pós-emprego	(5.173)	2.769	(803)	18.601	(30.588)	(15.194)	-	-	(15.194)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(208.600)	(94.298)	(13.745)	(1.523.805)	(165.126)	(2.005.574)	-	57.236	(1.948.338)
Depreciação e amortização	(254.634)	(3.485)	(525)	(682.598)	(107.866)	(1.049.108)	-	-	(1.049.108)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(19.615)	(11.496)	(14.110)	(198.193)	(120.327)	(363.741)	-	-	(363.741)
Custos de construção da infraestrutura	-	(183.386)	-	(1.802.361)	(49.901)	(2.035.648)	-	-	(2.035.648)
Total do custo de operação	(651.248)	(418.615)	(52.519)	(5.129.051)	(592.567)	(6.844.000)	-	57.236	(6.786.764)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.445.785)	(418.867)	(5.787.459)	(19.981.747)	(2.603.907)	(30.237.765)	1.575.031	426.391	(28.236.343)
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	214.955	-	-	-	214.955	-	-	214.955
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	1.031.809	-	-	-	-	1.031.809	-	-	1.031.809
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	-	-	-	-	108.550	108.550	-	-	108.550
Resultado de combinação de negócios	-	4.006	-	-	-	4.006	-	-	4.006
Resultado de equivalência patrimonial	53.680	-	-	-	128.396	182.076	-	-	182.076
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	2.561.013	893.798	642.269	2.362.934	491.157	6.951.171	-	-	6.951.171
Resultado financeiro	(758.151)	(394.950)	15.056	(7.531)	(1.107.417)	(2.252.993)	-	-	(2.252.993)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.802.862	498.848	657.325	2.355.403	(616.260)	4.698.178	-	-	4.698.178
Imposto de renda e contribuição social	(409.268)	(77.542)	(224.012)	(654.863)	420.376	(945.309)	-	-	(945.309)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.393.594	421.306	433.313	1.700.540	(195.884)	3.752.869	-	-	3.752.869
Participação dos acionistas controladores	1.393.594	421.306	433.313	1.700.540	(197.432)	3.751.321	-	-	3.751.321
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	1.548	1.548	-	-	1.548

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações.

Prática contábil

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas bancárias	95.486	116.956	3.495	4.252
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.049.244	624.681	170.185	2.047
Aplicações automáticas - Overnight (2)	293.688	81.456	16.803	20.393
Outros	2.243	2.115	-	-
	1.345.175	708.252	186.988	22.440
	1.440.661	825.208	190.483	26.692

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip que variam entre 80,05% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (70% a 109% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 31.

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 31.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	191.338	100.554	10.947	25.175
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	1.139.525	1.417.429	65.197	354.868
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	401.659	178.427	22.981	44.671
Outros	12.024	27.678	1.167	6.508
	1.744.546	1.724.088	100.292	431.222
Não circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	127.052	-	-	-
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	-	348.149	-	87.163
Debêntures (4)	6.579	4.874	376	1.220
Outros	-	707	-	-
	133.631	353.730	376	88.383
	1.878.177	2.077.818	100.668	519.605

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (Taxa Referencial (TR)+1% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As práticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 31. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 30.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2022	31/12/2021
Fornecimento de energia e gás faturado	1.415.315	568.252	642.062	614.704	3.240.333	3.409.813
Fornecimento de energia e gás não faturado	1.243.735	-	-	-	1.243.735	929.579
Suprimento a outras concessionárias	22.466	44.866	1	112	67.445	52.035
Suprimento a outras concessionárias não faturado	368.970	-	-	-	368.970	264.864
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	33.485	120.743	6.963	913	162.104	169.531
Concessionários – transporte de energia faturado	52.915	17.827	22.371	87.243	180.356	169.652
Concessionários – transporte de energia não faturado	370.261	-	-	-	370.261	319.099
(-) Perdas de créditos esperadas	(145.916)	(87.379)	(112.400)	(474.629)	(820.324)	(833.150)
	3.361.231	664.309	558.997	228.343	4.812.880	4.481.423
Ativo circulante					4.769.431	4.429.883
Ativo não circulante					43.449	51.540

	Controladora					31/12/2022	31/12/2021
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias			
Fornecimento de energia faturado	17.396	3.472	6	23.003		43.877	24.599
Fornecimento de energia não faturado	271.709	-	-	-		271.709	106.184
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	30	-	12.851	-		12.881	48.869
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	-	(23.003)		(23.003)	(22.284)
	289.135	3.472	12.857	-		305.464	157.368
Ativo circulante						305.464	157.368
Ativo não circulante						-	-

A partir de agosto de 2022, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de créditos esperadas referente aos saldos vencidos de clientes, o limite para reconhecimento integral de perdas na Cemig D foi alterado de 12 para 24 meses, resultando em uma reversão de R\$130.569 no exercício de 2022 nas perdas de créditos esperadas.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 31.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	272.406	220.937
Industrial	168.215	184.954
Comércio, serviços e outras	202.739	220.400
Rural	32.741	34.466
Poder público	27.567	45.221
Iluminação pública	833	1.909
Serviço público	32.580	37.504
Encargos de uso de rede - TUSD	83.243	87.759
	820.324	833.150

Em 31 de julho de 2020, a Cemig D protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Cemig D, passíveis de compensação, eram aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Em dezembro de 2022, foi compensada a última parcela do total de 21, no valor de R\$10.584 cada.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no exercício é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	712.369
Constituições líquidas (nota 28)	143.856
Baixas	(23.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	833.150
Constituições líquidas (nota 28)	239.300
Alteração em critério utilizado na estimativa	(130.569)
Baixas	(121.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	820.324

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida ou pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Para os clientes cativos, a Companhia adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 24 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato, quando da existência de componente de financiamento significativo.

Os valores lançados em contrapartida ao ativo de contrato são transferidos para o ativo financeiro (Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia), enquadrando-se no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, após o aviso de crédito emitido mensalmente pelo ONS, autorizando o faturamento da Receita Anual Permitida – RAP.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS a recuperar	449.054	112.813	12	3
PIS/Pasep (a)	257.680	328.643	24	24
Cofins (a)	1.189.190	1.508.180	121	121
Outros	20.777	19.343	930	940
	1.916.701	1.968.979	1.087	1.088
Não Circulante				
ICMS a recuperar	547.156	342.183	-	-
PIS/Pasep (a)	166.193	316.044	114.944	110.376
Cofins (a)	644.497	1.339.058	408.427	392.076
	1.357.846	1.997.285	523.371	502.452
	3.274.547	3.966.264	524.458	503.540

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia e suas controladas registraram os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída (anteriormente denominada Usina Térmica Ipatinga S.A.), Cemig Geração Poço Fundo (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes. Os créditos dessas empresas foram habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB) em setembro de 2022, já sendo iniciada a compensação com tributos federais devidos.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Companhia, além da hipótese de receber os créditos por meio de precatórios, passou-se a avaliar a viabilidade de habilitar administrativamente os créditos para compensação com os tributos federais gerados nas atividades da controladora.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Cemig D e GT, que iniciaram, em maio de 2020, a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar, que deve ocorrer dentro do prazo prescricional de 5 anos.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia havia constituído um passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja,

de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Em 27 de junho de 2022, o Projeto de Lei nº 1.280/22, que previa a destinação integral dos créditos tributários relacionados à questão do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS aos clientes das distribuidoras de energia elétrica, sem a limitação do período de 10 anos mencionado acima, foi convertido na Lei nº 14.385/22, tendo a Companhia registrado complemento ao passivo constituído conforme nota explicativa nº 21.

A Administração da Companhia avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

Tendo em vista a decisão do Superior Tribunal Federal (“STF”) sobre a modulação dos efeitos da decisão, a controlada Gasmig reconheceu, no segundo trimestre de 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$219.753.

Em 1º de agosto de 2022, ocorreu o trânsito em julgado da ação individual movida pela Gasmig, que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. A partir do trânsito em julgado, a Gasmig iniciou os procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais e habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal.

Para mais informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e Gasmig, ver na nota explicativa nº 21.

A Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$1.011.947 no ativo circulante e R\$1.234.081 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

Em 2022, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.452.514 (R\$1.786.325 em 2021).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	707.263	763.468	97.568	221.422
Contribuição social	240.947	250.851	(1.818)	24.428
	948.210	1.014.319	95.750	245.850
Circulante	775.492	698.914	-	-
Não circulante	172.718	315.405	95.750	245.850

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, que foram superiores ao valor de IRPJ/CSLL apurados ao final do ano calendário pela Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda	197.619	147.312
Contribuição social	42.055	42.690
	239.674	190.002

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 25.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	986.659	806.639	767.103	583.662
Provisões para contingências	602.084	542.089	94.790	71.278
Provisão para perda em investimentos	56.398	244.132	-	-
Provisão PUT SAAG	228.621	216.339	-	-
Provisões operacionais (1)	598.380	77.402	588	2.083
Provisões PLR	29.824	42.290	2.118	1.944
Obrigações pós-emprego	1.852.232	1.980.828	223.779	239.750
Perdas de créditos esperadas	318.982	314.863	8.405	8.477
Concessão onerosa	11.579	11.274	-	-
Outros	24.928	19.423	93	68
Total	4.709.687	4.255.279	1.096.876	907.262
Passivos fiscais diferidos				
Custo de captação	(9.451)	(5.009)	-	-
Custo atribuído	(155.882)	(219.067)	-	-
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(456.418)	(465.615)	(101.727)	(104.992)
Encargos financeiros capitalizados	(169.801)	(164.716)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(9.262)	(3.583)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(263.041)	(245.181)	-	-
Atualização ativo de contrato	(940.026)	(895.223)	-	-
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos - Perda	(209.599)	(412.436)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(7.950)	(6.737)	-	-
Ressarcimento custos GSF	(274.036)	(319.207)	-	-
Outros	(26.934)	(16.026)	-	-
Total	(2.522.400)	(2.752.800)	(101.727)	(104.992)
Total Líquido	2.187.287	1.502.479	995.149	802.270
Total do Ativo	3.119.522	2.464.734	995.149	802.270
Total do Passivo	(932.235)	(962.255)	-	-

(1) Inclui provisão registrada em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.412.857	690.895
Efeitos alocados ao resultado	210.773	121.376
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	(102.408)	(10.001)
Tributos diferidos recebidos em reorganização societária	(16.815)	-
Outros	(1.928)	-
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.502.479	802.270
Efeitos alocados ao resultado	924.301	228.638
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	(236.813)	(35.759)
Outros	(2.680)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.187.287	995.149

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2022, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2023	884.241	238.661
2024	765.609	156.844
2025	620.570	111.771
2026	595.711	86.913
2027	601.245	92.447
2028 a 2030	864.708	365.466
2031 a 2032	377.603	44.774
	4.709.687	1.096.876

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva (recuperação de despesa), apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Resultado das operações antes do imposto de renda e contribuição social	4.120.556	4.698.178	3.863.675	3.650.014
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(1.400.989)	(1.597.381)	(1.313.650)	(1.241.005)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	181.758	5.878	883.472	885.492
Incentivos fiscais	61.953	63.714	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	96.549	145.910	-	-
Multas indedutíveis	(44.586)	(22.971)	46	(52)
JCP declarado	721.792	324.796	674.441	324.796
PCE com partes relacionadas	233.931	-	-	-
Realização de ágio (nota 32)	108.416	-	-	-
Resultado com alienação da Light	-	154.326	-	154.326
Outros	14.987	(19.581)	(15.671)	(22.250)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(26.189)	(945.309)	228.638	101.307
Imposto de renda e contribuição social corrente	(950.490)	(1.156.082)	-	(20.069)
Imposto de renda e contribuição social diferido	924.301	210.773	228.638	121.376
	(26.189)	(945.309)	228.638	101.307
Alíquota efetiva	0,64%	20,12%	(5,92)%	(2,78)%

Prática contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se

os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

Subvenções governamentais

As controladas Cemig D e Cemig GT possuem empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 26.

11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui saldo a receber reconhecido no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$13.366 (R\$13.366 em 31 de dezembro de 2021), referente ao contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizado em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD).

A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC).

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível.

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	259.294	266.604	30.806	25.292
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	31.297	29.546	337	300
PIS/Pasep e Cofins (1)	70.453	68.342	-	-
ITCD	59.591	55.752	58.574	54.786
IPTU	95.831	86.925	67.011	62.229
FINSOCIAL	43.633	40.999	43.633	40.999
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	305.427	290.198	14.668	13.936
IRRF sobre lucro inflacionário	9.058	8.743	9.058	8.743
IRPJ/CSLL (3)	105.850	76.155	313	-
Outros (4)	122.730	103.570	65.395	67.015
	843.870	760.230	258.989	248.008
Outros				
Regulatório	45.642	52.736	9.311	20.033
Responsabilidade civil	9.156	12.482	3.202	6.630
Relações de consumo	7.890	7.924	971	941
Bloqueio judicial	19.991	19.146	3.310	3.373
Outros	20.752	36.047	3.736	3.374
	103.431	128.335	20.530	34.351
	1.206.595	1.155.169	310.325	307.651

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
- (2) Ver detalhes na nota explicativa nº 25 – Provisões (Indenização do anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 2022, o montante apropriado como receitas dos subsídios, reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$936.227 (R\$986.310 em 2021). Desse montante, a Companhia tem a receber R\$96.947 (R\$86.457 em 31 de dezembro de 2021), reconhecido no ativo circulante, sendo R\$90.923 (R\$81.981 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig D e R\$6.024 (R\$4.476 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig GT.

Em 10 de março de 2023, a Cemig D celebrou instrumento particular de contrato de cessão de créditos sem coobrigação com o Banco ABC Brasil S.A. para antecipação de recebíveis da CDE no valor de R\$100.000, sendo R\$25.000 e R\$75.000 das faturas de abril e maio de 2023, respectivamente. O total recebido em 10 de março de 2023 foi de R\$97.554.

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Relacionados à Infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (nota 14.1)	1.369.652	683.729
Concessão de distribuição de gás (nota 14.1)	36.945	34.386
Indenizações a receber – Geração (nota 14.2)	691.460	816.202
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 14.3)	2.950.418	2.792.201
	5.048.475	4.326.518
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (nota 13.4)	944.090	2.147.548
Total	5.992.565	6.474.066
Ativo circulante	1.055.378	1.504.666
Ativo não circulante	4.937.187	4.969.400

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros da concessão		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros	-	(51.359)
Total	-	(51.359)

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	530.058	3.365.400	29.183	3.924.641
Transferências do ativo de contrato	109.842	-	-	109.842
Transferências do intangível	(9.392)	-	-	(9.392)
Adições	-	-	28	28
Atualização financeira	53.751	523.105	5.175	582.031
Baixas	(530)	-	-	(530)
Recebimentos	-	(280.102)	-	(280.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729	3.608.403	34.386	4.326.518
Adição	-	-	323	323
Transferências entre ativo de contrato	670.104	-	-	670.104
Transferências entre ativo intangível	(22.581)	-	378	(22.203)
Atualização financeira	39.369	513.885	1.858	555.112
Ajustes de valor justo	-	(171.770)	-	(171.770)
Baixas	(969)	-	-	(969)
Recebimentos	-	(308.640)	-	(308.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652	3.641.878	36.945	5.048.475

14.1 Distribuição - Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

14.2 Geração – Indenização a receber

Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base

o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) (1)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico ao término da concessão	Saldo líquido dos ativos avaliado a VNR ReN nº 1.027/2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022
Lote D						
UHE Três Marias	jul-15	396,00	71.029	166.903	12.180	179.083
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	11.514	85.625	6.249	91.874
UHE Itutinga	jul-15	52,00	4.408	10.089	736	10.825
UHE Camargos	jul-15	46,00	7.278	19.611	1.431	21.042
PCH Piau	jul-15	18,01	1.622	4.376	319	4.695
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	1.371	5.247	383	5.630
PCH Peti	jul-15	9,40	1.330	6.056	442	6.498
PCH Dona Rita	set-13	2,41	600	1.569	114	1.683
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	2.373	8.510	553	9.063
PCH Joasal	jul-15	8,40	1.572	6.269	458	6.727
PCH Martins	jul-15	7,70	2.273	4.451	325	4.776
PCH Cajuru	jul-15	7,20	3.558	18.862	1.376	20.238
PCH Paciência	jul-15	4,08	871	4.146	303	4.449
PCH Marmelos	jul-15	4,00	694	2.409	176	2.585
Outras						
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	235	361	26	387
UHE Miranda	dez-16	408,00	34.697	90.862	6.631	97.493
UHE Jaguará	ago-13	424,00	45.706	137.673	10.115	147.788
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	27.082	71.413	5.211	76.624
		3.601,70	218.213	644.432	47.028	691.460

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou ajuste do valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. O saldo de R\$691.460 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

14.3 Geração – Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	253.628	(165.831)	1.671.517
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	79.921	(52.296)	524.779
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	33.214	(22.234)	197.984
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	24.759	(16.553)	148.407
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	34.349	(23.290)	194.694
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	25.512	(17.685)	133.014
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	75.300	15.474	(10.751)	80.023
		2.792.201	466.857	(308.640)	2.950.418

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2020	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2021
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.447.210	287.009	(150.499)	1.583.720
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	454.256	90.360	(47.462)	497.154
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	170.460	36.723	(20.179)	187.004
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	127.814	27.409	(15.022)	140.201
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	167.206	37.565	(21.136)	183.635
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	113.807	27.429	(16.049)	125.187
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	68.445	16.610	(9.755)	75.300
Total		2.549.198	523.105	(280.102)	2.792.201

14.4 Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	544.370	399.720	944.090	988.850	4.133.064	5.121.914
Ativo circulante	544.370	201.661	746.031	988.850	2.397.151	3.386.001
Ativo não circulante	-	198.059	198.059	-	1.735.913	1.735.913
Passivo	-	-	-	(1.040.209)	(1.985.516)	(3.025.725)
Passivo circulante	-	-	-	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)
Passivo não circulante	-	-	-	-	(809.798)	(809.798)
Total circulante líquido	544.370	201.661	746.031	(51.359)	1.221.433	1.170.074
Total não circulante líquido	-	198.059	198.059	-	926.115	926.115
Total líquido	544.370	399.720	944.090	(51.359)	2.147.548	2.096.189

COMPONENTES FINANCEIROS	31/12/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	140.528	(139.639)	889	23.593	(90.715)	(67.122)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	4.297	211.497	215.794	145.817	97.203	243.020
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	180	17.786	17.966	13.172	(972)	12.200
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – Proinfa	38.984	(7.872)	31.112	11.427	18.664	30.091
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	377.682	204.843	582.525	30.948	953.014	983.962
Energia elétrica comprada para revenda	233.721	(1.321.656)	(1.087.935)	389.548	1.177.997	1.567.545
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	40.617	708.966	749.583	(67.566)	192.132	124.566
Neutralidade da parcela A	(32.683)	235.990	203.307	24.269	73.081	97.350
Devolução faturamento - Conta Covid (2)	-	-	-	(371.350)	-	(371.350)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(22.983)	(47.707)	(70.690)	(21.171)	(47.087)	(68.258)
Outros itens financeiros	(235.973)	537.512	301.539	(230.046)	(225.769)	(455.815)
Total	544.370	399.720	944.090	(51.359)	2.147.548	2.096.189

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 2020, por meio do Despacho SGT/SEM nº 2.508, foi reconhecida parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270, que foi considerado no processo tarifário de 2021. Em razão dos recursos administrativos apresentados à Aneel, os montantes de sobrecontratação tiveram seus valores ajustados através do Despacho Aneel nº 2.168, de 2022. Com a publicação do despacho, e considerando as regras atuais, o montante de R\$218.900, pendente de repasse de 2017, será considerado no próximo processo tarifário. Em relação ao valor de R\$26.778 relativo à sobrecontratação de 2018, a Companhia permanece reconhecendo o direito e aguarda publicação do respectivo despacho.
- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores foram devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizados pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(98.641)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.908.166
Realização	237.877
Transferência para outros passivos	(15.120)
Atualização Selic (nota 29)	63.907
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.096.189
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	(385.631)
Realização	(760.929)
(-) Recebimento empréstimo - Conta escassez hídrica	(190.658)
Atualização Selic (nota 29)	185.119
Saldo em 31 de dezembro de 2022	944.090

Reajuste Tarifário Anual

Em 22 de junho de 2022, após prorrogação de 25 dias na vigência das tarifas em vigor desde 28 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência até 27 de maio de 2023, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 8,80%, sendo 14,31%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,23%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 5,22%.

Este resultado decorre de variação de custos da parcela B (custos gerenciáveis), de 3,89%, em função da inflação (IPCA) apurada nos 12 meses anteriores, e os repasses diretos dentro da tarifa, que impactaram em 4,91%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Cemig D, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 4,78% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, já tendo sido considerado o efeito redutor da inclusão de R\$409.920 de repasse do aporte na CDE oriundo do processo de capitalização da Eletrobrás; (b) redução de 9,32% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a inclusão de R\$2.810.830 referentes à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 15,20%; bem como o efeito de 9,45% referente à (c) retirada dos componentes financeiros do processo anterior.

Para mais informações sobre a restituição, aos consumidores, dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, ver nota explicativa nº 21.

Prática contábil

Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

Atividade de transmissão

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 15.

Atividade de geração

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de dispositivo legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão. Mais informações na nota explicativa nº 16.

Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

15. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	1.849.853	1.926.652
Gás – Ativos de infraestrutura em construção	116.982	95.137
Transmissão – Rede básica - Lei 12.783/13	1.927.040	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.810.949	2.346.643
	6.704.824	6.380.008
Circulante	728.404	599.692
Não circulante	5.976.420	5.780.316

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.744.358	1.141.599	94.115	4.980.072
Adições	251.973	1.757.015	49.901	2.058.889
Atualização financeira	660.457	-	-	660.457
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	236.627	-	-	236.627
Recebimentos	(612.447)	-	-	(612.447)
Baixa	(3.986)	-	(4.306)	(8.292)
Outras adições	-	-	6.709	6.709
Transferências para o ativo financeiro	-	(109.842)	-	(109.842)
Transferências para o ativo intangível	-	(851.183)	(51.282)	(902.465)
Ativo de contrato proveniente de combinação de negócios	81.237	-	-	81.237
Ajuste de ativos em curso	-	(10.937)	-	(10.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.358.219	1.926.652	95.137	6.380.008
Adições	407.193	3.097.578	61.398	3.566.169
Atualização financeira	575.449	-	-	575.449
Recebimentos	(607.528)	-	-	(607.528)
Baixa	-	-	(3.235)	(3.235)
Outras adições	4.656	-	-	4.656
Transferências para o ativo financeiro	-	(761.711)	-	(761.711)
Transferências para o ativo intangível	-	(2.412.071)	(36.318)	(2.448.389)
Ajuste de ativos em curso	-	(595)	-	(595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.737.989	1.849.853	116.982	6.704.824

Dentre as adições realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2022, está contemplado o valor de R\$46.553 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22. A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações

dos Fluxos de Caixa. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,36%.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

Atividades de distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica e gás ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	28.879	26.678
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	46.685	38.782
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	8.371	7.355
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	408.395	317.692
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	236.073	209.185
	728.403	599.692
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	81.399	89.204
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	142.513	151.858
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	85.391	73.882
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.518.645	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	2.181.638	1.749.699
	4.009.586	3.758.527
	4.737.989	4.358.219

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do

“efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

d) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Prática contábil

Atividade de distribuição de energia

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

Atividade de transmissão

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela RAP, a

parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 14.

Atividade de distribuição de gás

Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A parcela da infraestrutura da concessão que será integralmente amortizada durante a vigência da concessão é registrada como um ativo intangível. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A parcela dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Esses ativos são avaliados com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens baixados e substituídos é reconhecido no resultado do exercício, sendo considerado pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

16. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	8.966.797	7.831.942
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	182.579	125.172	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	Controlada em conjunto	47.096	59.013	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	Controlada em conjunto	46.744	46.722	-	-
Madeira Energia ("MESA") (2) (9)	Coligada	9.500	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (2) (9)	Coligada	7.760	-	-	-
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo")	Controlada em conjunto	185.495	200.385	-	-
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (3)	Controlada em conjunto	575.745	609.154	-	-
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	160.324	168.430	-	-
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	Controlada em conjunto	1.193.841	1.140.930	-	-
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (3)	Controlada em conjunto	885.529	932.600	-	-
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi") (antiga Lightger) (6)	Controlada em conjunto	134.425	124.275	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	7.105.260	6.942.666
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	Controlada em conjunto	1.548.695	1.580.379	1.548.695	1.580.379
Ativas Data Center S.A. ("Ativas") (8)	Coligada	-	15.750	-	15.750
Gasmig	Controlada	-	-	1.749.549	1.635.985
Cemig Sim	Controlada	-	-	198.880	111.433
UFVs (1)	Controlada em conjunto	127.991	98.839	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") (7)	Controlada em conjunto	-	4.277	-	4.277
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Controlada	-	-	68.263	60.703
Total do investimento		5.105.724	5.105.926	19.637.444	18.183.135
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Itaocara") (4)	Controlada em conjunto	-	(20.767)	-	-
Madeira Energia S.A. ("MESA") (Usina de Santo Antônio) - Provisões para perdas (5)	Coligada	-	(161.648)	-	-
Total		5.105.724	4.923.511	19.637.444	18.183.135

- (1) Conjunto de negócios de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.
- (2) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (3) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (4) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.
- (5) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (6) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A."
- (7) Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças ("CCVA") para alienação de 49,0% de sua participação societária na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") para a Light S.A. ("Light"), que detém 51,0% de participação remanescente. Mais detalhes na nota explicativa nº 32.
- (8) Em 16 de novembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a alienação de 19,6% da sua participação societária na Ativas Data Center S.A. ("Ativas") para a Sonda Procwork Informática Ltda ("Sonda"). Em 28 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Ativas para a Sonda. Mais detalhes na nota explicativa nº 32.
- (9) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da Mesa para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes na nota explicativa nº 36.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção da coligada MESA (Usina de Santo Antônio).

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no CPC 01 / IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Exceto pelo reconhecimento de perda no investimento detido na controlada em conjunto Itaocara, foi constatado que o valor contábil líquido dos demais investimentos é recuperável.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D

e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

Controladora						
Investidas	31/12/2020	Adição	Amortização	31/12/2021	Amortização	31/12/2022
Paracambi (antiga Lightger)	78.989	-	(2.501)	76.488	(2.501)	73.987
Taesa	160.783	-	(9.321)	151.462	(9.321)	142.141
Gasmig	411.503	-	(15.257)	396.246	(15.257)	380.989
Sete Lagoas	-	(4.506)	-	(4.506)	244	(4.262)
Total	651.275	(4.506)	(27.079)	619.690	(26.835)	592.855

Consolidado								
Investidas	31/12/2020	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2021	Adição	Amortização	31/12/2022
Cemig Geração e Transmissão								
Retiro Baixo	29.187	-	-	(1.389)	27.798	-	(1.390)	26.408
MESA	16.526	-	(15.788)	(738)	-	-	-	-
Aliança Geração	326.915	-	-	(25.310)	301.605	-	(25.310)	276.295
Aliança Norte	48.632	-	-	(1.972)	46.660	-	(1.972)	44.688
Paracambi (antiga Lightger)	78.989	-	-	(2.501)	76.488	-	(2.501)	73.987
Taesa	160.783	-	-	(9.321)	151.462	-	(9.321)	142.141
Cemig Sim								
UFVs	-	7.037	-	-	7.037	7.606	(438)	14.205
Total	661.032	7.037	(15.788)	(41.231)	611.050	7.606	(40.932)	577.724

O direito de exploração é reconhecido na combinação de negócios e são amortizados considerando o período de concessão de cada controlada, controlada em conjunto ou coligada.

a) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

Controladora								
Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	Baixas	Outros	31/12/2022
Cemig Geração e Transmissão	7.831.942	2.082.955	94.628	(1.042.728)	-	-	-	8.966.797
Cemig Distribuição	6.942.666	443.475	295.651	(576.532)	-	-	-	7.105.260
Ativas	15.750	(595)	-	-	-	(15.155)	-	-
Gasmig	1.635.985	461.204	-	(349.042)	-	-	1.402	1.749.549
Cemig Sim	111.433	18.524	-	(3.957)	72.880	-	-	198.880
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-	-	-
Sete Lagoas	60.703	12.137	-	(11.577)	7.000	-	-	68.263
Taesa	1.580.379	304.592	-	(336.284)	-	-	8	1.548.695
Total	18.183.135	3.318.015	390.279	(2.320.120)	79.880	(15.155)	1.410	19.637.444

Controladora									
Investidas	31/12/2020	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes/ Aquisição	Baixas	Outros	Resultado com combinação de negócios	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão	5.921.159	868.934	47.561	(479.435)	1.350.000	-	123.723	-	7.831.942
Cemig Distribuição	6.021.630	1.700.541	131.818	(911.323)	-	-	-	-	6.942.666
Ativas	16.799	(1.049)	-	-	-	-	-	-	15.750
Gasmig	1.495.599	343.259	-	(203.042)	-	-	169	-	1.635.985
Cemig Sim	94.098	5.559	-	(782)	12.558	-	-	-	111.433
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	118.217	16.545	-	(11.038)	-	(123.724)	-	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.436	(2.413)	-	-	2.254	-	-	-	4.277
Sete Lagoas Transmissora	-	376	-	-	54.847	-	1.474	4.006	60.703
Taesa	1.467.445	481.110	-	(368.176)	-	-	-	-	1.580.379
Total	15.139.383	3.412.862	179.379	(1.973.796)	1.419.659	(123.724)	125.366	4.006	18.183.135

Consolidado						
Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes / Aquisições	Outros	31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	15.469	(27.386)	-	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.361	(16.339)	-	-	46.744
MESA (3)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (3) (5)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Paracambi (antiga Lightger)	124.275	16.790	(6.640)	-	-	134.425
Baguari Energia	168.430	21.413	(29.519)	-	-	160.324
Amazônia Energia (4)	932.600	(47.178)	-	-	107	885.529
Aliança Norte (4)	609.154	(33.793)	-	-	384	575.745
Ativas	15.750	(595)	-	-	(15.155)	-
Taesa	1.580.379	304.591	(336.275)	-	-	1.548.695
Aliança Geração	1.140.930	104.054	(47.875)	-	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	(38.203)	-	-	185.495
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	2.699	1.521	(798)	-	-	3.422
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto") (2)	9.258	1.937	(1.726)	-	(1.028)	8.441
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga") (2)	11.294	2.538	(2.085)	-	(948)	10.799
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II") (2)	6.432	1.254	(595)	-	(685)	6.406
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande") (2)	14.890	2.672	(2.211)	-	(1.211)	14.140
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra") (2)	17.823	3.577	(2.644)	-	(1.230)	17.526
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde") (2)	6.130	1.272	(872)	-	(407)	6.123
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela") (2)	4.058	1.069	(575)	-	(353)	4.199
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I") (2)	5.318	1.161	(932)	-	(808)	4.739
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II") (2)	6.384	1.238	(870)	-	(148)	6.604
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia") (2)	14.553	2.751	(2.207)	-	(921)	14.176
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	-	867	(103)	5.925	-	6.689
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I")	-	1.419	(326)	7.068	-	8.161
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II")	-	1.501	(90)	7.047	-	8.458
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I")	-	1.203	(143)	7.048	-	8.108
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-
Itaocara	-	(3.016)	-	10.428	(7.412)	-
Total do Investimento	5.105.926	674.422	(518.414)	38.007	(194.217)	5.105.724
Itaocara - Passivo a descoberto	(20.767)	6.473	-	14.294	-	-
MESA (3) - Provisões para perdas (1)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	4.923.511	842.543	(518.414)	52.301	(194.217)	5.105.724

- (1) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Em 23 de maio de 2022, foi aprovada, por meio de AGE, a redução de capital social dessas UFVs.
- (3) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (4) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (5) Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu o recebível de R\$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Consolidado							
Investidas	31/12/2020	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Perdas em investimentos	Outros	31/12/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	14.129	(8.331)	-	-	-	59.013
Guanhães Energia	131.391	(6.219)	-	-	-	-	125.172
Hidrelétrica Pipoca	35.552	11.170	-	-	-	-	46.722
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	209.374	(209.374)	-	-	-	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	157.476	(157.476)	-	-	-	-	-
Lightger	130.794	5.465	(11.984)	-	-	-	124.275
Baguari Energia	159.029	31.071	(21.670)	-	-	-	168.430
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	965.255	(32.730)	-	75	-	-	932.600
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	631.227	(22.073)	-	-	-	-	609.154
Ativas Data Center	16.799	(1.049)	-	-	-	-	15.750
Taesa	1.467.445	481.110	(368.176)	-	-	-	1.580.379
Aliança Geração	1.166.240	199.586	(224.896)	-	-	-	1.140.930
Retiro Baixo	195.235	12.352	(7.202)	-	-	-	200.385
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	10.467	694	(2.582)	-	-	(5.880)	2.699
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.212	1.464	(1.418)	-	-	-	9.258
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.416	1.708	(1.830)	-	-	-	11.294
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.144	638	(350)	-	-	-	6.432
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	15.059	1.746	(1.915)	-	-	-	14.890
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	16.899	1.344	(420)	-	-	-	17.823
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.182	690	(742)	-	-	-	6.130
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	3.989	619	(550)	-	-	-	4.058
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.075	(235)	(522)	-	-	-	5.318
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.382	715	(713)	-	-	-	6.384
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída (1)	-	3.303	(1.308)	12.558	-	-	14.553
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.436	(2.413)	-	2.254	-	-	4.277
Total do Investimento	5.415.293	336.235	(654.609)	14.887	-	(5.880)	5.105.926
Itaocara – Passivo a descoberto (2)	(29.615)	7.489	-	41.430	(40.071)	-	(20.767)
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) – Provisões para perdas (3)	-	(161.648)	-	-	-	-	(161.648)
Total	5.385.678	182.076	(654.609)	56.317	(40.071)	(5.880)	4.923.511

(1) Inclui o valor de R\$1.961 referentes a compra vantajosa na aquisição da controlada em conjunto Ufv Brasilândia.

(2) Em 01 de dezembro de 2021, a Cemig GT realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em “outras despesas” no resultado da Companhia. Adicionalmente, foi realizado aporte no montante de R\$1.359 para cobertura de despesas previstas no orçamento de 2021 da investida.

(3) Foi reconhecida uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$161.648.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	188.327	1.272.878
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	654.609	1.973.796
Recebimentos	(499.065)	(1.307.421)
IRRF sobre JCP declarados por investidas	(8.682)	(118.675)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	335.189	1.820.578
Proposta de dividendos feita pelas investidas	518.414	2.320.120
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(69.909)
Recebimentos	(707.695)	(1.415.356)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	145.908	2.655.433

b) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	31/12/2022			31/12/2021		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	5.473.724	8.892.810	100,00	4.123.724	7.755.454
MESA (3)	24.796.536.323	7,53	12.202.337	229.341	15,51	10.619.786	1.492.037
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	96.114	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (2)	548.626.000	49,00	548.626	372.610	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	95.395	49,00	41.360	93.385
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	231.057	69,39	186.573	242.736
Parajuru	85.834.843	100,00	85.835	158.482	100,00	85.835	128.466
Volta do Rio	274.867.441	100,00	274.867	248.173	100,00	274.867	206.783
Paracambi (antiga Lightger)	79.078.937	49,00	79.232	123.342	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (5)	41.949.320.044	49,00	1.209.750	1.083.789	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (1) (4)	1.322.897.723	74,50	1.323.042	1.188.630	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.038.988	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	318.815	49,90	225.350	345.868
Itaocara	156.259.500	49,00	206.712	15.126	49,00	156.259	(42.381)
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	67	100,00	406	88
Cemig Geração Três Marias	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.727.594	100,00	1.291.423	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande	405.267.607	100,00	405.268	562.308	100,00	405.268	526.776
Cemig Geração Itutinga	151.309.332	100,00	151.309	231.057	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos	113.499.102	100,00	113.499	182.960	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul	148.146.505	100,00	148.147	251.765	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste	100.568.929	100,00	100.569	167.959	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste	60.595.484	100,00	60.595	125.521	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	123.305	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	138.259	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	60.535	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH	45.952.000	100,00	45.952	98.917	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo	139.084.745	100,00	139.085	171.954	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	11.004	100,00	486	7.734
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	5.639	100,00	1.000	2.158
Centroeste	28.000.000	100,00	28.000	120.173	100,00	28.000	122.079
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	5.371.998	7.105.260	100,00	5.371.998	6.942.666
Taesa	1.033.496.721	21,68	3.042.034	6.570.477	21,68	3.042.034	6.684.756
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.372.699	99,57	665.429	1.221.602
Cemig Sim	112.420.992	100,00	175.033	198.880	100,00	102.153	111.433
Sete Lagoas	36.857.080	100,00	36.857	72.526	100,00	36.857	65.210
UFV Janaúba	18.509.900	49,00	6.510	6.983	49,00	6.510	5.507
UFV Corinto	18.000.000	49,00	15.900	17.224	49,00	18.000	18.893
UFV Manga	21.235.933	49,00	19.300	21.188	49,00	21.661	22.155
UFV Bonfinópolis	13.197.187	49,00	11.800	13.174	49,00	13.197	13.226
UFV Lagoa Grande	25.471.844	49,00	23.000	24.917	49,00	25.472	26.249
UFV Lontra	29.010.219	49,00	26.500	29.134	49,00	29.010	29.406
UFV Mato Verde	11.030.391	49,00	10.200	11.381	49,00	11.030	11.337
UFV Mirabela	9.320.875	49,00	8.600	9.682	49,00	9.321	9.450
UFV Porteirinha I	12.348.392	49,00	10.700	11.331	49,00	12.348	12.596
UFV Porteirinha II	11.702.733	49,00	11.400	12.405	49,00	11.703	11.904
UFV Brasilândia	25.629.900	49,00	24.000	26.002	49,00	25.879	26.625
UFV Fazenda Prudente de Moraes ("UFV Prudente de Moraes")	35.050.000	100,00	35.050	34.645	-	-	-
UFV Apolo I	8.258.980	49,00	8.259	8.500	-	-	-
UFV Campo Lindo I	13.323.845	49,00	13.324	13.231	-	-	-
UFV Campo Lindo II	13.323.845	49,00	13.324	13.590	-	-	-
UFV Olaria I	13.323.845	49,00	13.324	13.472	-	-	-

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

(2) Em 23 de junho de 2022, a Light concluiu a alienação de suas participações societárias em Guanhães Energia e Lightger para a Brasal Energia S.A.. A operação consistiu na venda para a Brasal Energia S.A. da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Lightger e da Guanhães Energia.

(3) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessa investida.

(4) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessa investida.

Saldos principais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2022

2022	Taesa	Lightger	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo
Ativo					
Circulante	2.261.366	62.992	15.485	19.753	63.163
Caixa e equivalentes de caixa	759.706	59.516	10.932	14.406	49.213
Não circulante	13.197.257	109.681	90.105	98.615	337.170
Total do ativo	15.458.623	172.673	105.590	118.368	400.333
Passivo					
Circulante	817.274	11.242	928	7.861	25.200
Empréstimos e financiamentos	1.957	8.623	-	6.613	13.812
Não circulante	8.044.824	38.089	655	7.190	44.561
Empréstimos e financiamentos	372.293	38.089	-	7.070	27.601
Patrimônio líquido	6.596.525	123.342	104.007	103.317	330.572
Total do passivo e patrimônio líquido	15.458.623	172.673	105.590	118.368	400.333
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	1.621.383	62.385	42.556	44.807	77.283
Custos operacionais	(175.807)	(17.258)	(12.134)	(9.424)	(3.512)
Depreciação e amortização	(8.878)	(11.783)	(3.485)	(4.350)	(8.898)
Lucro (prejuízo) bruto	1.445.576	45.127	30.422	35.383	73.771
Despesas gerais e administrativas	(197.166)	(2.096)	-	(1.184)	(3.645)
Receitas financeiras	652.277	5.856	3.901	3.069	9.781
Despesas financeiras	(1.700.447)	(4.324)	(27)	(1.463)	(4.844)
Resultado operacional	200.240	44.563	34.296	35.805	75.063
Resultado de equivalência patrimonial	924.707	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	324.268	(3.984)	(2.725)	(2.451)	(25.559)
Resultado líquido do exercício	1.449.215	40.579	31.571	33.354	49.504
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.449.215	40.579	31.571	33.354	49.504
Resultado abrangente do exercício	1.449.215	40.579	31.571	33.354	49.504

2022	Aliança Norte	Guanhães Energia	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia
Ativo					
Circulante	264	132.307	146	1.818.829	83.027
Caixa e equivalentes de caixa	261	3.118	146	923.599	10.471
Não circulante	1.091.377	375.482	1.190.554	20.953.217	205.105
Total do ativo	1.091.641	507.789	1.190.700	22.772.046	288.132
Passivo					
Circulante	39	38.127	1.581	2.570.839	24.970
Empréstimos e financiamentos	-	11.782	-	655.361	-
Não circulante	7.813	97.052	489	19.971.866	24.326
Empréstimos e financiamentos	-	79.587	-	13.546.024	-
Patrimônio líquido	1.083.789	372.610	1.188.630	229.341	238.836
Total do passivo e patrimônio líquido	1.091.641	507.789	1.190.700	22.772.046	288.132
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	56.864	-	4.137.130	81.279
Custos operacionais	-	(45.247)	(77)	(3.451.054)	(28.504)
Depreciação e amortização	-	(16.012)	-	-	(10.487)
Lucro (prejuízo) bruto	-	11.617	(77)	686.076	52.775
Despesas gerais e administrativas	(64.959)	-	-	(149.579)	(122)
Receitas financeiras	20	89.794	-	361.215	9.495
Despesas financeiras	(3)	(10.633)	(2)	(3.520.551)	(3.640)
Resultado operacional	(64.942)	90.778	(79)	(2.622.839)	58.508
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(63.246)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(32.062)	-	(222.408)	(19.869)
Resultado líquido do exercício	(64.942)	58.716	(63.325)	(2.845.247)	38.639
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(64.942)	58.716	(63.325)	(2.819.153)	38.639
Resultado abrangente do exercício	(64.942)	58.716	(63.325)	(2.819.153)	38.639

2022	Aliança Geração	Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga
Ativo					
Circulante	724.133	3.695	3.800	1.587	2.442
Caixa e equivalentes de caixa	448.561	3.584	2.954	694	948
Não circulante	3.467.626	11.709	17.553	16.722	20.020
Total do ativo	4.191.759	15.404	21.353	18.309	22.462
Passivo					
Circulante	382.716	278	1.908	277	330
Empréstimos e financiamentos	135.870	-	1.742	-	-
Não circulante	1.488.645	-	12.462	808	944
Empréstimos e financiamentos	712.892	-	11.178	-	-
Patrimônio líquido	2.320.398	15.126	6.983	17.224	21.188
Total do passivo e patrimônio líquido	4.191.759	15.404	21.353	18.309	22.462
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	1.109.022	-	-	5.980	7.343
Custos operacionais	(608.497)	(253)	4.628	(1.089)	(1.119)
Depreciação e amortização	(124.004)	-	(1.111)	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	500.525	(253)	4.628	4.891	6.224
Despesas gerais e administrativas	(42.854)	-	-	(82)	(61)
Receitas financeiras	61.101	431	198	12	37
Despesas financeiras	(109.271)	(6.676)	(1.007)	(210)	(158)
Resultado operacional	409.501	(6.498)	3.819	4.611	6.042
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.986	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(139.078)	-	(714)	(655)	(819)
Resultado líquido do exercício	281.409	(6.498)	3.105	3.956	5.223
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	281.409	(6.498)	3.105	3.956	5.223
Resultado abrangente do exercício	281.409	(6.498)	3.105	3.956	5.223

2022	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra	UFV Olaria 1	UFV Mato Verde	UFV Mirabela
Ativo						
Circulante	1.721	3.016	3.615	942	1.191	1.076
Caixa e equivalentes de caixa	792	1.434	1.896	610	557	470
Não circulante	12.488	23.396	27.070	13.293	10.851	9.269
Total do ativo	14.209	26.412	30.685	14.235	12.042	10.345
Passivo						
Circulante	495	364	674	171	208	259
Empréstimos e financiamentos	25	-	-	-	-	-
Não circulante	540	1.131	877	592	453	404
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	563	-	29
Patrimônio líquido	13.174	24.917	29.134	13.472	11.381	9.682
Total do passivo e patrimônio líquido	14.209	26.412	30.685	14.235	12.042	10.345
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	-	7.901	10.333	2.086	4.006	3.026
Custos operacionais	(779)	(1.226)	(1.351)	(761)	(749)	(635)
Depreciação e amortização	-	-	-	(558)	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	(779)	6.675	8.982	1.325	3.257	2.391
Despesas gerais e administrativas	(76)	(91)	(84)	(107)	(63)	(57)
Receitas financeiras	577	32	80	5	54	309
Despesas financeiras	(215)	(85)	(171)	(2)	(148)	(94)
Resultado operacional	(493)	6.531	8.807	1.221	3.100	2.549
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	3.053	(879)	(1.170)	(215)	(447)	(422)
Resultado líquido do exercício	2.560	5.652	7.637	1.006	2.653	2.127
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	2.560	5.652	7.637	1.006	2.653	2.127
Resultado abrangente do exercício	2.560	5.652	7.637	1.006	2.653	2.127

2022	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	UFV Brasilândia	UFV Apolo 1	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2
Ativo						
Circulante	1.043	1.533	3.100	703	676	1.058
Caixa e equivalentes de caixa	288	749	1.543	206	484	653
Não circulante	11.625	11.778	27.616	8.298	13.250	13.218
Total do ativo	12.668	13.311	30.716	9.001	13.926	14.276
Passivo						
Circulante	159	183	3.596	98	132	123
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Não circulante	1.178	723	1.118	403	563	563
Empréstimos e financiamentos	676	198	2.770	403	563	563
Patrimônio líquido	11.331	12.405	26.002	8.500	13.231	13.590
Total do passivo e patrimônio líquido	12.668	13.311	30.716	9.001	13.926	14.276
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	3.758	3.946	7.826	2.379	2.711	2.373
Custos operacionais	(813)	(795)	(1.642)	(546)	(755)	(755)
Depreciação e amortização	-	-	-	(349)	(558)	(558)
Lucro (prejuízo) bruto	2.945	3.151	6.184	1.833	1.956	1.618
Despesas gerais e administrativas	(73)	(74)	(113)	(111)	(115)	(109)
Receitas financeiras	25	19	945	3	9	6
Despesas financeiras	(202)	(87)	(75)	(3)	(4)	(3)
Resultado operacional	2.695	3.009	6.941	1.722	1.846	1.512
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(409)	(427)	(1.180)	(250)	(288)	(249)
Resultado líquido do exercício	2.286	2.582	5.761	1.472	1.558	1.263
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	2.286	2.582	5.761	1.472	1.558	1.263
Resultado abrangente do exercício	2.286	2.582	5.761	1.472	1.558	1.263

Saldos principais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2021

2021	Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Ativas Data Center	Taesa	Axiom Soluções Tecnológicas	Lightger
Ativo					
Circulante	4.618	42.324	2.135.183	12.863	35.465
Caixa e equivalentes de caixa	4.513	16.086	384.824	3.572	29.382
Não circulante	11.292	95.931	13.760.452	18.804	119.645
Total do ativo	15.910	138.255	15.895.635	31.667	155.110
Passivo					
Circulante	58.291	39.387	1.417.130	20.877	11.375
Empréstimos e financiamentos	-	23.778	15.672	6.997	8.573
Não circulante	-	18.505	7.793.749	2.062	46.210
Empréstimos e financiamentos	-	14.214	614.073	-	46.211
Patrimônio líquido	(42.381)	80.363	6.684.756	8.728	97.525
Total do passivo e patrimônio líquido	15.910	138.255	15.895.635	31.667	155.110
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	89.989	3.472.049	28.021	54.232
Custos operacionais	(36.070)	(84.929)	(648.988)	(27.934)	(25.917)
Depreciação e amortização	-	(9.735)	(8.560)	(1.179)	(10.587)
Lucro (prejuízo) bruto	(36.070)	5.060	2.823.061	87	28.315
Despesas gerais e administrativas	-	(7.483)	(169.246)	(4.136)	(1.645)
Receitas financeiras	133	436	34.283	90	2.433
Despesas financeiras	(30.556)	(2.989)	(844.392)	(849)	(11.073)
Resultado operacional	(66.493)	(4.976)	1.843.706	(4.808)	18.030
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	781.438	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(375)	(411.430)	(117)	(2.554)
Resultado líquido do exercício	(66.493)	(5.351)	2.213.714	(4.925)	15.476
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(66.493)	(5.351)	2.213.714	(4.925)	15.476
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	37.761	-	-
Resultado abrangente do exercício	(66.493)	(5.351)	2.251.475	(4.925)	15.476

2021	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte	Guanhães Energia
Ativo					
Circulante	29.407	17.532	111.093	97	15.605
Caixa e equivalentes de caixa	25.397	11.968	98.593	88	5.205
Não circulante	92.761	101.264	321.788	1.149.638	391.787
Total do ativo	122.168	118.796	432.881	1.149.735	407.392
Passivo					
Circulante	867	9.551	37.780	234	41.255
Empréstimos e financiamentos	-	6.543	13.705	-	11.951
Não circulante	865	13.860	49.234	1.554	110.684
Empréstimos e financiamentos	-	13.497	41.086	-	92.680
Patrimônio líquido	120.436	95.385	345.867	1.147.947	255.453
Total do passivo e patrimônio líquido	122.168	118.796	432.881	1.149.735	407.392
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	37.282	38.739	70.221	-	51.536
Custos operacionais	(8.002)	(11.356)	(25.532)	(481)	(54.595)
Depreciação e amortização	(3.088)	(3.205)	(8.848)	-	(18.009)
Lucro bruto	29.280	27.383	44.689	(481)	(3.059)
Despesas gerais e administrativas	-	(1.978)	(2.854)	(1.584)	-
Receitas financeiras	1.271	346	4.332	8	473
Despesas financeiras	(10)	(1.712)	(4.777)	(7)	(8.445)
Resultado operacional	30.541	24.039	41.390	(2.064)	(11.031)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(38.953)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.707)	(1.142)	(13.775)	-	(1.660)
Resultado líquido do exercício	28.834	22.897	27.615	(41.017)	(12.691)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	28.834	22.897	27.615	(41.017)	(12.691)
Resultado abrangente do exercício	28.834	22.897	27.615	(41.017)	(12.691)

2021	Amazônia Energia	Madeira Energia (1)	Baguari Energia	Aliança Geração	UFV Janaúba
Ativo					
Circulante	101	927.739	71.753	727.760	1.188
Caixa e equivalentes de caixa	101	179.644	3.245	378.108	1.173
Não circulante	1.253.799	23.286.096	218.200	3.364.245	17.864
Total do ativo	1.253.900	24.213.835	289.953	4.092.005	19.052
Passivo					
Circulante	2.090	2.309.383	21.346	761.742	1.804
Empréstimos e financiamentos	-	116.120	-	101.316	-
Não circulante	-	20.412.415	25.870	1.472.358	11.741
Empréstimos e financiamentos	-	12.827.607	-	700.351	-
Patrimônio líquido	1.251.810	1.492.037	242.737	1.857.905	5.507
Total do passivo e patrimônio líquido	1.253.900	24.213.835	289.953	4.092.005	19.052
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	3.757.969	76.527	1.095.636	4.591
Custos operacionais	(1.647)	(2.291.671)	(9.041)	(101.761)	(2.230)
Depreciação e amortização	-	(869.997)	(11.094)	(156.802)	(1.607)
Lucro (prejuízo) bruto	(1.647)	1.466.298	67.486	993.875	2.361
Despesas gerais e administrativas	-	(80.547)	(78)	(44.315)	-
Receitas financeiras	-	265.048	3.978	41.720	20
Despesas financeiras	(1)	(3.475.505)	(3.577)	(233.424)	(833)
Resultado operacional	(1.648)	(1.824.706)	67.809	757.856	1.548
Resultado de Equivalência Patrimonial	(42.286)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	1.812.320	(23.031)	(252.020)	(503)
Resultado líquido do exercício	(43.934)	(12.386)	44.778	505.836	1.045
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(43.934)	(12.386)	44.778	505.836	1.045
Resultado abrangente do exercício	(43.934)	(12.386)	44.778	505.836	1.045

2021	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo					
Circulante	2.963	2.767	2.408	3.275	4.183
Caixa e equivalentes de caixa	2.485	2.272	1.790	2.792	3.007
Não circulante	16.539	19.759	11.468	23.318	26.490
Total do ativo	19.502	22.526	13.876	26.593	30.673
Passivo					
Circulante	609	371	650	344	1.267
Patrimônio líquido	18.893	22.155	13.226	26.249	29.406
Total do passivo e patrimônio líquido	19.502	22.526	13.876	26.593	30.673
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	4.582	6.042	2.509	6.088	5.037
Custos operacionais	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(716)	(903)	(376)	(923)	(1.009)
Lucro (prejuízo) bruto	4.582	6.042	2.509	6.088	5.037
Despesas gerais e administrativas	(963)	(1.070)	(819)	(1.163)	(1.211)
Receitas financeiras	-	18	-	-	-
Despesas financeiras	(82)	(37)	(4)	(7)	(381)
Resultado operacional	3.537	4.953	1.686	4.918	3.445
Imposto de renda e contribuição social	(493)	(663)	(259)	(663)	(545)
Resultado líquido do exercício	3.044	4.290	1.427	4.255	2.900
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	3.044	4.290	1.427	4.255	2.900
Resultado abrangente do exercício	3.044	4.290	1.427	4.255	2.900

2021	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	1.386	1.105	2.484	908	2.976
Caixa e equivalentes de caixa	992	879	1.977	397	2.303
Não circulante	10.723	9.224	11.476	11.627	27.045
Total do ativo	12.109	10.329	13.960	12.535	30.021
Passivo					
Circulante	772	879	1.364	631	3.396
Patrimônio líquido	11.337	9.450	12.596	11.904	26.625
Total do passivo e patrimônio líquido	12.109	10.329	13.960	12.535	30.021
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	2.607	2.148	2.492	2.648	5.308
Custos operacionais	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(449)	-	(437)	(426)	(1.114)
Lucro bruto	2.607	2.148	2.492	2.648	5.308
Despesas gerais e administrativas	(649)	(630)	(692)	(725)	(1.403)
Receitas financeiras	-	-	-	-	4
Despesas financeiras	(2)	(7)	(13)	(3)	(3)
Resultado operacional	1.956	1.511	1.787	1.920	3.906
Imposto de renda e contribuição social	(271)	(219)	(257)	(275)	(577)
Resultado líquido do exercício	1.685	1.292	1.530	1.645	3.329
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.685	1.292	1.530	1.645	3.329
Resultado abrangente do exercício	1.685	1.292	1.530	1.645	3.329

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Cemig GT possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAE”), que tem por objetivo a construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, pelo prazo originalmente previsto de 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 13 de junho de 2008, sendo prorrogado por mais 4 anos, em função de compensações pelos custos incorridos com o GSF, nos termos da Lei 14.052/2020. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial em março de 2012 e a

sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Novonor - em recuperação judicial (antiga Odebrecht Energia), FIP Amazônia (FI-FGTS e Novonor), SAAG e a Companhia. Além de sua participação direta, a Companhia possui participação acionária indireta na MESA, por meio da SAAG.

Em 31 de dezembro de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, no montante de R\$752.010. Destaca-se que no segundo trimestre de 2022 houve entrada de caixa de R\$1.583.098, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada para este fim em 29 de abril de 2022. Esse recurso foi utilizado no terceiro trimestre de 2022, quase na integralidade, para pagamento dos acordos decorrentes da conclusão de processos de arbitragem envolvendo o consórcio construtor e outras partes, mencionado em mais detalhes a seguir. Quanto à baixa liquidez de curto prazo, deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de Project Finance estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, a MESA também vem adotando ações direcionadas à readequação de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, melhoria da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Diluição de participação societária da Cemig GT na MESA

Em 7 de junho de 2022, a acionista Furnas subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$1.582.552, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,06% para 72,36%, diluindo a participação societária total detida pela Cemig GT, de 15,51% para 7,53%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito no item subsequente desta nota explicativa.

Em 7 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção de seu controle societário por Furnas. Na referida AGE também foi deliberada a nova composição do Conselho de Administração da SAE e da MESA. O número de Conselheiros foi mantido (11 titulares), mas Furnas, que indicava três membros titulares e seus suplentes, passou a indicar sete. Ficou assegurado o direito da Companhia e SAAG indicarem em conjunto um membro titular e respectivo suplente. Os acionistas Novonor e FIP Amazônia também tiveram o direito de indicar em conjunto um membro titular e um suplente para o Conselho de Administração. As outras duas posições foram mantidas com Conselheiros Independentes. Assim, mesmo com o Distrato do Acordo de Acionistas, não houve desqualificação da influência significativa da Companhia sobre a investida.

Com o aumento de capital mencionado, a investida passou a apresentar patrimônio líquido positivo, não existindo mais as condições que levaram ao reconhecimento pela Companhia,

em 31 de dezembro de 2021, da provisão sobre o passivo a descoberto. Por conseguinte, a Companhia reverteu a referida provisão.

Em decorrência das alterações nas participações societárias na MESA motivadas pelo aumento de capital supracitado, foram assinados, em novembro de 2022, os aditivos aos instrumentos de financiamento da SAE, de forma a equacionar as garantias dadas pelos acionistas e seus grupos econômicos, tornando-as proporcionais às novas participações acionárias.

Procedimento Arbitral CCI-21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAE), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de compra de energia pela SAE, devidos ao não cumprimento do cronograma de antecipação da obra.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 7 de fevereiro de 2022, indica que os principais pedidos da SAE foram indeferidos, assim como os principais pedidos do CCSA foram deferidos e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAE, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento pelas Partes dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAE, sobre o qual se lastreava o pedido de ressarcimento dos custos da compra de energia realizada pela SAE em função do não cumprimento, pelo CCSA, do cronograma de antecipação.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, já provisionados em suas demonstrações financeiras sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com obrigação adicional estimada em R\$226 milhões.

Em 30 de junho de 2022, a SAE, em petição conjunta com o Grupo Industrial Complexo Rio Madeira – GICOM, requereu a extinção da Ação de Cumprimento de Sentença proposta pelo GICOM, que tratava de uma parcela do valor definido em sentença arbitral, em razão da realização de uma composição amigável entre as partes. Com o acordo, foi extinta a ação em que o GICOM pleiteava R\$645 milhões.

Em 4 de agosto de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre SAE e Grupo Civil, parte do CCSA, composto pelas empresas CNO S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Novonor Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, visando o encerramento definitivo do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA.

Concomitantemente à assinatura do acordo, as Partes assinaram e protocolaram, em 4 de agosto de 2022, petição conjunta para o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL, em relação ao valor cobrado de R\$962 milhões, que se tratava do valor remanescente definido em sentença arbitral. Em 3 de outubro de 2022 a SAE pagou a última parcela do acordo celebrado com o Grupo Civil (“GCIVIL”) no montante de R\$202.945, determinando o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, as eventuais obrigações da SAE relativas à condenação nos procedimentos arbitrais devem ser pagas conforme determinações dos respectivos contratos de financiamentos.

Assim, o aumento de capital social subscrito e integralizado em 7 de junho de 2022, conforme descrito acima, no valor de R\$1.582.551 foi destinado a saldar débitos decorrentes da sentença arbitral CCI-21.511/ASM/JPA, sendo utilizado para pagamento dos valores referentes aos acordos firmados com o GICOM e com o GCIVIL.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecurso na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia reconheceu um recebível, no montante de R\$160.643 em contrapartida ao resultado do exercício de 2022. Adicionalmente, a provisão para a PUT foi ajustada para refletir o recebimento pelas fundações dos valores do Acordo atribuídos a suas cotas.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$494.493 (R\$189.028 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.972 milhões (R\$2.832 milhões em 31 de dezembro de 2021). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento na NESA.

Contrato de compra e venda de ações para aquisição de SPEs detentoras de UFVs

Em 07 de abril de 2022, a Cemig Sim celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações e outras Avenças (CCVAs) para aquisição de 49% de participação societária em 6 Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs, detidas pela G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“G2”) e pela Apolo Empreendimentos e Energia Ltda. (“Apolo”).

As Sociedades de Propósito Específico são detentoras de 6 usinas fotovoltaicas localizadas em Lavras-MG, que operam na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, totalizando 18,5MWp de potência. As Usinas, atenderão, em conjunto, clientes do mercado residencial, comercial e industrial de baixa tensão.

Em 4 de agosto de 2022, foi concluída a aquisição da participação societária de 4 SPEs objeto dos CCVAs, diante da implementação de todas as condições suspensivas para tanto, conforme tabela abaixo:

	Usina	Potência (MWp) (1)	Patrimônio Líquido na data da aquisição	Preço de aquisição ajustado	Retenção
G2 OLARIA 1 ENERGIA S.A.	Olaria 1	3,25	13.329	7.047	(1.057)
G2 CAMPO LINDO 1 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 1	3,25	13.361	7.067	(1.060)
G2 CAMPO LINDO 2 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 2	3,25	14.226	7.046	(1.057)
APOLO 1 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A	Apolo 1	2,75	9.389	5.925	(889)
G2 OLARIA 2 ENERGIA S/A	Olaria 2	3,25	-	-	-
APOLO 2 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A	Apolo 2	2,75	-	-	-
Total		18,5	50.305	27.085	(4.063)

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O valor da aquisição corresponde a R\$27.085, sendo efetivamente pago, na data do fechamento, o montante de R\$23.022. O restante, no valor de R\$4.063, que representa 15% do preço de aquisição, foi retido pela Cemig Sim, como garantia ao cumprimento da obrigação, da Vendedora, de indenizar a Compradora, nos termos contratuais, sendo que a liberação do valor retido em garantia à Vendedora depende da ocorrência de determinados eventos, conforme previsto no contrato.

Em 13 de janeiro de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição de 49% da participação societária na Apolo 2 SPE Empreendimentos e Energia S.A.. O valor da aquisição corresponde a R\$5.759, sendo efetivamente pago, na data do fechamento, o montante de R\$4.895. O restante, no valor de R\$864, que representa 15% do preço de aquisição, foi retido pela Cemig Sim, como garantia ao cumprimento da obrigação, da Vendedora, de indenizar a Compradora, nos termos contratuais, sendo que a liberação do valor retido em garantia à Vendedora depende da ocorrência de determinados eventos, conforme previsto no contrato. As condições precedentes para o fechamento da operação foram devidamente satisfeitas.

O fechamento da operação de aquisição de participação societária na SPE Olaria 2 depende da implementação das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações, sendo o montante estimado para tanto de R\$6.530, sujeito aos mecanismos de ajustes de preço previstos no referido contrato.

Aquisição de participação societária em SPEs detentoras de UFVs

Em 29 de junho de 2022, a Cemig aprovou a aquisição, por meio de sua subsidiária integral Cemig Sim, de 100% da participação societária detida pela Genesys Participação Societária Ltda e pelo Sr. Antônio Carlos Torres, nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras das usinas fotovoltaicas listadas abaixo. As usinas, localizadas em Minas Gerais, encontram-se em fase de construção, sendo que o fechamento da operação, além de estar sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais neste tipo de transação, se dará somente após a entrada em operação das usinas.

O valor estimado da operação é de aproximadamente R\$100.000, conforme tabela abaixo:

	Potência (MWp) (2)	Valor estimado da operação	Previsão de entrada em operação
UFV Prudente de Moraes (1)	6,46	41.000	07/2022
UFV Montes Claros	3,2	20.000	03/2023
UFV Jequitibá	6,25	39.000	08/2023
Total	16,21	100.000	

(1) A Ufv Prudente de Moraes teve sua operação iniciada em 2022.

(2) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 7 de setembro de 2022, a Cemig Sim concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na Ufv Prudente de Moraes. Houve a aprovação do CADE e a conclusão de *due diligence*, condições precedentes usuais neste tipo de transação.

Abaixo, segue resumo da mensuração preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Em milhares de reais	UFV Prudente de Moraes
Valor do patrimônio líquido da Ufv Prudente	35.100
Mais valia dos ativos líquidos da investida	13.591
Valor justo dos ativos líquidos	48.691
Compra vantajosa, reconhecida no resultado de setembro de 2022	5.340
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na Ufv Prudente de Moraes (1)	43.351

(1) A contraprestação paga inclui o valor justo da contraprestação contingente no montante de R\$2.000.

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de Aquisição
Circulante	132	Circulante	270
Caixa e equivalentes de caixa	84	Outros passivos circulantes	270
Outros ativos circulantes	48		
		Não circulante	4.858
Não circulante	56.988	Outros passivos não circulantes	4.858
Ativo imobilizado	35.006		
Direito de uso - arrendamentos	5.090		
Ativo intangível – Direito de exploração	13.591		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	48.691

Para o Grupo Cemig, a aquisição ampliará sua participação no mercado de geração de energia elétrica, elevando seu nível de geração e garantindo o abastecimento energético aos consumidores de forma eficiente, em razão da expertise nesse mercado.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Norte Energia S.A. (“NESA”) – Investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. A operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli.

A Administração da Companhia, com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais com o objetivo de identificar possíveis irregularidades no investimento da Cemig GT na Guanhães Energia.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighted (vide nota explicativa nº 24). Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação, sem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a *Securities and Exchange Commission* (SEC) e *U.S. Department of Justice* (DOJ). Em 28 de dezembro de 2022 e em 13 de fevereiro de 2023, as investigações foram concluídas pela SEC e DOJ, respectivamente, sem a adoção de quaisquer ações por parte dessas Entidades.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, que foi aprovado pela Comissão de Investigação e encaminhado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum ponto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 ou de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

Prática contábil

Investimentos em participação societária

A Companhia detém investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades

pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando incorridas, são reconhecidas no resultado, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

As demonstrações financeiras das coligadas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia e suas controladas.

As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjunto. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.

A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que poderá resultar no reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mais-valia, menos-valia ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição.

A mais-valia e a menos-valia representam a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e o valor contábil das participações societárias adquiridas. O goodwill e a compra vantajosa representam a diferença entre a contraprestação transferida

e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores.

Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia são mensurados pelo custo, deduzidos de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia adquiridos em combinação de negócios são, a partir da data de aquisição, alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como goodwill o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item “Investimentos em participação societária”, acima.

17. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	247.028	(29.140)	217.888	246.605	(25.822)	220.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3.302.646	(2.432.974)	869.672	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.092.227	(859.006)	233.221	1.085.943	(837.942)	248.001
Máquinas e equipamentos	2.764.985	(2.059.246)	705.739	2.672.848	(1.975.923)	696.925
Veículos	14.970	(13.050)	1.920	20.632	(19.260)	1.372
Móveis e utensílios	13.739	(11.514)	2.225	13.747	(11.230)	2.517
	7.435.595	(5.404.930)	2.030.665	7.335.603	(5.222.183)	2.113.420
Em curso	378.686	-	378.686	305.849	-	305.849
Imobilizado líquido	7.814.281	(5.404.930)	2.409.351	7.641.452	(5.222.183)	2.419.269

Controladora	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(26)	29	55	(24)	31
Máquinas e equipamentos	5.200	(5.124)	76	5.200	(4.962)	238
Móveis e utensílios	727	(700)	27	727	(693)	34
	6.064	(5.850)	214	6.064	(5.679)	385
Em curso	1.026	-	1.026	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	7.090	(5.850)	1.240	7.090	(5.679)	1.411

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Reversão de baixa (2)	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Em serviço							
Terrenos (1)	220.783	-	-	-	(3.318)	423	217.888
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	-	(81.200)	7.050	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	248.001	-	-	-	(17.352)	2.572	233.221
Máquinas e equipamentos (2)	696.925	-	(12.047)	-	(70.104)	90.965	705.739
Veículos	1.372	-	-	-	(512)	1.060	1.920
Móveis e utensílios	2.517	-	-	-	(300)	8	2.225
	2.113.420	-	(12.047)	-	(172.786)	102.078	2.030.665
Em curso	305.849	173.410	-	1.505	-	(102.078)	378.686
Imobilizado líquido	2.419.269	173.410	(12.047)	1.505	(172.786)	-	2.409.351

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Em baixa, inclui o montante de R\$8.612 referente à baixa de dois geradores da controlada Rosal, e R\$3.345 referentes à remensuração da provisão para desmantelamento das controladas Parajuru e Volta do Rio.

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Reversão de baixa (2)	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Ajustes de combinação de negócios	Saldo em 31/12/2021
Em serviço								
Terrenos (1)	224.233	-	(620)	-	(2.830)	-	-	220.783
Reservatórios, barragens e adutoras	1.019.711	-	-	-	(80.656)	4.767	-	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	264.621	-	(25)	-	(17.421)	826	-	248.001
Máquinas e equipamentos	717.260	-	(14.195)	-	(69.802)	63.619	43	696.925
Veículos	1.846	-	-	-	(474)	-	-	1.372
Móveis e utensílios	2.822	-	(1)	-	(304)	-	-	2.517
	2.230.493	-	(14.841)	-	(171.487)	69.212	43	2.113.420
Em curso	176.650	182.518	-	15.893	-	(69.212)	-	305.849
Imobilizado líquido	2.407.143	182.518	(14.841)	15.893	(171.487)	-	43	2.419.269

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Reversão de baixas de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em serviço						
Terrenos	82	-	-	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	33	-	(2)	31	(2)	29
Máquinas e equipamentos	575	-	(337)	238	(162)	76
Móveis e utensílios	42	-	(8)	34	(7)	27
	732	-	(347)	385	(171)	214
Em curso	460	566	-	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	1.192	566	(347)	1.411	(171)	1.240

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,05%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Software	20,00
Edificação – Casa de força	2,00	Veículos	14,29
Edificação – Outras	3,33	Equipamento geral de informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina hidráulica	2,50	Edificação – Outras	3,33
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Comporta	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto

os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa média anual de Depreciação (%)	2022	2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.096	220.009
Depreciação acumulada			(134.524)	(126.583)
Total em operação			87.572	93.426
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	1.962	43
Total em construção			1.962	43
Total			87.534	93.469

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

18. INTANGÍVEIS

Consolidado	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.692	(5.405)	9.287	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(9.116)	4.483	13.599	(8.493)	5.106
Ativos de concessão	23.813.446	(10.259.144)	13.554.302	21.475.916	(9.669.212)	11.806.704
Ativos de concessão - GSF	1.031.810	(199.809)	832.001	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	92.279	(76.838)	15.441	78.347	(73.854)	4.493
	24.965.826	(10.550.312)	14.415.514	22.614.363	(9.822.029)	12.792.334
Em curso	206.339	-	206.339	160.983	-	160.983
Intangível líquido	25.172.165	(10.550.312)	14.621.853	22.775.346	(9.822.029)	12.953.317

Controladora	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.564	(13.136)	428	13.564	(12.273)	1.291
Outros	17	(17)	-	17	(17)	-
	13.581	(13.153)	428	13.581	(12.290)	1.291
Em curso	119	-	119	89	-	89
Intangível líquido	13.700	(13.153)	547	13.670	(12.290)	1.380

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2022
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.966	-	-	(679)	-	9.287
Concessão onerosa	5.106	-	-	(623)	-	4.483
Ativos de concessão	11.806.704	(489)	(57.369)	(817.043)	2.622.499	13.554.302
Ativos de concessão - GSF	966.065	-	-	(134.064)	-	832.001
Outros	4.493	13.422	-	(2.994)	520	15.441
	12.792.334	12.933	(57.369)	(955.403)	2.623.019	14.415.514
Em curso	160.983	106.182	(6)	-	(60.820)	206.339
Intangível líquido	12.953.317	119.115	(57.375)	(955.403)	2.562.199	14.621.853

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Incorporação	Saldo em 31/12/2021
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	9.172	-	-	(681)	1.475	-	9.966
Concessão onerosa	5.881	-	(151)	(624)	-	-	5.106
Ativos de concessão	11.674.530	-	(23.146)	(757.219)	912.539	-	11.806.704
Ativos de concessão - GSF	-	1.031.809	-	(65.744)	-	-	966.065
Outros	7.729	-	-	(3.567)	331	-	4.493
	11.697.312	1.031.809	(23.297)	(827.835)	914.345	-	12.792.334
Em curso	112.616	50.849	-	-	(2.488)	6	160.983
Intangível Líquido	11.809.928	1.082.658	(23.297)	(827.835)	911.857	6	12.953.317

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R\$2.448.389 em 2022 (R\$902.465 em 2021).

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço				
Direito de uso de softwares	1.291	-	(863)	428
	1.291	-	(863)	428
Em curso	89	30	-	119
Intangível líquido	1.380	30	(863)	547

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Em serviço				
Direito de uso de softwares	2.596	-	(1.305)	1.291
	2.596	-	(1.305)	1.291
Em curso	59	30	-	89
Intangível líquido	2.655	30	(1.305)	1.380

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração, encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição de energia	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		

Distribuição de gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	Veículos	20,00
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,00	Equipamentos Processamento de Dados	20,00
Máquinas e Equipamentos	5,00 a 20,00	Móveis	10,00

A taxa média de amortização da Companhia é de 4,00%, que representa, por atividade:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
7,06%	8,81%	3,33%	3,91%	15,82%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São classificados como ativos intangíveis da Companhia os direitos de autorização de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R\$380.989 (R\$396.246 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos no balanço individual da Companhia como investimentos, conforme nota explicativa nº16, em conformidade à interpretação técnica ICPC 09.

Os ativos de concessão incluem os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante total de R\$105.054 (R\$116.446 em 31 de dezembro de 2021), que são reconhecidos no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Com a assinatura pela Companhia do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020 a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”, no montante de R\$909.601 para o consolidado.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R\$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$1.031.809 para o consolidado e R\$805.613 para a controladora, reconhecido em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros. A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	4,0	19/07/2050
Eralvia	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Nebolina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1,0	26/12/2046
Cemig Geração Oeste	234			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Sul	2.106			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Três Marias	115.831	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7,0	27/05/2052
Cemig PCH (Pai Joaquim)	418	04/04/2032	0,4	14/09/2032
Horizontes	130			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
Rosal	8.900	08/05/2032	3,6	13/12/2035
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	1,7	27/08/2026
Total subsidiárias	226.196			
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Irapé	105.010	28/02/2035	2,6	18/09/2037
Queimado	19.326	18/12/2032	1,8	26/06/2034

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
São Bernardo (Cemig)	649	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Theodoro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação)	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
Total Cemig GT	805.613			
Total (R\$)	1.031.809			

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Cemig GT e de suas subsidiárias, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa COPAM 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

Em 2022, foram obtidas as licenças das seguintes instalações: UHE Irapé, UHE Santa Luzia, UHE Jacutinga, UHE Salto Grande, UHE Salto Voltão, UHE Salto do Passo Velho e EOL Volta do Rio. Os gastos iniciais, com a elaboração dos estudos ambientais, foram realizados ao longo dos anos e foram apropriados em despesa. Os demais gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, estão sendo estimados para provisionamento em contrapartida ao ativo intangível no ano de 2023.

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

19. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto de 2021 a dezembro de 2022 (1)		
Até 5 anos	6,43	0,52
De 6 a 10 anos	6,54	0,53
De 11 a 15 anos	6,58	0,54
De 16 a 30 anos	6,60	0,54

(1) A companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	185.498	26.576	212.074
Baixa (contratos encerrados)	(4.641)	-	(4.641)
Amortização (1)	(9.599)	(40.775)	(50.374)
Adições	11.066	-	11.066
Remensuração (2)	9.243	48.225	57.468
Saldos em 31 de dezembro de 2021	191.567	34.026	225.593
Amortização (1)	(14.484)	(40.052)	(54.536)
Direito de uso recebido na combinação de negócios	5.076	-	5.076
Baixa (contratos encerrados)	(8.831)	(779)	(9.610)
Adição	24.296	116.915	141.211
Remensuração (2)	16.021	5.322	21.343
Saldo em 31 de dezembro de 2022	213.645	115.432	329.077

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$641 em 2022 (R\$588 em 2021).

(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.058
Amortização (1)	(84)
Remensuração (2)	76
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.050
Amortização (1)	(88)
Remensuração	189
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.151

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$7 em 2022 (R\$6 em 2021).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	226.503	2.114
Adição	11.062	-
Baixa (contratos encerrados)	(4.661)	75
Juros incorridos (1)	26.710	269
Arrendamentos pagos	(70.145)	(264)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.914)	(18)
Remensuração (2)	57.468	76
Saldos em 31 de dezembro de 2021	244.023	2.252
Adição	141.211	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	4.917	-
Juros incorridos (1)	28.668	286
Pagamentos efetuados	(65.677)	(282)
Pagamentos juros	(3.695)	(19)
Baixa (contratos encerrados)	(16.157)	-
Remensuração (2)	21.343	189
Saldo em 31 de dezembro de 2022	354.633	2.426
Passivo circulante	57.438	301
Passivo não circulante	297.195	2.125

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$1.833 e R\$21 em 2022 (R\$1.736 e R\$20 em 2021), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições e baixas nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	806.294	354.633	7.405	2.426
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	61.303	21.636	685	224

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2023	61.553	322
2024	67.888	322
2025	57.824	322
2026	57.658	322
2027	50.483	322
2028 a 2048	510.613	5.795
Valores não descontados	806.019	7.405
Juros embutidos	(451.386)	(4.979)
Passivo de arrendamento	354.633	2.426

Prática contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas adotam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento foram descritos no decorrer desta nota explicativa.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a

receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

20. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda	1.162.009	1.314.197	151.715	62.322
Energia de curto prazo - CCEE	110.075	129.957	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	206.759	175.476	95	95
Itaipu binacional	273.618	331.118	-	-
Gás comprado para revenda	277.750	227.683	-	-
Materiais e serviços	801.838	504.912	546	2.265
	2.832.049	2.683.343	152.356	64.682

21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS	107.523	123.928	15.318	2.616
Cofins (1)	199.179	166.482	28.128	30.030
PIS/Pasep (1)	43.214	36.180	6.084	6.496
INSS	43.870	36.178	2.011	1.940
Outros (2)	150.360	165.328	88.062	91.682
	544.146	528.096	139.603	132.764
Não circulante				
Cofins (1)	304.057	280.690	-	-
PIS/Pasep (1)	66.111	60.999	-	-
	370.168	341.689	-	-
	914.314	869.785	139.603	132.764
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	1.154.798	704.025	-	-
ICMS (3)	340.800	-	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	1.808.074	2.318.910	-	-
	3.303.672	3.022.935	-	-

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.
- (2) O saldo de 31 de dezembro de 2022 inclui as retenções na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 14 de dezembro de 2022 e 22 de dezembro de 2022, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2023, em conformidade à legislação tributária.
- (3) Em 23 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em dezembro de 2022 foi provisionado o valor de R\$340.800 a devolver aos consumidores, referente ao período que ainda teve a cobrança do tributo realizada nas faturas.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D e pela Gasmig em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.962.872, conforme detalhado na nota explicativa nº 9a, já tendo sido restituído o montante de R\$3.224.893 até dezembro de 2022 (R\$1.583.314 até dezembro de 2021).

Em complemento ao passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a Cemig D registrou, em junho de 2022, o montante atualizado de R\$624.251 decorrentes da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22 em 27 de junho de 2022. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. Como consequência, foi registrado também o montante atualizado de R\$1.479.010 referente à obrigação de devolução integral do referido crédito tributário aos consumidores, referente ao montante excedente àquele incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. A Administração da Companhia avalia junto aos seus assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

Em dezembro de 2022, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia (Abradee) entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de medida cautelar contra o artigo 1º da Lei nº 14.385/2022, que, alterando a Lei nº 9.427/1996, determina e disciplina a destinação aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, pela via tarifária, dos indébitos tributários do PIS e da Cofins restituídos como consequência da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo relativos ao Tema nº 69 da Repercussão Geral da Suprema Corte e decorrentes de ações ajuizadas pelas empresas distribuidoras.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigorou de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente.
- Em 22 de junho de 2022, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2022, que vigora desde 22 de junho de 2022 até 27 de maio de 2023, do componente financeiro negativo de R\$2.810.830, correspondente à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa 8a. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Cemig D, ver nota explicativa 13.4.

A controlada Gasmig registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, sendo este no montante atualizado de R\$175.874. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais.

22. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				31/12/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	US\$	29.815	3.945.156	3.974.971	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(5.743)	(5.743)	(8.220)
(±) Recursos antecipados (2)				-	(9.423)	(9.423)	(13.356)
Dívida em moeda estrangeira				29.815	3.929.990	3.959.805	5.601.097
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (3)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	2.380	-	2.380	5.647
Sonda (4)	2022	110,00% do CDI	R\$	-	-	-	52.430
Dívida em moeda nacional				2.380	-	2.380	58.077
Total de empréstimos				32.195	3.929.990	3.962.185	5.659.174
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (5)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	-	-	-	428.367
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3) (7)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	329.679	582.199	911.878	1.147.465
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3) (7)	2024	CDI + 0,45%	R\$	544.698	269.999	814.697	1.355.933
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3) (7)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	3.267	1.861.280	1.864.547	1.759.628
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3) (7)	2027	CDI + 1,35%	R\$	3.095	500.000	503.095	-
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3) (7)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.422	505.986	507.408	-
Debêntures - - 4ª emissão - 1ª série (8)	2022	TJLP+1,82%	R\$	-	-	-	10.028
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	-	-	-	4.376
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (8)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	-	-	-	10.597
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	-	-	-	5.201
Debêntures - 7ª emissão - Série única (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.023	-	20.023	40.049
Debêntures - 8ª emissão - Série única (8)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	20.226	1.023.717	1.043.943	986.446
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (6)	2027	CDI + 1,33%	R\$	3.185	700.000	703.185	-
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (6)	2029	IPCA + 7,63%	R\$	707	301.509	302.216	-
(-) Deságio na emissão de debêntures (6)				-	(12.048)	(12.048)	(15.002)
(-) Custos de Transação				(3.000)	(38.631)	(41.631)	(28.299)
Total de debêntures				923.302	5.694.011	6.617.313	5.704.789
Total geral consolidado				955.497	9.624.001	10.579.498	11.363.963

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				31/12/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (4)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	-	-	52.430
Total de empréstimos				-	-	-	52.430

- (1) Em dezembro de 2022, a Cemig GT realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$244 milhões (US\$500 milhões em agosto de 2021). Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (3) Debêntures emitidas pela Cemig Distribuição;
- (4) Em dezembro de 2022 a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária no capital social da Ativas Data Center S.A. para a Sonda Procwork Informática Ltda mediante a compensação do contrato de mútuo entre Cemig e Sonda. Mais detalhes dessa operação vide nota explicativa nº 32;
- (5) Em fevereiro de 2022, a Cemig GT liquidou a debênture – 3ª Emissão – 3ª Série;
- (6) Em dezembro de 2022, a Cemig GT realizou a liquidação da 9ª emissão de debêntures simples. Mais detalhes dessa operação no decorrer dessa nota explicativa;
- (7) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (8) Debêntures emitidas pela Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás;
- (9) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Recompra parcial dos Eurobonds – Tender Offer

Em 28 de novembro de 2022, foi iniciada a segunda etapa de oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Cemig GT (“*Tender Offer*”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$250 milhões.

A tabela a seguir representa a *Tender Offer* aceita pelos investidores nas liquidações dos *Eurobonds* e dos instrumentos financeiros derivativos:

	%	US\$ (mil)	R\$ (mil)
Valor principal (1)	100,00	243.890	1.296.672
Prêmio mercado + <i>Tender</i>	3,08	7.522	40.013
Deságio Prêmio	0,02	(60)	(311)
Juros provisionados	0,41	1.008	5.362
		252.360	1.341.736
IOF incidente sobre o prêmio	0,02	29	152
Imposto de renda incidente sobre o prêmio	0,54	1.327	7.061
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados (2)	0,07	175	946
		1.531	8.159
Total de pagamentos		253.891	1.349.895
Desfazimento parcial do hedge		-	(191.689)
Ajuste positivo da NDF (3)		-	(32.012)
Total		253.891	1.126.194

(1) A segunda etapa da *Tender Offer* expirou em 23 de dezembro de 2022. Foi objeto de aceitação pelos investidores um total de US\$243.890 mil, sendo que US\$240.702 mil foram previamente liquidados em 21 de dezembro de 2022, considerando as aceitações realizadas pelos investidores até 9 de dezembro de 2022 (*Early Tender*). O valor restante, no montante de US\$3.188 mil foi aceito pelos investidores após o *Early Tender*.

(2) Os titulares de Notes que validaram suas Notes até o Primeiro Horário de *Tender Offer* foram elegíveis a receber US\$1.031,25 para cada US\$1.000,00 do valor principal. Para os titulares que validaram suas Notes após o Primeiro Horário de *Tender Offer*, mas ainda dentro do prazo de expiração, foram elegíveis a receber US\$981,25 para cada US\$1.000,00 do valor principal.

(3) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$5,2040) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar na cotação de R\$5,3183.

Captações de recursos

Em 22 de dezembro de 2022, a Cemig GT concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em duas séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita:

- (i) 1ª série: 700 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$700.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,33%, com vencimento em 5 anos, cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e
- (ii) 2ª série: 300 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$300.000, à taxa de remuneração de IPCA + 7,6245%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de geração de energia renovável e eficiência energética considerados como prioritários para fins da Lei nº 12.431/2011 e suas alterações, sendo que, inclusive, considerando a destinação a referidos projetos, as Debêntures da Segunda Série são caracterizadas como “debêntures verdes”.

Adicionalmente, destaca-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª série	Dezembro de 2022	2027	CDI + 1,33%	700.000
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª série	Dezembro de 2022	2029	IPCA + 7,6245%	300.000
(-) Custos de transação				(6.132)
Total de captações				993.868

Em 29 de junho de 2022, a Cemig D concluiu a liquidação da sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em 2 séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita: (i) 1ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,35%, com vencimento em 5 anos, cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e (ii) 2ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de IPCA + 6,10%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de distribuição de energia elétrica, conforme detalhado nos documentos da emissão das Debêntures.

Financiadores	Data de entrada	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série	Junho de 2022	2027	CDI + 1,35%	500.000
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série	Junho de 2022	2029	6,10% do IPCA	500.000
(-) Custos de transação				(12.103)
(-) Deságio (1)				(375)
Total de captações				987.522

(1) Deságio na emissão das debêntures referente a 2ª série das debêntures.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e debêntures, em 31 de dezembro de 2022, é garantido da seguinte forma:

	31/12/2022
Nota promissória, aval e fiança	4.871.443
Aval e recebíveis	2.663.027
Fiança	1.998.214
Recebíveis	2.294
Sem garantia	1.044.520
TOTAL	10.579.498

A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	29.815	3.945.156	-	-	-	-	3.974.971
Total por moedas	29.815	3.945.156	-	-	-	-	3.974.971
Indexadores							
IPCA (1)	355.301	399.493	1.336.154	1.051.077	126.459	1.361.508	4.629.992
UFIR/RGR (2)	2.380	-	-	-	-	-	2.380
CDI (3)	571.001	269.999	233.334	233.333	733.333	-	2.041.000
Total por indexadores	928.682	669.492	1.569.488	1.284.410	859.792	1.361.508	6.673.372
(-) Custos de transação	(3.000)	(7.985)	(5.201)	(5.223)	(4.528)	(21.437)	(47.374)
(±) Recursos antecipados	-	(9.423)	-	-	-	-	(9.423)
(-) Deságio	-	-	(5.850)	(5.850)	-	(348)	(12.048)
Total geral	955.497	4.597.240	1.558.437	1.273.337	855.264	1.339.723	10.579.498

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Varição acumulada no exercício de 2022 (%)	Varição acumulada no exercício de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no exercício de 2022 (%)	Varição acumulada no exercício de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(6,50)	7,39	IPCA	5,79	10,06
			CDI	12,39	4,39
			TJLP	35,34	16,94

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.020.558	49.953
Empréstimos oriundos de combinação de negócios	13.406	-
Varição monetária	330.114	-
Varição cambial	353.321	-
Encargos financeiros provisionados	1.162.011	2.422
Ágio na recompra de títulos de dívida (<i>Eurobonds</i>)	491.037	-
Amortização do custo de transação	20.456	55
Encargos financeiros pagos	(1.590.268)	-
Amortização de empréstimos	(4.436.672)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.363.963	52.430
Empréstimos obtidos	2.000.000	-
Custos de transação	(18.235)	-
Deságio na emissão de debêntures	(375)	-
Empréstimos obtidos líquidos	1.981.390	-
Varição monetária	166.910	-
Varição cambial	(338.265)	-
Encargos financeiros provisionados	974.732	5.151
Ágio na recompra de títulos de dívida (<i>Eurobonds</i>)	46.763	-
Amortização do custo de transação	7.422	-
Encargos financeiros pagos	(1.010.077)	(20.341)
Amortização de empréstimos	(2.613.340)	(37.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.579.498	-

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são

incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2022	2021
Encargos de empréstimos e debêntures	974.732	1.162.011
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato e intangível	(46.553)	(15.329)
Efeito líquido no resultado	928.179	1.146.682

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,36% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (9,44% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (3)	Igual ou inferior a 2,5 em 31/12/2021 em diante	Igual ou inferior a 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª e 8ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
Gasmig (2)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (3)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0	-	Anual
9ª emissão de debêntures 1ª e 2ª séries Cemig GT (4)	Dívida líquida/EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2022 em diante	Igual ou inferior a 3,0 de 31/12/2022 em diante Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual

- O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (cross default).
- O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
- O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Cemig GT do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma que as condições sejam atendidas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do serviço associado à dívida com *Eurobonds* (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 31.

23. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	28.245	28.198
Conta de desenvolvimento energético – CDE	127.370	109.618
Taxa de fiscalização da Aneel	2.890	2.526
Eficiência energética	220.802	237.426
Pesquisa e desenvolvimento	125.864	112.267
Pesquisa expansão sistema energético	4.049	4.377
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	8.114	8.759
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	10.291	16.623
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	10.424	5.374
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	251.837
CDE sobre P&D	2.551	2.767
CDE sobre PEE	4.041	4.583
Outros	4.625	4.638
	575.607	815.318
Passivo circulante	510.247	610.695
Passivo não circulante	65.360	204.623

24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo

jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e ao Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$415.438 e R\$59.495, respectivamente, perfazendo o total de R\$474.933.

Em fevereiro de 2022, a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. Em vista disso, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda dessa ação judicial como remota.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) /IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2022.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$545.196 (R\$538.934 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$363.865, e

até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$183.386. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$160.425, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficariam dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$16.636 (R\$6.783 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da

primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recusado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$10.877 em 31 de dezembro de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total que deveria ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A caso não fosse considerada a paridade contributiva, seria de R\$251.644, por meio de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$251.401 (R\$384.513 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2022
Valor presente das obrigações	11.403.598	3.313.138	61.225	14.777.961
Valor justo dos ativos do plano	(9.197.775)	-	-	(9.197.775)
Passivo líquido inicial	2.205.823	3.313.138	61.225	5.580.186
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	111.799	-	-	111.799
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	2.317.622	3.313.138	61.225	5.691.985

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2021
Valor presente das obrigações	12.025.817	3.468.504	66.017	15.560.338
Valor justo dos ativos do plano	(9.377.896)	-	-	(9.377.896)
Passivo líquido inicial	2.647.921	3.468.504	66.017	6.182.442
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	22.232	-	-	22.232
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	2.670.153	3.468.504	66.017	6.204.674

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	13.308.575	3.319.092	64.324	551.136	17.243.127
Custo do serviço corrente	1.800	21.048	506	3.245	26.599
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	(415.438)	(415.438)
Juros sobre a obrigação atuarial	883.788	231.050	4.554	39.303	1.158.695
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	377.790	122.095	1.138	(14.979)	486.044
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(2.393.295)	(251.787)	(4.574)	(126.930)	(2.776.586)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	827.508	200.126	3.028	(26.207)	1.004.455
	(1.187.997)	70.434	(408)	(168.116)	(1.286.087)
Benefícios pagos	(980.349)	(173.120)	(2.959)	(10.130)	(1.166.558)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	12.025.817	3.468.504	66.017	-	15.560.338
Custo do serviço corrente	1.882	15.873	375	-	18.130
Custo do serviço passado (2)	(4.296)	-	-	-	(4.296)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.224.041	362.118	6.892	-	1.593.051
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(7.156)	(1.298)	92	-	(8.362)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(856.672)	(305.209)	(5.515)	-	(1.167.396)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	105.557	(20.474)	(3.020)	-	82.063
	(758.271)	(326.981)	(8.443)	-	(1.093.695)
Benefícios pagos	(1.085.575)	(206.376)	(3.616)	-	(1.295.567)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	11.403.598	3.313.138	61.225	-	14.777.961

- (1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação.
- (2) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	10.420.081
Retorno real dos investimentos	(297.597)
Contribuições do empregador	235.761
Benefícios pagos	(980.349)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	9.377.896
Retorno real dos investimentos	633.480
Contribuições do empregador	271.974
Benefícios pagos	(1.085.575)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	9.197.775

Movimentação do passivo líquido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	2.908.495	3.319.092	64.324	551.136	6.843.047
Despesa reconhecida no resultado	200.530	252.098	5.060	42.548	500.236
Custo do serviço passado	-	-	-	(415.438)	(415.438)
Contribuições pagas	(235.761)	(173.120)	(2.959)	(10.130)	(421.970)
Perdas (ganhos) atuariais	(203.111)	70.434	(408)	(168.116)	(301.201)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	2.670.153	3.468.504	66.017	-	6.204.674
Despesa reconhecida no resultado	284.818	377.991	7.268	-	670.077
Custo do serviço passado	(4.296)	-	-	-	(4.296)
Contribuições pagas	(271.974)	(206.376)	(3.614)	-	(481.964)
Perdas (ganhos) atuariais	(361.080)	(326.981)	(8.445)	-	(696.506)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	2.317.621	3.313.138	61.226	-	5.691.985
				31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				388.447	346.733
Passivo não circulante				5.303.538	5.857.941

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	512.937	201.080	4.682	20.081	738.780
Despesa reconhecida no resultado	35.403	14.742	352	1.495	51.992
Custo do serviço passado	-	-	-	(15.135)	(15.135)
Contribuições pagas	(11.599)	(10.082)	(184)	(291)	(22.156)
Perdas (ganhos) atuariais	(38.307)	14.845	197	(6.150)	(29.415)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	498.434	220.585	5.047	-	724.066
Despesa reconhecida no resultado	53.247	23.615	546	-	77.408
Custo do serviço passado	(453)	-	-	-	(453)
Contribuições pagas	(13.385)	(11.705)	(217)	-	(25.307)
Perdas (ganhos) atuariais	(78.697)	(25.773)	(703)	-	(105.173)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	459.146	206.722	4.673	-	670.541
				31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				29.166	26.917
Passivo não circulante				641.375	697.149

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$626.028 em 2022 (R\$15.194 em 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$39.753 em 2022 (R\$69.604 em 2021).

Valores reconhecidos na demonstração de resultado

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	1.882	15.873	375	18.130
Custo do serviço passado	(4.296)	-	-	(4.296)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.224.041	362.118	6.892	1.593.051
Rendimento sobre os ativos do plano	(941.105)	-	-	(941.105)
Despesa total em 2022	280.522	377.991	7.267	665.780

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	1.800	21.048	506	3.245	26.599
Custo do serviço passado	-	-	-	(415.438)	(415.438)
Juros sobre a obrigação atuarial	883.788	231.050	4.554	39.303	1.158.695
Rendimento sobre os ativos do plano	(685.058)	-	-	-	(685.058)
Despesa total em 2021	200.530	252.098	5.060	(372.890)	84.798

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2023 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	273	14.097	346	14.716
Juros sobre a obrigação atuarial	1.275.608	379.438	7.016	1.662.062
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(1.003.765)	-	-	(1.003.765)
Estimativa da despesa total em 2023 conforme laudo atuarial	272.116	393.535	7.362	673.013

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2023 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	1.119.112	220.301	3.908	1.343.321

A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2023 no montante de R\$246.043 para amortização de déficit do Plano A e de R\$85.950 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022:

Efeitos na obrigação de benefício definido - Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	246.528	52.831	965	300.324
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(251.058)	(54.190)	(989)	(306.237)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	982.401	417.952	7.444	1.407.797

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,73	10,83	12,79	12,37

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2022	2021
Ações	6,45%	7,77%
Títulos de renda fixa	76,89%	73,95%
Imóveis	4,89%	5,04%
Outros	11,77%	13,24%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

	2022	2021	2020
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia e suas controladas	136.672	302.451	338.431
Ações emitidas pela Companhia	3.437	386	4.328
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia e suas controladas	270.000	277.368	285.293
	410.109	580.205	628.052

Principais premissas atuariais

	2022		2021		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	11,73%	11,83%	10,60%	10,75%	10,73%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,73%	Não aplicável	10,60%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,31%	5,31%	5,03%	5,03%	5,03%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,31%	Não aplicável	5,03%	Não aplicável	6,29%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%	Não aplicável	Tasa 1927 agravado de 100%	Tasa 1927 agravado de 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1%	-	1%	-

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Prática contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas

mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

O custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, e o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados pela remensuração do valor presente líquido da obrigação, utilizando-se premissas atuariais revisadas e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração, redução ou liquidação.

25. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	403.934	123.937	(26.206)	(86.856)	414.809
Cíveis					
Relações de consumo	32.235	44.270	(14)	(35.283)	41.208
Outras ações cíveis	38.548	13.845	(3.439)	(12.658)	36.296
	70.783	58.115	(3.453)	(47.941)	77.504
Tributárias	1.295.661	332.488	(150.126)	(3.333)	1.474.690
Regulatórias	47.842	11.521	(4.797)	(7.073)	47.493
Outras	70.752	57.251	(56.853)	(56.625)	14.525
Total	1.888.972	583.312	(241.435)	(201.828)	2.029.021

	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	427.515	80.686	(45.925)	(58.342)	403.934
Cíveis					
Relações de consumo	22.089	36.073	-	(25.927)	32.235
Outras ações cíveis	32.495	19.245	(957)	(12.235)	38.548
	54.584	55.318	(957)	(38.162)	70.783
Tributárias	1.294.287	90.931	(88.929)	(628)	1.295.661
Regulatórias	51.660	6.993	(7.764)	(3.047)	47.842
Outras	64.391	23.337	(3.697)	(13.279)	70.752
Total	1.892.437	257.265	(147.272)	(113.458)	1.888.972

	Controladora				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	43.075	13.137	(2.332)	(13.137)	40.743
Cíveis					
Relações de consumo	1.220	3.527	(7)	(213)	4.527
Outras ações cíveis	2.421	2.989	-	(1.801)	3.609
	3.641	6.516	(7)	(2.014)	8.136
Tributárias	177.722	91.278	(45.165)	(2.341)	221.494
Regulatórias	11.166	4.166	(2.735)	(4.135)	8.462
Outras	1.391	495	(1.151)	(429)	306
Total	236.995	115.592	(51.390)	(22.056)	279.141

	Controladora				
	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	28.152	22.541	-	(7.618)	43.075
Cíveis					
Relações de consumo	550	1.063	-	(393)	1.220
Outras ações cíveis	3.178	162	(757)	(162)	2.421
	3.728	1.225	(757)	(555)	3.641
Tributárias	170.624	7.267	-	(169)	177.722
Regulatórias	18.606	513	(7.664)	(289)	11.166
Outras	1.275	685	(44)	(525)	1.391
Total	222.385	32.231	(8.465)	(9.156)	236.995

Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia e de suas controladas as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Perda Possível			
	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.198.657	1.115.657	118.024	89.139
Cíveis				
Relações de consumo	230.919	148.623	8.839	2.239
Outras ações cíveis	537.197	421.992	35.989	34.308
	768.115	570.615	44.828	36.547
Tributárias	2.149.475	1.974.135	470.980	415.884
Regulatórias	2.976.485	2.457.013	1.432.717	1.240.369
Outras	1.361.004	1.213.396	10.441	7.275
Total	8.453.736	7.330.816	2.076.990	1.789.214

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$276.265 (R\$212.312 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$22.664 (R\$19.041 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU,

relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$94.324 (R\$86.847 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$3.525 foram provisionados (R\$3.432 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Em agosto de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF em alteração a sua jurisprudência, cancelou autuações previdenciárias sobre os valores pagos de PLR. A CSRF reconheceu que não haveria desnaturação para o pagamento destes valores, desde que eles fossem pagos aos empregados após a assinatura do respectivo acordo, independentemente de a assinatura ter se dado após o início do período de aferição das metas. Fundamentada na citada decisão, a Companhia alterou o prognóstico das provisões referentes às contingências de PLR que ainda tramitam no âmbito administrativo de provável para possível, o que representou, portanto, uma baixa de R\$136.115 no terceiro trimestre de 2022. A Companhia continua acompanhando as ações que tramitam no âmbito do judiciário, para as quais manteve o prognóstico provável, e com isso, o respectivo provisionamento.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.639.980 (R\$1.433.086 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.311.148 (R\$1.272.036 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto

de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$305.427 (R\$290.198 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$136.131 (R\$129.336 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$164.014 (R\$199.430 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.221 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$124.621 (R\$121.223 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com

sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$255.792 (R\$239.467 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$517.199 (R\$453.924 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e março de 2022, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$182.058 (R\$139.938 em 31 de dezembro de 2021). Em julho de 2021, a Gasmig protocolou uma ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução

da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$66.693 (R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021).

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$179.848 (R\$161.780 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.613.466 (R\$1.570.680 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$414.809 foram provisionados (R\$403.934 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$272.127 (R\$180.858 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$41.208 (R\$32.235 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$573.493 (R\$460.540 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$36.296 (R\$38.548 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$484.034 (R\$385.244 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$47.493 (R\$47.842 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.432.813 (R\$1.269.402 em 31 de dezembro de 2021), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$506.742 (R\$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a

possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Ineficiência na prestação de serviços

Ação civil pública ajuizada pelo MPMG contra a Companhia em razão da suposta ineficiência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para os consumidores do município de Rio Vermelho. Em novembro de 2022, foi celebrado um acordo entre as partes, em que a Companhia assumiu a responsabilidade de realização de obras para aprimoramento dos serviços prestados ao município de Rio Vermelho. Em decorrência da homologação do acordo, o valor da contingência de R\$302.970, em 31 de dezembro de 2022, teve a probabilidade de perda reavaliada para remota.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$483.294 (R\$413.375 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Ambientais

Impactos ambientais decorrentes de construção de usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$136.795 (R\$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Outros processos no curso normal dos negócios

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos Clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o

pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2022 montam em R\$117.095. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Quebra de contrato – Prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. Em outubro de 2022, o juiz autorizou a parte contrária a levantar o valor depositado de R\$37.792, convertendo-o em pagamento de condenação. Manteve-se provisionado o montante de R\$8.473 (R\$55.193 em 31 de dezembro de 2021), referentes às questões residuais do processo.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$470.248 (R\$419.869 em 31 de dezembro de 2021) dos quais R\$141 (R\$810 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$223.395 (R\$198.144 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$102.760 (R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Outras ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por

rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$433.911 (R\$401.589 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$5.912 foram provisionados (R\$14.749 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$11.006.853 (R\$8.466.810 em 31 de dezembro de 2021), representado por 735.847.624 ações ordinárias e 1.465.523.064 preferenciais (566.036.634 e 1.127.325.434 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente), subscritas e integralizadas, ambas com valor nominal de R\$5,00, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações em 2022					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	21.880.950	1,49	21.910.971	1,00
FIA Dinâmica Energia S/A	233.625.046	31,75	118.771.654	8,10	352.396.700	16,01
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	218.212.381	14,89	218.212.381	9,91
Outros						
No País	26.546.632	3,61	178.219.966	12,16	204.766.598	9,30
No Exterior	18.606.839	2,53	928.421.028	63,36	947.027.867	43,01
Total	735.847.624	100,00	1.465.523.064	100,00	2.201.370.688	100,00

	Quantidade de ações em 2021					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	288.485.632	50,97	13.143	-	288.498.775	17,04
Outras Entidades do Estado	23.094	-	14.472.345	1,28	14.495.439	0,86
FIA Dinâmica Energia S.A.	153.354.328	27,09	80.004.762	7,10	233.359.090	13,78
BNDES Participações	63.082.911	11,14	22.141.720	1,96	85.224.631	5,03
BlackRock	-	-	123.325.741	10,94	123.325.741	7,28
Outros						
No País	43.689.699	7,72	145.881.261	12,94	189.570.960	11,19
No Exterior	17.400.970	3,08	741.486.462	65,78	758.887.432	44,81
Total	566.036.634	100,00	1.127.325.434	100,00	1.693.362.068	100,00

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Aumento de Capital

Considerando que em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucro excederam o capital social em R\$1.522.600, a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) aprovou, em 29 de abril de 2022, a proposta de aumento do capital social de R\$8.466.810 para R\$11.006.853, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, mediante a capitalização de R\$2.540.043 provenientes da reserva de retenção de lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 508.008.620 novas ações, ao valor nominal de R\$5,00, sendo 169.810.990 e 338.197.630 de ações ordinárias e ações preferenciais, respectivamente, conforme estatuto social.

b) Lucro por ação

Em razão do aumento de capital em 29 de abril de 2022, com a emissão de 508.008.620 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro básico e o lucro diluído por ação estão apresentados, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	2022	2021 (Reapresentado)
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias	735.847.522	735.847.522
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.164)	(846.164)
Total ações preferenciais	1.464.676.900	1.464.676.900
Total	2.200.524.422	2.200.524.422

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	2022	2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (A)	4.092.313	3.751.321
Total de ações (B)	2.200.524.422	2.200.524.422
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	1,86	1,70

A opção de venda SAAG, emitida pela Cemig GT, descritas na nota explicativa nº 31, tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro (prejuízo) por ação nos períodos apresentados.

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.092.313	3.751.321
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	1.485.927	1.308.928
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	1.237.916	1.187.952
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	2.723.843	2.496.880
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	746.536	657.610
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	621.934	596.831
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	1.368.470	1.254.441
Lucro básico e diluído por ação (A/número de ações)	1,86	2,22
Lucro básico e diluído por ação (B/número de ações)	1,86	2,22

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação no exercício de 2022 e 2021 foram de R\$1,86 e R\$2,22, respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em 31 de dezembro de 2022, ajustando-se o lucro por ação comparativo de 2021.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	2022	2021
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados (1)	(259.621)	(329.036)
Controlada e controlada em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados (2)	(2.043.265)	(2.433.543)
Custo atribuído de imobilizado	427.487	554.409
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	996	(406)
	(1.614.420)	(1.879.178)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.874.041)	(2.208.214)

- (1) Relacionado aos ajustes da Controladora sobre os benefícios a empregados.
 (2) Relacionado aos ajustes das controladas sobre os benefícios a empregados.

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

d) Reservas

Reservas de capital

	2022	2021
Doações e subvenções para investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na emissão de ações	394.448	394.448
Correção monetária do capital	7	7
Ações em tesouraria	(1.362)	(1.362)
	2.249.721	2.249.721

A reserva de doações e subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As ações em tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR (“Fundo de Investimentos do Nordeste”), de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE (“Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste”), em função de incentivo fiscal.

Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal	1.386.453	1.181.837
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	6.546.432	7.330.512
Reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Reserva de incentivos fiscais	150.274	124.081
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos	1.419.846	1.419.846
	10.394.823	10.948.094

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de lucros a realizar

O artigo 197 da Lei das S.A. permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Em 2022, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$3.216.713, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R\$732.762, conforme descrito em mais detalhes na letra “f” desta nota. Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2021 e a nova constituição de reserva em 2022 de mesmo valor.

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão crescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de incentivos fiscais

As controladas Cemig D e GT possuem o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo

prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$26.193 (R\$21.213 em 31 de dezembro de 2021), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2022 alcança o montante de R\$150.274 (R\$124.081 em 31 de dezembro de 2021). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos

	2022
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir. A Administração da Companhia, face às incertezas presentes no cenário macroeconômico atual e as exigilidades de caixa previstas para o próximo exercício, concluiu que a situação financeira ainda não permite o pagamento desses dividendos retidos.

e) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.

Os direitos de dividendos das ações preferenciais e ordinárias estão descritos no item a seguir.

f) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Cálculo dos dividendos mínimos propostos

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2022	2021
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	7.327.615	5.636.627
	7.327.615	5.636.627
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	732.762	563.663
Valor do patrimônio líquido	21.777.356	19.456.411
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	14.495.008	12.950.187
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	434.850	388.506
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	732.762	563.663
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício	4.092.313	3.751.321
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	2.046.157	1.875.661
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)	(834.603)
Realização da reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	186.306	90.877
	2.232.463	1.966.538
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	1.983.650	955.282
Dividendos ordinários	248.813	1.011.256
	2.232.463	1.966.538
Total dos dividendos para ações preferenciais	1.485.927	1.308.928
Total dos dividendos para ações ordinárias	746.536	657.610
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,01	1,16
Dividendos propostos - ON	1,01	1,16
Dividendos propostos – PN	1,01	1,16

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.448.846	1.446.945
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	1.966.538	1.966.538
Dividendos propostos – Participação de não controladores	876	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(90.877)	(90.877)
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais	(13.366)	(13.366)
Dividendos pagos	(1.402.967)	(1.397.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.909.050	1.911.250
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	2.232.463	2.232.463
Dividendos propostos – Participação de não controladores	1.498	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(186.306)	(186.306)
Dividendos pagos	(2.093.907)	(2.096.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.862.798	1.860.681

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2023, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2022, no montante de R\$4.092.313, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado,

no montante de R\$126.922, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$834.603, seja dada a seguinte destinação:

- R\$204.616 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R\$2.232.463 sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2023 e a segunda até 30 de dezembro de 2023, conforme segue:
 - R\$1.983.650 declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2022;
 - R\$248.813 declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$1.755.963 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2023, conforme orçamento de capital;
- R\$26.193 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2021 e a nova constituição de reserva em 2022 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2023.

g) Remuneração dos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP, conforme a seguir:

- (i) em 23 de março de 2022, no montante de R\$245.000, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 28 de março de 2022, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$23.159;
- (ii) em 07 de junho de 2022, no montante de R\$353.000, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 24 de junho de 2022, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$32.112;

- (iii) em 20 de setembro de 2022, no montante de R\$471.529, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de setembro de 2022, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$43.740;
- (iv) em 14 de dezembro de 2022, no montante de R\$398.607, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 21 de dezembro de 2022, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$38.069; e,
- (v) em 22 de dezembro de 2022, no montante de R\$515.514, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27 de dezembro de 2022, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$41.395.

O valor de imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos casos em que há incidência deste tributo, nos termos da legislação em vigor.

27. RECEITAS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	30.158.388	29.619.254	2.408.755	319.721
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	3.684.574	3.448.318	-	-
CVA e outros componentes financeiros (b)	(1.146.560)	2.146.043	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	2.360.056	1.316.995	-	-
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção (c)	413.044	354.910	-	-
Receita de construção de transmissão (c)	407.193	251.973	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 15)	575.449	660.457	-	-
Receita de indenização da geração (nota 14.1)	47.028	-	-	-
Receita de construção de distribuição	3.245.688	1.852.263	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	39.369	53.751	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (e)	466.857	523.105	-	-
Liquidação na CCEE (f)	182.893	1.156.503	48.792	203.245
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE (g)	453.131	452.896	-	-
Fornecimento de gás	4.529.123	3.470.406	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(94.035)	(70.948)	-	-
Receita por antecipação de prestação de serviço (2)	-	153.970	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores	(829.783)	-	-	-
Outras receitas operacionais (h)	2.657.114	1.935.273	16.451	472
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (i)	(12.686.721)	(13.679.051)	(355.066)	(51.004)
Receita operacional líquida	34.462.808	33.646.118	2.118.932	472.434

(1) Mais informações na nota explicativa nº 9 a.

(2) Refere-se a negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	MWh (1)		R\$		MWh (1)		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Residencial	11.216.803	11.185.772	10.133.141	11.123.482	-	-	-	-
Industrial	18.203.746	16.360.861	5.991.208	5.274.972	2.218.136	67.315	524.624	13.149
Comércio, serviços e outros	8.956.518	8.334.095	6.154.960	5.520.318	287.176	25.422	80.796	7.052
Rural	3.092.932	3.975.398	2.050.022	2.565.932	15.074	1.069	4.286	291
Poder público	855.672	729.312	660.453	583.205	-	-	-	-
Iluminação pública	1.138.039	1.225.733	534.658	717.978	-	-	-	-
Serviço público	1.400.256	1.418.306	840.675	879.347	-	-	-	-
Subtotal	44.863.966	43.229.477	26.365.117	26.665.234	2.520.386	93.806	609.706	20.492
Consumo próprio	30.942	33.074	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(188.662)	(14.491)	-	-	74.316	20.941
	44.894.908	43.262.551	26.176.455	26.650.743	2.520.386	93.806	684.022	41.433
Suprimento a outras concessionárias (2)	16.776.567	12.952.726	3.893.503	3.023.921	5.720.301	740.834	1.633.523	193.046
Suprimento não faturado líquido	-	-	88.430	(55.410)	-	-	91.210	85.242
Total	61.671.475	56.215.277	30.158.388	29.619.254	8.240.687	834.640	2.408.755	319.721

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Em 08 de novembro de 2022, a Aneel emitiu a Resolução Normativa nº 1.046, que regulamentou, entre outros aspectos, os limites de repasse de sobrecontratação de energia, de exposição voluntária e os resultados do Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE. Foi regulamentada a forma como eventuais ganhos auferidos no âmbito do MVE devem ser compartilhados com o consumidor, e a forma como eventuais perdas devem ser totalmente assumidas pela Distribuidora. Nesse cenário, a Companhia apurou um ganho de R\$224.957 referente aos exercícios de 2020, 2021 e até novembro 2022. Esse valor já considera o compartilhamento com os consumidores do total da diferença entre o PLD mês-a-mês e o valor da energia comercializada no MVE, corrigidos pela Selic.

c) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	2022	2021
Receita de construção e melhorias	407.193	251.973
Custo de construção e melhorias	(290.754)	(183.386)
Margem	116.439	68.587
Mark-up (%)	40,05%	37,40%
Receita de operação e manutenção	413.044	354.910
Custo de operação e manutenção	(285.673)	(235.229)
Margem	127.371	119.681
Mark-up (%)	44,59%	50,88%

d) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da base de remuneração de ativos.

e) Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

f) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

g) Transações no mecanismo de venda de excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

h) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	2022	2021
Serviço taxado	19.057	16.698
Prestações de serviços	65.738	52.688
Subvenções - Baixa renda	320.625	269.609
Subvenções (1)	1.683.665	1.322.593
Aluguel e arrendamento (2)	493.313	210.904
Indenizações contratuais	-	26.990
Outras	74.716	35.791
Total	2.657.114	1.935.273

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$936.227 em 2022 (R\$986.310 em 2021), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$289.897 em 2022 (R\$107.571 em 2021), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a reversão de receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$5.473 em 2022 (receita de R\$205.439 em 2021) e R\$432.412 em 2022 referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.
- (2) Compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022. Este valor e sua respectiva correção monetária no montante de R\$10.344 foram recebidos em 4 parcelas mensais e sucessivas, tendo começado em julho de 2022.

i) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	4.891.878	6.993.172	139.087	2.824
Cofins	2.947.895	2.842.438	177.453	39.567
PIS/Pasep	643.027	617.928	38.526	8.590
Outros	5.976	10.049	-	23
	8.488.776	10.463.587	355.066	51.004
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	14.476	15.333	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	68.944	74.354	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	4.057.142	2.658.383	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	34.556	34.209	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	49.159	54.773	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	24.579	27.386	-	-
Encargos do consumidor – Proinfra	77.287	65.733	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	32.850	34.685	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	54.395	36.829	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	(251.821)	162.012	-	-
CDE sobre P&D	14.606	20.564	-	-
CDE sobre PEE	21.772	31.203	-	-
	4.197.945	3.215.464	-	-
Total	12.686.721	13.679.051	355.066	51.004

- (1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluía os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão e está aguardando o julgamento definitivo do mérito, ainda pendente no Supremo Tribunal Federal.

Prática contábil

Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Cemig e suas controladas no setor elétrico e de gás, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado.

No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado, mensurado de acordo com as tarifas especificadas nos termos contratuais. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no volume de gás consumido e não faturado no período.

Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 15.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A margem é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das

instalações de transmissão. A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, para as duas situações destacadas há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida, em consonância com o CPC 07 (R1) / IAS 20.

As controladas Cemig D e Cemig GT recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica e gás

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.644.066	1.945.788	-	-
Contratos por cotas de garantia física	924.520	831.884	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	357.192	244.577	-	-
Energia de curto prazo	529.588	1.224.155	23.849	11.125
Proinfa	597.815	400.638	-	-
Contratos bilaterais	492.855	417.728	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	3.334.482	6.242.369	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	6.003.112	4.976.410	1.498.819	252.773
Geração distribuída	1.977.195	1.268.173	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.246.840)	(1.450.468)	(140.847)	(24.411)
	14.613.985	16.101.254	1.381.821	239.487
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	2.924.769	3.662.694	-	-
Encargos de distribuição	50.065	41.158	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(304.119)	(366.867)	-	-
	2.670.715	3.336.985	-	-
Gás comprado para revenda	2.735.482	2.011.340	-	-
Total	20.020.182	21.449.579	1.381.821	239.487

(1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia.

b) Custos de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	2022	2021
Pessoal e administradores	135.265	100.162
Materiais	2.233.101	1.149.667
Serviços de terceiros	1.052.395	681.993
Outros	115.681	103.826
Total	3.536.442	2.035.648

c) Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado								Total 2022	Total 2021
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Pessoal	975.759	982.512	-	-	376.240	257.956	-	-	1.351.999	1.240.468
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	3.554	2.355	79.489	131.912	83.043	134.267
Obrigações pós-emprego (nota 24)	-	-	-	-	-	-	626.028	15.194	626.028	15.194
Materiais	93.383	75.742	-	-	55.187	18.270	-	9	148.570	94.021
Serviços de terceiros	1.433.430	1.264.519	-	-	272.736	185.435	-	-	1.706.166	1.449.954
Depreciação e amortização	1.110.307	947.230	-	-	71.777	101.879	-	-	1.182.084	1.049.109
Provisões e ajustes para perdas operacionais	277.674	86.227	-	-	-	-	123.182	144.595	400.856	230.822
Perdas de créditos esperadas	-	-	108.731	143.856	-	-	-	-	108.731	143.856
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	(53.860)	-	(53.860)	-
Baixa de ativo financeiro (nota 14)	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770	-
Outros custos e despesas operacionais	204.838	82.413	-	-	9.895	10.717	178.282	300.295	393.015	393.425
Total	4.095.391	3.438.643	108.731	143.856	789.389	576.612	1.124.891	592.005	6.118.402	4.751.116

	Controladora						Total 2022	Total 2021
	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Pessoal	7.939	-	23.066	14.564	-	-	31.005	14.564
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	449	-	9.038	5.697	9.487	5.697
Obrigações pós-emprego (nota 24)	-	-	-	-	74.999	33.432	74.999	33.432
Materiais	-	-	63	37	-	10	63	47
Serviços de terceiros	-	-	21.034	18.250	-	-	21.034	18.250
Depreciação e amortização	-	-	1.115	1.729	-	-	1.115	1.729
Provisões e ajustes para perdas operacionais	-	-	-	-	63.990	23.766	63.990	23.766
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	(504)	-	(504)	-
Outros custos e despesas operacionais	-	-	-	4.953	68.004	10.208	68.004	15.161
Total	7.939	-	45.727	39.533	215.527	73.113	269.193	112.646

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Nos meses de abril e dezembro de 2022, a Companhia aprovou os PDVP's 2022 e 2023, respectivamente, sendo que para o PDVP 2022 o período de adesão dos empregados foi de 2 de maio a 20 de maio de 2022, sendo depois reaberto no período de 30 de maio a 3 de junho de 2022, com adesão de 297 empregados, e para o PDVP 2023 foi de 20 de dezembro de 2022 a 27 de janeiro de 2023, com adesão de 155 empregados. Os programas previam o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento "A Pedido" e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos de cada programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

Os custos para os programas totalizaram R\$77.712, sendo R\$48.641 para o PDVP 2022 e R\$29.071 para o PDVP 2023, e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

O programa de desligamento voluntário, aprovado em maio de 2021 (PDVP 2021), teve o custo total correspondente a R\$35.238, representando a adesão de 324 empregados.

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	468.419	241.554	59.336	69.211
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	337.353	460.480	758	1
Variações cambiais – Itaipu Binacional	16.722	-	-	-
Variações cambiais - Empréstimos	338.265	-	-	-
Variação monetária	108.397	67.828	9.343	8.530
Variação monetária – CVA	185.120	63.907	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	82.310	29.018	15.822	4.640
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(116.921)	(123.981)	(72.725)	(80.054)
Rendas de antecipação de pagamento	4.729	-	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	1.752	3.024	1.752
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	-	19.837	20.920	6.875
Outras receitas financeiras	75.400	82.911	4.281	2.742
	1.499.794	843.306	40.759	13.697
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 22)	(928.179)	(1.146.682)	(5.151)	(2.422)
Amortização do custo de transação	(7.422)	(20.456)	-	(55)
Variações cambiais - Empréstimos	-	(353.321)	-	-
Ágio na recompra de títulos de dívida (<i>Eurobonds</i>)	(46.763)	(491.037)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	(26.757)	-	-
Variação monetária – Empréstimos e debêntures	(166.910)	(330.114)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(39.753)	(69.604)	(1.956)	(3.425)
Perdas com instrumentos financeiros	(437.887)	(537.976)	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(1.293.826)	-	-	-
Variação monetária de arrendamento	(26.835)	(24.974)	(265)	(249)
Despesas financeiras P&D e PEE	(38.068)	(12.942)	-	-
Outras despesas financeiras	(80.772)	(82.436)	(513)	(3.251)
	(3.066.415)	(3.096.299)	(7.885)	(9.402)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.566.621)	(2.252.993)	32.874	4.295

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Operações com energia elétrica (4)								
Madeira Energia	8.218	7.533	159.888	131.080	95.932	94.883	(1.921.472)	(1.731.392)
Aliança Geração	4.070	-	18.567	16.785	56.340	53.258	(222.303)	(196.098)
Baguari Energia	-	-	1.109	983	-	154	(9.028)	(8.825)
Norte Energia	2.352	2.338	37.900	35.291	26.350	26.363	(349.822)	(335.780)
Paracambi	-	-	2.476	2.160	-	-	(33.058)	(27.885)
Hidrelétrica Pipoca	108	-	3.491	3.153	1.425	-	(45.618)	(37.063)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	1.604	-	-	-
Retiro Baixo	1.046	570	702	622	6.567	6.356	(6.029)	(5.472)
Taesá	24	-	12.226	9.971	278	252	(139.375)	(122.780)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	36.558	167.366	-	-	166.331	107.256	-	-
Prestação de serviços								
Aliança Geração (6)	673	512	-	-	5.578	5.241	-	-
Baguari Energia (6)	211	211	-	-	1.549	691	-	-
Taesá (6)	125	150	-	-	1.315	1.242	-	-
Axxiom (9)	-	-	-	62	-	-	-	-
Contas a receber - AFAC								
Governo do Estado de Minas Gerais (2)	13.366	13.366	-	-	3.024	1.752	-	-
Outros créditos								
FIP Melbourne (10)	160.643	-	-	-	-	-	-	-
Contingências								
Aliança Geração (7)	-	-	54.905	52.497	-	-	(3.066)	(11.121)
Ajuste para perdas								
Madeira Energia (5)	-	-	-	161.648	161.648	-	-	(161.648)
Hidrelétrica Itaocara (8)	-	-	-	20.767	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Retiro Baixo	5.867	7.202	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	3.882	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	3.867	-	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	291.598	81.027	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.730.105	1.707.323	-	-	77.032	28.169	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	6.533	351.162	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (11)	-	-	198.569	180.635	-	-	(284.818)	(200.530)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (12)	-	-	-	-	-	-	(79.997)	(77.377)
Custeio administrativo (13)	-	-	-	-	-	-	(36.076)	(31.599)
Arrendamento operacional (14)	-	-	25.607	23.765	-	-	(31.202)	(28.915)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (11)	-	-	2.119.052	2.489.518	-	-	-	-
Arrendamento operacional (14)	177.984	169.993	178.661	162.913	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (15)	-	-	218.040	184.129	-	-	(385.258)	(257.158)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (15)	-	-	3.156.322	3.350.392	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre

- capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar é de R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 31 de dezembro de 2022 todas as parcelas foram compensadas;
- (2) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 11;
 - (3) Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 16);
 - (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
 - (5) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e aos outros acionistas. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
 - (6) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
 - (7) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$156 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$55 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
 - (8) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 16);
 - (9) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
 - (10) Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022 (vide nota explicativa nº 16);
 - (11) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 24);
 - (12) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
 - (13) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
 - (14) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 8,72%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig;
 - (15) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 24).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cemig GT	-	-	1.406.958	799.947
Cemig D	-	-	1.183.846	916.961
Gasmig	-	-	55.170	350
Sete Lagoas	-	-	3.801	-
Light	-	71.206	-	71.206
Aliança Geração	126.634	224.896	-	-
Taesa	5.646	31.873	5.646	31.873
Cemig SIM	-	-	-	230
Outras (1)	13.628	7.214	12	11
	145.908	335.189	2.655.433	1.820.578

- (1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/12/2022	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.614.878	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia S.A. (3) (4)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	241.779	2037
Santo Antônio Energia S.A. (4)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	587.937	2034
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	78.814	2030
				4.207.023	

- (1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.
- (2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

- (3) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.
- (4) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da Mesa para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Com a conclusão da alienação, Furnas se compromete a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e pela Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenidas de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas. Mais detalhes na nota explicativa nº 36.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Cemig GT concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Com a conclusão, em março de 2023, da alienação da totalidade da participação societária da Cemig GT em MESA, Furnas se compromete a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenidas de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas. Mais informações na nota explicativa nº 36.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas "Títulos e Valores Mobiliários" e "Caixa e equivalentes de caixa" no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	28.864	27.707
Participação nos resultados	6.239	3.808
Previdência privada	1.968	2.104
Planos de saúde e odontológico	241	253
Seguro de vida	46	9
Total	37.358	33.881

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários		379.390	379.390	1.094.473	1.094.473
Consumidores, revendedores e concessionários - Transporte de energia		4.812.880	4.812.880	4.481.423	4.481.423
Fundos vinculados		15.933	15.933	19.195	19.195
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)		13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		944.090	944.090	2.147.548	2.147.548
Depósitos vinculados a litígios		1.206.595	1.206.595	1.155.169	1.155.169
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		2.950.418	2.950.418	2.792.201	2.792.201
Acordo entre FIP Melbourne e AGPar		160.643	160.643	-	-
		10.483.315	10.483.315	11.703.375	11.703.375
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	1.345.175	1.345.175	708.252	708.252
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	191.338	191.338	100.554	100.554
Letras Financeiras – Bancos	2	905.790	905.790	704.364	704.364
Letras Financeiras do Tesouro	1	401.659	401.659	178.427	178.427
		2.843.962	2.843.962	1.691.597	1.691.597
Instrumentos financeiros derivativos	3	702.734	702.734	1.219.176	1.219.176
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.406.597	1.406.597	718.115	718.115
Indenizações a receber – Geração	3	691.460	691.460	816.202	816.202
		5.644.753	5.644.753	4.445.090	4.445.090
		16.128.068	16.128.068	16.148.465	16.148.465
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(10.579.498)	(10.579.498)	(11.363.963)	(11.363.963)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		(251.401)	(251.401)	(384.513)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(545.196)	(545.196)	(538.934)	(538.934)
Concessões a pagar		(27.291)	(27.291)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores		(2.832.049)	(2.832.049)	(2.683.343)	(2.683.343)
Arrendamentos		(354.633)	(354.633)	(244.023)	(244.023)
Passivos financeiros setoriais		-	-	(51.359)	(51.359)
		(14.590.068)	(14.590.068)	(15.292.948)	(15.292.948)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	3	(90.526)	(90.526)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(672.416)	(672.416)	(636.292)	(636.292)
		(762.942)	(762.942)	(642.422)	(642.422)
		(15.353.010)	(15.353.010)	(15.935.370)	(15.935.370)

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente

disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. Os ativos de distribuição de gás equivalem ao custo de construção atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme determina o contrato de concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 14.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa 14.2.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 128,69% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 7,62%, CDI + 1,18% a CDI + 6,96%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$672.416 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento, pelo FIP Melbourne, dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais informações na nota explicativa nº 16.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	100.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	36.124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	672.416

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção PUT - SAAG, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a ser julgada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

Em 7 de fevereiro de 2023, foi divulgada a sentença do procedimento arbitral condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos. A Companhia, em conjunto com os seus assessores legais, está avaliando as medidas cabíveis.

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Tender Offer – 2021

Em 2021, a Cemig GT iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Cemig GT, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$500 milhões. No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o

desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Cemig GT, o valor de R\$774.409.

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Cemig GT contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Cemig GT uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 03 de agosto de 2021. O resultado com a liquidação da NDF foi de R\$23.700, com entrada líquida de caixa de R\$23.699.

Tender Offer – 2022

Em 28 dezembro de 2022, foi iniciada a segunda etapa de oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Cemig GT (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$250 milhões. No âmbito da implementação, em 29 de agosto de 2022, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$250 milhões, apurando-se, em favor da Cemig GT, o montante de R\$225.516, com entrada líquida de caixa no montante de R\$191.689.

A Cemig GT contratou, em 29 de agosto de 2022, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$280 milhões, travando o dólar em R\$5,2040. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Cemig GT uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 16 de dezembro de 2022. A liquidação da operação foi positiva em R\$32.014, com entrada líquida de caixa no montante de R\$32.012.

Em 2022 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado negativo de R\$94.580 e saída de caixa nesse mesmo valor (positivo de R\$399.979 em 2021, com entrada líquida de caixa de R\$339.829).

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					2022	2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	184.548	1.018.638
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(53.612)	155.569
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	03 de agosto de 2021 16 de dezembro 2022	Balcão	2021: US\$600.000 2022: US\$280.000	32.014	23.700
					162.950	1.197.907

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$437.887 (ajuste negativo de R\$537.976 em 31 de dezembro de 2021), registrado no resultado financeiro.

A Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022	Valor conforme contrato 31/12/2021	Valor justo 31/12/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	428.134	272.846	873.095	706.401
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	568.487	339.362	577.565	506.645
					996.621	612.208	1.450.660	1.213.046
Ativo não circulante						702.734		1.219.176
Passivo circulante						(90.526)		(6.130)

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em *Eurobonds*, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em *Eurobonds*, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos *Eurobonds*, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Cemig GT está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos *Eurobonds*, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$612.208 (R\$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Cemig GT efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2022. Porém, os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$996.621 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Cemig GT estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2023, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos, ao fim do período contábil, em R\$54.480. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$666.688, sendo um valor positivo de R\$745.307 referente à opção (*call spread*) e negativo de R\$78.619 referente ao *swap*.

A Companhia, a partir do cenário base observado em 31 de dezembro de 2022, mensurou os efeitos em seu resultado para os cenários provável e adverso, nos quais as projeções de taxas de juros e dólar americano são elevadas, simulando um estresse econômico.

Os resultados estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Cenário base 31/12/2022	Cenário provável Selic 12,75% Dólar R\$5,10	Cenário adverso Selic 15,75% Dólar R\$6,02
Swap ponta ativa	2.864.516	2.793.496	2.789.523
Swap ponta passiva	(2.975.800)	(2.872.115)	(2.896.739)
Opção/Call Spread	723.492	745.307	854.532
Instrumento derivativo de hedge	612.208	666.688	747.316

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/12/2022		31/12/2021	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 22)	(761.824)	(3.974.971)	(1.007.557)	(5.622.673)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(52.440)	(273.618)	(59.335)	(331.118)
	(814.264)	(4.248.589)	(1.066.892)	(5.953.791)
Passivo líquido exposto		(4.248.589)		(5.953.791)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2023 será uma desvalorização de 2,26% para o dólar norte-americano (R\$5,10). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,1	Cenário adverso Dólar R\$6
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos (nota 22)	(3.974.971)	(3.885.304)	(4.570.946)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 20)	(273.618)	(267.446)	(314.642)
	(4.248.589)	(4.152.750)	(4.885.588)
Passivo líquido exposto	(4.248.589)	(4.152.750)	(4.885.588)
Efeito líquido da variação cambial		95.839	(636.999)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2022. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 6) - CDI	1.345.175	708.252
Títulos e valores mobiliários (nota 7) - CDI/Selic	1.878.177	2.077.818
Fundos vinculados - CDI	15.933	19.195
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 14)	944.090	2.147.548
	4.183.375	4.952.813
Passivos		
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 22)	(2.041.000)	(1.457.989)
Empréstimos e debêntures – TJLP (nota 22)	-	(20.625)
Passivos financeiros setoriais (nota 14)	-	(51.359)
	(2.041.000)	(1.529.973)
Ativo líquido exposto	2.142.375	3.422.840

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 12,50% e a taxa TJLP será de 7,20% em 31 de dezembro de 2023. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2022	31/12/2023	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,5% TJLP 7,2%	Cenário adverso Selic 9,75% TJLP 5,96%
Ativos			
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 6)	1.345.175	1.513.322	1.476.330
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.878.177	2.112.949	2.061.299
Fundos vinculados	15.933	17.925	17.486
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 14)	944.090	1.062.101	1.036.139
	4.183.375	4.706.297	4.591.254
Passivos			
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 22)	(2.041.000)	(2.296.125)	(2.239.998)
	(2.041.000)	(2.296.125)	(2.239.998)
Ativo exposto líquido	2.142.375	2.410.172	2.351.256
Efeito líquido da variação das taxas de juros		267.797	208.881

Risco de elevação da inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2022, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	1.406.597	718.115
Bonificação de outorga – IPCA (nota 14)	2.950.418	2.792.201
	4.357.015	3.510.316
Passivos		
Empréstimos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 22)	(4.629.992)	(4.321.906)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(251.401)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(545.196)	(538.934)
	(5.426.589)	(5.245.353)
Passivo líquido	(1.069.574)	(1.735.037)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,30% e a taxa de IGPM será de 3,49% em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Consolidado	31/12/2022	31/12/2023	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,3% IGPM 3,49%	Cenário adverso IPCA 7,9% IGPM 6,9%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	1.369.652	1.442.244	1.477.855
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	36.945	38.234	39.494
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.950.418	3.106.790	3.183.501
	4.357.015	4.587.268	4.700.850
Passivos			
Empréstimos e debêntures- IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.629.992)	(4.875.382)	(4.995.761)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(251.401)	(264.725)	(271.262)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(545.196)	(574.091)	(588.266)
	(5.426.589)	(5.714.198)	(5.855.289)
Passivo líquido	(1.069.574)	(1.126.930)	(1.154.439)
Efeito líquido da variação da inflação		(57.356)	(84.865)

- (1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos empréstimos e financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas*						
Empréstimos e debêntures	54.940	535.715	1.244.048	10.439.207	617.662	12.891.572
Concessões a pagar	353	699	2.999	13.242	17.472	34.765
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 23)	14.664	29.659	136.166	93.392	-	273.881
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	6.482	13.079	60.310	351.566	411.860	843.297
	76.439	579.152	1.443.523	10.897.407	1.046.994	14.043.515
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.625.670	206.379	-	-	-	2.832.049
Total	2.702.109	785.531	1.443.523	10.897.407	1.046.994	16.875.564

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 19.

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas*						
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	721	1.459	6.699	4.595	-	13.474
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	319	643	2.967	17.297	20.264	41.490
	1.040	2.102	9.666	21.892	20.264	54.964
- Pré-fixadas						
Fornecedores	143.302	9.054	-	-	-	152.356
Total	144.342	11.156	9.666	21.892	20.264	207.320

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 19.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividido pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumento derivativo de hedge. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e debêntures	10.579.498	11.363.963
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.440.661)	(825.208)
(-) Títulos e valores mobiliários	(1.878.177)	(2.077.818)
(-) Instrumento derivativo de hedge	(612.208)	(1.213.046)
Dívida líquida	6.648.452	7.247.891
Lajida ajustado	6.928.227	5.932.408
Dívida líquida / Lajida ajustado	0,96	1,22

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Total do passivo	31.887.571	32.584.043
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.440.661)	(825.208)
(-) Fundos vinculados	(15.933)	(19.195)
Passivo líquido	30.430.977	31.739.640
Total do patrimônio líquido	21.783.266	19.461.765
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,40	1,63

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. O risco de crédito é reduzido para a Cemig D em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$820.324 (R\$833.150 em 2021).

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, sendo ela constantemente atualizada. Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições

involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

O descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Prática contábil

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de energia e gás. Os ativos financeiros da concessão da distribuição de energia são mensurados pelo valor novo de

reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras, enquanto aqueles vinculados à concessão de gás são mensurados pelo custo histórico atualizado pelo IGP-M, menos as baixas e substituições, que corresponde ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber do poder concedente caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Instrumentos financeiros derivativos – A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

Instrumentos financeiros (opções de venda) – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) são mensuradas considerando a atualização do valor da obrigação pelo IPCA acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar, plano de regularização de créditos tributários– (PRCT) do Estado de Minas Gerais, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

32. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresentava valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 05 de maio de 2022, a Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$ 60.000, com direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Processo de alienação de participação da Cemig na Ativas

Em 16 de novembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a alienação de 19,6% da sua participação societária na Ativas Data Center S.A. (“Ativas”) para a Sonda Procwork Informática Ltda (“Sonda”), que detém a participação remanescente de 80,4%.

Em 28 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Ativas para a Sonda.

O valor desembolsado pela Sonda foi de R\$60,02 milhões, sendo pago mediante compensação de: (i) contrato de mútuo entre Cemig e Sonda no valor de R\$57,58 milhões e;

(ii) de saldo devedor de indenização devida pela Cemig à Sonda, pelo montante de R\$2,44 milhões.

Os resultados da Ativas eram apresentados no segmento Participações e Holding.

Processo de alienação de participação da Cemig na Axxiom

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças (“CCVA”) para alienação de 49,0% de sua participação societária na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) para a Light S.A. (“Light”), que detém 51,0% de participação remanescente.

O CCVA está sujeito a determinadas condições precedentes, que devem ser atendidas nos próximos meses. O CCVA tem um pagamento simbólico pela Light de R\$1,00 (um real), com a liquidação de ativos e passivos da Axxiom.

Essa transação está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de ativos não aderentes às atividades core do Grupo Cemig.

Os resultados da Axxiom são apresentados no segmento Participações e Holding.

A Axxiom, que está apresentada como um ativo mantido para venda, não atende à definição de uma operação descontinuada pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este investimento mantido para venda.

O saldo do investimento na coligada Axxiom foi reduzido a zero durante 2022, conforme nota explicativa nº 16. Dessa forma, não há valores apresentados no balanço patrimonial a título de ativo mantido para venda.

Prática contábil

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. São mensurados pela menor quantia entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

São classificados como operações descontinuadas os componentes que foram baixados ou estão classificados como mantidos para venda e representam uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações, bem como aqueles que são parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações ou representam uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos.

33. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Companhia Energética de Minas Gerais				
Instalações prediais	Incêndio	08/01/2023 a 08/01/2024	R\$4.186	R\$1
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	27/05/2022 a 27/05/2023	US\$1.500 US\$4.000	US\$58
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2022 a 02/11/2024	R\$21.119	R\$35
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2023 a 08/01/2024	R\$238.814	R\$51
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2022 a 30/09/2023	R\$47.662	R\$44
Risco Operacional – Geradores, turbinas e equipamentos de potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2022 a 07/12/2023	R\$927.549	R\$1.554
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	27/05/2022 a 27/05/2023	US\$3.538 US\$4.000	US\$128
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2022 a 02/11/2024	R\$68.950	R\$115
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2023 a 08/01/2024	R\$536.818	R\$114
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2022 a 30/09/2023	R\$117.687	R\$113
Risco operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2022 a 07/12/2023	R\$696.754	R\$1.168
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/22 a 15/12/23	R\$100.000	R\$1.025
Automotivo Frota Própria (operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/22 a 07/07/23	R\$1.200	R\$8
Multirisco Instalações	Roubo, Furto e Incêndios	31/12/22 a 31/12/23	R\$50.219	R\$40

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil.

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$279.005 mil.

A Companhia e suas controladas, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não solicitaram propostas e não possuem apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

34. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia elétrica de Itaipu, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Compra de energia elétrica de itaipu	1.818.746	1.818.746	1.818.746	1.818.746	1.818.746	36.374.922	45.468.652
Compra de energia - leilão	3.885.972	3.932.450	3.524.041	3.807.650	3.630.757	54.110.916	72.891.786
Compra de energia - bilaterais	487.971	489.308	310.065	99.403	19.198	58.957	1.464.902
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	374.810	377.876	376.844	376.844	378.736	7.583.263	9.468.373
Transporte de energia elétrica de Itaipu	200.573	222.251	221.805	221.268	221.050	3.304.701	4.391.648
Outros contratos de compra de energia	5.542.554	5.044.352	4.486.250	4.086.231	3.966.509	28.211.906	51.337.802
Cotas de garantias físicas	828.091	776.646	704.364	634.356	534.948	11.152.828	14.631.233
Total	13.138.717	12.661.629	11.442.115	11.044.498	10.569.944	140.797.493	199.654.396

Os fluxos de pagamentos de arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nºs 19 e 31.

35. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras de 2022 ou de exercícios anteriores.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 14 de fevereiro, 10 de março e 17 de março de 2023, foram aprovados Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC para a Cemig D, nos montantes de R\$100.000, R\$94.000 e R\$350.000, respectivamente, pela Cemig, com a finalidade de reforço de caixa, sendo utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

Mútuo entre partes relacionadas

Em 10 de fevereiro e 15 de fevereiro de 2023, foram recebidos pela Cemig D os montantes de R\$150.000 e R\$200.000, respectivamente, referentes ao contrato de mútuo aprovado pela Aneel e autorizado pelo Conselho de Administração em 2020 entre Cemig D (mutuário) e Cemig (mutuante), no montante de R\$350.000, com prazo de pagamento até maio de 2024. O mútuo é acrescido de juros à taxa equivalente a 110% da variação do CDI, a serem pagos juntamente com a parcela original. Como garantia, foi emitida pela Cemig D uma nota Promissória em favor da Cemig, compreendendo o principal e os juros estimados para o contrato.

Em março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a celebração do primeiro aditivo ao contrato de mútuo entre a Cemig D (mutuário) e a Cemig (mutuante), nos mesmos termos citados acima, reconhecidos pela Aneel, no montante de R\$750.000, não tendo ocorrido a transferência do recurso até o presente momento.

Incorporação das subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A.

Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.

Alienação de participação societária - MESA

Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação, para Furnas Centrais Elétricas S.A, da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A. pelo valor de R\$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se compromete a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenés de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48.185, com previsão para realização do leilão em 10 de agosto de 2023.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,28		
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,32		
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Desta forma foram alcançados os requisitos para classificação dos ativos como “mantidos para venda”. Assim, em março de 2023, tendo em vista a apuração de perda na venda dos ativos, os valores foram transferidos para o passivo circulante, pelo valor justo, deduzidas das despesas com a venda, resultando no ajuste consolidado de R\$75.793.

Declaração de Juros sobre o Capital Próprio

Em 22 de março de 2023, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio - JCP relativos ao exercício de 2023 no montante de R\$424.226 mil, a serem pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 27 de março de 2023. Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral.

Reajustes tarifário da distribuição de gás

Em 25 de janeiro de 2023, foi publicada a resolução SEDE nº 4, vigente a partir de 01 de fevereiro de 2023, contendo os reajustes das tarifas que representam redução dos valores médios entre 9,19% e 10,71%, conforme faixas de consumo e categorias tarifárias. A maior redução foi na categoria GNV, como resultado de atuação da Gasmig na flexibilização das margens médias para garantir a competitividade do gás natural frente aos energéticos substitutos.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Henrique Motta Pinto
Diretor de Regulação e Jurídica

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 16 e 35 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e na investida Norte Energia S.A., que envolvem a investida e seus executivos e outros acionistas dessa investida. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 8 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia e suas controladas correspondem à energia elétrica, não faturada para os consumidores. O faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, superam o período de encerramento contábil.</p> <p>O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração a premissa de quantidade de dias não faturados, bem como os dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como: (i) a data da leitura dos consumidores; (ii) o volume e o valor de energia faturados no mês anterior; (iii) a quantidade de dias não faturados, mensurados entre a data da leitura e a data-base.</p> <p>Devido ao montante da estimativa da receita não faturada e ao impacto que eventual alteração das premissas utilizadas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilizando-se do suporte de nossos especialistas de tecnologia da informação, avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, relacionados à determinação do montante da receita não faturada de energia elétrica, o que incluiu a avaliação dos controles ao nível da transação, sobre a integridade e precisão dos dados usados, na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente: a data da leitura dos consumidores, o volume e o valor de energia faturados no mês anterior e a quantidade de dias não faturados mensurados entre a data da leitura e a data-base. - Recalculamos o montante de receita não faturada, por meio da multiplicação da proporção diária do volume e do valor de energia faturados no último faturamento ao consumidor, pela quantidade de dias não faturados, apurados pela diferença entre a data de leitura e a data-base. - Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos</p>

	<p>procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido de receita de energia, mas não faturado, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	--

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota explicativa 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração para a escolha das premissas atuariais que são utilizadas, principalmente: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia e suas controladas contratam atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos o desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliamos o escopo, a independência, a competência, as qualificações profissionais, as experiências e a objetividade do atuário externo contratado, para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas. - Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Reconhecimento e divulgações de provisões para ações judiciais e administrativas

Veja as notas explicativas 10 e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas figuram como réus em ações judiciais e administrativas de natureza cível, fiscal, trabalhista, ambientais e regulatória, cujo reconhecimento e mensuração requer o exercício de julgamento da Companhia e de suas controladas.</p> <p>Uma provisão para essas ações é registrada quando é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e que o montante possa ser estimado com confiabilidade. A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações. A Companhia divulga os passivos contingentes cuja probabilidade de saída de recursos da entidade é possível.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas ao valor e à avaliação da classificação da probabilidade de perda que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos e/ou divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões, incluindo controles sobre a avaliação da Companhia sobre a probabilidade de perda dessas ações judiciais e administrativas e os valores que seriam pagos em caso de perda. - Obtivemos confirmação direta com os advogados internos e externos, a fim de obter a avaliação dos mesmos sobre os riscos de perdas e os montantes relacionados às causas em que a Companhia figura como ré. Comparamos as informações constantes das confirmações recebidas com os registros contábeis. - Com o auxílio de nossos especialistas legais, avaliamos os critérios da Companhia para suportar os prognósticos e os montantes associados à certos processos relevantes, selecionados com base em amostragem. - Avaliamos a precisão das contingências fiscais registradas pela Companhia, bem como, comparamos, com base em amostragem, a jurisprudência existente sobre os temas em questão. - Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideramos todas as informações relevantes.

	<p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor e as divulgações da provisão para ações judiciais, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	---

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de março de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais



se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2022 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24-03-2023. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2022, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 25-03-2023, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 25 de março de 2023.

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti – Conselheira

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

Luísa Cardoso Barreto – Conselheira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Declaramos para os devidos fins, que, em 22.03.2023, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2022 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finança e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Thadeu Carneiro da Silva – Diretor da Cemig Geração e Transmissão

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

Henrique Motta Pinto – Diretor de Regulação e Jurídica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 22.03.2023, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2022 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finança e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Thadeu Carneiro da Silva – Diretor da Cemig Geração e Transmissão

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

Henrique Motta Pinto – Diretor de Regulação e Jurídica

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 24 DE MARÇO DE 2023

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2022

No ano de 2022, o Comitê reuniu-se em 35 (trinta e cinco) ocasiões e mais 6 (seis) vezes no início do primeiro trimestre de 2023, além de 13 (treze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2022 e 1 (uma) em 2023. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2022 e 2 (duas) no início do primeiro semestre de 2023. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 18 (dezoito) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho

de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de *Compliance*, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna - AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua

atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2022.

Belo Horizonte, 24 de março de 2023.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2023, da proposta de orçamento de capital consolidado para o exercício de 2023, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$1.755.963 da retenção de lucros do exercício de 2022.

Investimentos planejados para 2023	
Sistema elétrico de distribuição	2.014.679
Sistema elétrico de subtransmissão	712.302
Sistema elétrico de geração	818.273
Sistema elétrico de transmissão	246.151
Aportes em controladas e coligadas	56.012
Infraestrutura e Outros	1.660.372
	5.507.789